

Relatório de Avaliação Final Independente

ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Fevereiro de 2022

Implementado por: Organização Internacional de Trabalho (OIT) e CIF/OIT

Financiado por: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (GEP-MTSSS)

Avaliação por: Patrícia Carvalho

+351 936 294 204 | patricia.carvalho@impacteconsultants.com



AVALIAÇÃO OIT

- **Título da Avaliação:** Relatório de Avaliação Final Independente do ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.
- **ILO TC/SYMBOL:** GLO/19/50/PRT
- **Tipo de Avaliação:** Avaliação Final Independente
- **País:** Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste
- **Data da Avaliação:** Novembro 2021 - Fevereiro 2022
- **Nome da consultora(s):** Patricia Carvalho
- **Escritório Administrativo OIT:** Escritórios da OIT em Lisboa, Dacar, Lusaca, Jacarta, laundé, Kinshasa, Bangucoque, Maputo e Díli.
- **Gabinete de Apoio Técnico da OIT:** Departamento de Proteção Social (SOCPRO) da OIT, Genebra.
- **Outras entidades envolvidas na Avaliação:** N/A
- **Data do final do Projeto:** Janeiro de 2019 – Abril de 2022
- **Doador e orçamento do Projeto:** Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (GEP-MTSSS), 3.198.290 EUR
- **Gestor de Avaliação:** Egidio Simbine – Coordenador Nacional de Projeto
- **Palavras-chave:** Proteção Social, PALOP-TL

Esta avaliação foi conduzida de acordo com as políticas e procedimentos de avaliação da OIT. Não foi editada profissionalmente, mas foi submetida a um controlo de qualidade pelo Gabinete de Avaliação da OIT.

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS	4
TABELAS.....	6
ILUSTRAÇÕES.....	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO	13
2.1. ENQUADRAMENTO DO PROJETO.....	13
2.2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO.....	15
3. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	16
4. METODOLOGIA.....	19
4.1. MÉTODOS DE RECOLHA DE DADOS E AMOSTRA	19
4.2. ANÁLISE DE DADOS	20
4.3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	21
4.4. LIMITAÇÕES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO.....	21
5. CONSTATAÇÕES DA AVALIAÇÃO	22
5.1. RELEVÂNCIA, CONGRUÊNCIA E ADEQUAÇÃO ESTRATÉGICA.....	22
5.2. VALIDADE DO DESENHO DA INTERVENÇÃO	28
5.3. INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	29
5.4. EFICÁCIA	30
5.5. EFICÁCIA DAS DISPOSIÇÕES EM TERMOS DE GESTÃO	53
5.6. EFICIÊNCIA DO USO DE RECURSOS.....	55
5.7. ORIENTAÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE E O IMPACTO.....	57
5.8. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR	60
6. CONCLUSÕES.....	63
7. LIÇÕES APRENDIDAS E BOAS PRÁTICAS	65
8. RECOMENDAÇÕES	66
ANEXOS.....	69
1. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO	70
2. LISTA DE ENTREVISTAS E INQUÉRITOS COM BENEFICIÁRIOS.....	71
3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS.....	73
4. MATRIZ DE AVALIAÇÃO	80
5. QUADRO DE RESULTADOS PLANEADOS VS. ALCANÇADOS.....	84
6. LIÇÕES APRENDIDAS E BOAS PRÁTICAS.....	90
7. SUMÁRIO PARA WEBSITE DA OIT.....	96
8. BIBLIOGRAFIA.....	97
9. TERMOS DE REFERÊNCIA.....	101

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACTION/Portugal	Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste – Fase 2
CENFOUS	Centro de Formação para Sindicatos
CIF/OIT	Centro Internacional de Formação da OIT
CNPS	Centro Nacional de Prestações Sociais
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DGSS/DGS	Direção Geral da Segurança Social
DPSS	Direção de Proteção Social e Solidariedade
ENPS	Estratégia Nacional para a Proteção Social
FAS	Fundo Apoio Social (Instituto de Desenvolvimento Local)
GEP-MTSSS	Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGFCSS	Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social
IGFS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
IGT	Inspeção Geral do Trabalho
ILO	<i>International Labour Organization</i>
INAC	Instituto Nacional da Criança
INAS	Instituto Nacional de Ação Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
ISS	Instituto de Segurança Social
KSTL	Konfederacao Sindicato de Timor-Leste
KUFMET	Kiosque Único de Formalização de Microempresas e Trabalhadores
M&A	Monitoria e Avaliação
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Ação Social Família e Promoção da Mulher
MFIDS	Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Ação Social
MMFSS	Ministério da Mulher Família e Solidariedade Social
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
OCDE/CAD	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional de Trabalho
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PRODOC	Documento de Projeto
PTDP	Programas de Trabalho Digno por País

SOCPRO/OIT	Departamento de Proteção Social da Organização Internacional do Trabalho
TdR	Termos de Referência
UN-SWAP	<i>United Nations System Wide Action Plan for Gender Equality and Empowerment of Women</i>
UNEG	Grupo das Nações Unidas para a Avaliação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

TABELAS

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), PALOP e Timor-Leste, 2018 e 2019	13
Tabela 2 - Participantes dos inquéritos das organizações beneficiárias	20
Tabela 3 – Indicadores de Proteção Social, desagregados por país, ano base e ano mais recente	24
Tabela 4 - Realização dos Objetivos Imediatos.....	30
Tabela 5 – Número de Ramos de Proteção Social, anos selecionados, desagregado por país.....	33
Tabela 6 –Número total de participantes nas ações de capacitação ACTION/Portugal, desagregado por nacionalidade de participante e género, 2019-2021.....	38
Tabela 7 - Número total de participantes nas ações de capacitação ACTION/Portugal, desagregado por ano, 2019-2021.....	39
Tabela 8 – Número de instituições capacitadas para estatística de proteção social, desagregado por país 2019-2021.....	42
Tabela 9 – Disponibilidade de indicadores disponíveis, desagregado por país, anos selecionados	44
Tabela 10 – Orçamento Previsto vs Realizado (EUR).....	55
Tabela 11 - Orçamento realizado por Sub-projetos, excluindo CIF (EUR)	56

ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Número total de participantes nas ações de capacitação ACTION/Portugal, desagregado por nacionalidade de participante, 2019-2021.....	37
Ilustração 2 - Questão inquérito a beneficiários: “Já apliquei as competências adquiridas nas minhas funções profissionais.”	39
Ilustração 3 - Questão inquérito a peritos formadores: “Como classifica o nível de relevância das atividades de capacitação para os participantes beneficiários?”.....	40
Ilustração 4 - Questão Inquérito a Beneficiários: “Em que medida as competências adquiridas na atividade em que participou estão a ser mantidas/replicadas na sua instituição?”	58

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Contexto e objeto da avaliação

A avaliação final do Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste – Fase 2 (ACTION/Portugal) implementado em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste 2019-2022), teve lugar entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. O Projeto, implementado pelo Departamento de Proteção Social da Organização Internacional de Trabalho (SOCPRO/OIT) e pelo Centro Internacional de Formação (CIF/OIT) com apoio financeiro do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (GEP-MTSSS), pretendeu o reforço da proteção social, incluindo a melhoria das estatísticas de proteção social nos PALOP e Timor-Leste. O Projeto teve um orçamento previsto de 3.198.290 EUR.

2. Objetivos da avaliação

A avaliação final teve como objetivo geral analisar em que medida o Projeto ACTION/Portugal Fase 2 alcançou os resultados previstos, com foco na análise da relevância, congruência e a adequação estratégica, a validade do desenho da intervenção, a eficácia, a eficácia das disposições em termos de gestão, eficiência do uso de recursos, a orientação para a sustentabilidade e o impacto. Foram definidos os seguintes objetivos específicos da avaliação: analisar as concretizações do projeto; o formato da implementação; entendimento e valorização pelos grupos-alvo e intervenientes; resultados previstos; adequação do desenho do projeto; medidas tomadas face às recomendações da avaliação intercalar; eficácia da sua estrutura de gestão; sustentabilidade dos objetivos do projeto face a fatores contextuais e políticos relevantes; gestão das atividades do projeto; parcerias e sistemas de gestão necessários para garantir a realização dos produtos e objetivos e capacidade do governo e de outras contrapartes principais para sustentação do apoio recebido.

3. Critérios de avaliação

A avaliação teve como base os critérios de avaliação definidos nas Diretrizes da OIT para Avaliação de Políticas: Princípios, justificação, planificação e gestão das avaliações, 3ª ed. (agosto 2017), nomeadamente: a Relevância, Congruência e Adequação Estratégica; a Validade do Desenho da Intervenção, a Eficácia; a Eficácia das disposições em termos de Gestão; a Eficiência do uso de Recursos; e Orientações para a Sustentabilidade e Impacto. Considerações sobre género e não discriminação foram igualmente apreciadas como preocupação transversal, e incluídas em todos os critérios.

4. Metodologia de avaliação

A abordagem da Análise de Contribuição foi utilizada para proporcionar informação sobre a contribuição do Projeto para os resultados previstos, com base em métodos mistos para a recolha e análise de informação, que consistiu numa análise documental, uma análise de dados qualitativos primários (entrevistas), dados quantitativos primários (inquéritos online dirigido aos parceiros beneficiários e aos peritos formadores da Segurança Social Portuguesa), e dados quantitativos secundários (dados estatísticos relevantes de fontes nacionais e internacionais, e.g., ILOstats). Todos os dados primários foram recolhidos digitalmente (através da Plataforma Zoom e do Google Survey). A seleção dos informadores-chave foi feita com base em técnicas de amostragem de *snowballing*. Foram realizadas entrevistas com 35 informadores-chave (18 mulheres e 17 homens) de agências implementadoras, equipa do Projeto e parceiros beneficiários. Os inquéritos foram respondidos por 22 participantes pertencentes às organizações beneficiárias dos países beneficiários e 7 peritos formadores. Os participantes para a aplicação dos inquéritos foram propositadamente identificados com base nas recomendações da equipa do Projeto. A análise de dados qualitativos foi realizada através de uma revisão sistemática dos dados recolhidos nas entrevistas, utilizado o software de análise de conteúdo semiautomático Dedoose. Os dados quantitativos foram analisados através de estatísticas descritivas.

5. Constatações (por critério):

5.1. Relevância, congruência e adequação estratégica: As evidências recolhidas no âmbito desta avaliação permitem aferir a relevância do Projeto no contexto dos PALOP-TL, bem como o pleno alinhamento dos objetivos do Projeto com as prioridades nacionais de desenvolvimento, com os objetivos das entidades financiadora e implementadora, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O indicador 1.3.1 da meta 1.3. do ODS 1 - *Percentagem da população abrangida por sistemas ou pisos de proteção social* – indicam coberturas tendencialmente baixas nas diversas áreas da proteção social nos PALOP e Timor-Leste. Efetivamente, à data de início de Projeto, apenas dois indicadores superavam a marca de 50% de cobertura de proteção social em alguns países, a saber: 1) a percentagem de pessoas acima da idade legal de reforma que recebem uma pensão de velhice e/ou subsídios de apoio a idosos em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e 2) a Percentagem de pessoas em pobreza abrangidas por um sistema de proteção social em Timor-Leste.

Em paralelo, as visíveis lacunas existentes ao nível da disponibilidade de dados estatísticos de proteção social nos PALOP e em Timor-Leste evidenciam a relevância estratégica do Projeto, cuja ação devota recursos à melhoria do processo de recolha de dados e produção de estatística no setor. Estes dados são indispensáveis para reforçar a capacidade de decisão de dirigentes e decisores políticos, bem como a adequação de programas e políticas às realidades nacionais.

A auscultação dos beneficiários e dos *stakeholders* indicam uma conclusão similar ao nível do alinhamento com as necessidades das suas respetivas instituições. Foi reportado de forma consistente que existiu auscultação e diálogo na elaboração das atividades do Projeto, o que favoreceu a participação das instituições beneficiárias nas ações e atividades que mais se alinhavam com as suas orientações estratégicas. A análise documental de documentos estratégicos-chave reforça a relevância, congruência e adequação estratégica do Projeto para o contexto e prioridades dos países beneficiários.

5.2. Validade da Conceção: Metodologicamente, o Projeto adotou uma postura flexível na elaboração dos seus planos de trabalho anuais por país. A flexibilidade pressupôs um diálogo e consulta ativos com os beneficiários do Projeto na definição dos resultados anuais esperados em cada país. O diálogo e processo de consulta permitiu uma melhor adequação das atividades do Projeto aos diferentes estádios de desenvolvimento dos sistemas de proteção social dos diferentes países beneficiários. Contudo, apesar de terem sido definidas prioridades estratégicas distintas para os vários países, isto não se traduziu na definição das metas dos indicadores ao nível dos objetivos imediatos do quadro lógico. Adicionalmente, na atual configuração do desenho do projeto, os indicadores do Projeto são exclusivamente definidos ao nível dos objetivos imediatos, não tendo sido definidos indicadores ao nível do objetivo geral e dos produtos o que permitiria entender o nível de realização do projeto a longo prazo (objetivo de desenvolvimento) e a curto prazo (produtos). O estabelecimento de linhas de base também poderia contribuir para uma definição mais fundamentada das metas dos indicadores. Tendo em conta o contexto e as idiosincrasias de cada país intervencionado, o desenvolvimento de metas por país poderia guiar de forma mais clara o trabalho do Projeto. Em alguns países, o ACTION/Portugal contribuiu para melhorar o sistema estatístico nacional em matéria de dados de proteção social. Numa próxima fase, esse trabalho poderá ser alavancado no sentido de potenciar a inclusão de indicadores capazes de monitorizar a realização a longo-prazo do Projeto por país.

5.3. Eficácia: O Projeto contribuiu de forma eficaz para avanços na cobertura da proteção social e disponibilização de dados estatísticos em todos os países beneficiários, não permitindo que houvesse um retrocesso causado pela pandemia COVID-19. No que respeita ao Objetivo 1, as metas foram cumpridas para todos os países beneficiários à exceção da Guiné-Bissau, i.e. o Projeto contribuiu para a melhoria na cobertura da proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, assim como nos benefícios e/ou administração de pelo menos um dos regimes de segurança social em Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Relativamente ao Objetivo 2, a avaliação constatou que as atividades de capacitação do Projeto produziram resultados positivos no desenvolvimento de capacidades e competências

junto dos profissionais e das instituições beneficiárias, o que reforçou as capacidades, competências, e estruturas institucionais em matéria de proteção social, nas suas diversas valências. Do Objetivo 3 resultou uma melhoria nos dados estatísticos de proteção social disponíveis para os indicadores relevantes em todos os países. Contudo, apenas Moçambique e Cabo Verde foram capazes de disponibilizar dados para todos os indicadores de proteção social relevantes. O caso de Moçambique é paradigmático ao nível da melhoria de dados estatísticos, com destaque para a criação dos boletins estatísticos sobre proteção social, mas os casos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau fornecem boas indicações para a criação dos mesmos nesses países. Por outro lado, em São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, ainda não se verificaram ainda avanços significativos no que respeita a efetiva concretização dos boletins estatísticos. Relativamente ao Objetivo 4, as metas foram totalmente cumpridas, produzindo um impacto positivo na disponibilidade de conhecimento acessível em português, bem como no reforço de esquemas de cooperação Sul-Sul e Triangular.

Desta avaliação resulta a conclusão de que apesar dos diferentes contextos em que o Projeto opera, os países que possuem a presença efetiva de um perito alocado ao Projeto ou ponto focal local tiveram uma evolução mais visível em relação ao alcance dos objetivos propostos. Apesar de existirem constrangimentos transversais ligados à pandemia COVID-19, instabilidade política, rotatividade de pessoal, entre outros desafios, os dados recolhidos indicam que um acompanhamento local presencial teria contribuído eficazmente para ultrapassar estes constrangimentos e potenciar a intervenção do Projeto, através de uma melhoria na quantidade e qualidade de atividades nos países com maiores desafios. A dinamização das atividades é substancialmente maior nos países onde existe uma alocação total ou parcial de um perito ao Projeto ACTION/Portugal ou onde existe um ponto focal, com a exceção de São Tomé e Príncipe, onde não foi possível aprofundar as razões ligadas ao nível de realização das atividades no país, dado o baixo nível de participação dos parceiros beneficiários nas consultas da avaliação.

5.4. Eficácia das Disposições em Termos de Gestão: A avaliação constatou que o formato da equipa do projeto mostrou ser adequado em qualidade e quantidade face às necessidades do ACTION/Portugal, na medida em que não foram identificados constrangimentos relevantes que impedissem a realização das atividades planificadas resultantes da composição da equipa. Contudo, nos países onde não existe presença física permanente de um perito alocado ao ACTION/Portugal ou um ponto focal da OIT envolvido no Projeto (Angola até 2021 e Guiné-Bissau na totalidade do período de implementação), o avanço das atividades é menor, quando comparado com os restantes países. Apesar da configuração complexa da gestão do projeto, o formato da equipa é bastante funcional devido à sua excelente coordenação, que atua enquanto interlocutora com o doador, garante a comunicação e articulação entre as diferentes partes do Projeto, nomeadamente entre o CIF/OIT e o SOCPRO-OIT, assim como com os peritos no terreno. Do ponto de vista da coordenação com o doador (MTSSS) constatou-se que existe um diálogo constante muito focado nas respostas do Projeto às necessidades dos países, assim como um grande nível de envolvimento na implementação do Projeto, seja através da participação de peritos do MTSSS nas capacitações, seja através de apoio técnico. Este diálogo mostra-se muito relevante para garantir a coerência entre a cooperação bilateral e multilateral do doador com os PALOP e Timor-Leste.

5.5. Eficiência do Uso de Recursos: No período entre 2019 e 2021, o Projeto utilizou o valor de 2 471 199,13 EUR, o que corresponde a 76% do valor total orçamentado, sendo pretensão do Projeto executar os restantes 24% dentro do período de prorrogação do mesmo. No que respeita à distribuição do orçamento por tipo de despesa, 51% do orçamento executado até ao momento está essencialmente ligado aos custos com o pessoal: i) pessoal internacional em Lisboa, Genebra, Díli, Maputo e Praia (43%); ii) consultores nacionais e internacionais (7%), e iii) apoio de staff local (1%). Adicionalmente, 19% do orçamento executado foi utilizado em atividades de formação, capacitação e intercâmbio; 13% destinou-se a despesas de apoio ao Programa; 11% destinou-se a subcontratação; e 6% a outras despesas. Do ponto de vista da análise do orçamento por Sub-projeto, destaca-se a baixa taxa de execução em Angola e São Tomé e Príncipe (36%) que se justifica pelo facto de as atividades planeadas executadas em São Tomé e Príncipe terem sido essencialmente financiadas por um projeto financiado através do fundo regular do escritório da

OIT em laundé dedicado a atividades de proteção social no país (RBSA). No caso do Sub-projeto Global, com uma execução de 66%, a rubrica relativa aos recursos humanos tem a menor taxa de execução até ao momento, com um balanço de cerca de 177 945 EUR, que se justifica parcialmente pelo facto de existirem fundos remanescentes da fase anterior do ACTION/Portugal que transitaram para a fase 2, no valor de 115 000 USD (aproximadamente 96 255 EUR). Contudo, a realocação destes fundos está prevista para 2022. De acordo com os dados recolhidos, o ACTION/Portugal procurou uma abordagem estratégica de priorização nas suas intervenções, suportada pelo nível de flexibilidade necessário para dar resposta aos constrangimentos causados pela COVID-19. Neste sentido, a assistência técnica nos países procurou adotar uma lógica de apoio na busca de financiamentos adicionais, alavancando os recursos existentes.

5.6. Orientações para o Impacto e Sustentabilidade: Os dados recolhidos indicam que as estratégias e ações desenvolvidas têm vindo a produzir efeitos positivos duradouros nos sistemas de proteção social nos PALOP e Timor-Leste, tanto a médio como a longo prazo. A adoção de uma abordagem flexível e colaborativa para a identificação dos planos de trabalho anuais de acordo com as necessidades das instituições garante, tanto a participação efetiva dos beneficiários, como uma maior apropriação dos resultados. O contributo do Projeto para as prioridades nacionais, constitui-se como um indicador fundamental para garantir que os resultados serão sustentados a longo-prazo. Contudo, mostra-se fundamental fomentar uma visão holística dos resultados do Projeto por parte dos parceiros beneficiários, que poderá ser promovido através de uma presença formal dos parceiros na estrutura de governação do Projeto, assim como de um plano de comunicação e visibilidade estruturado, quer nos próprios países beneficiários, quer a nível internacional, que poderá potenciar os efeitos positivos resultantes do Projeto a longo-prazo.

A promoção de reformas institucionais e legais nos países garante que as reformas relacionadas com a proteção social contributiva e não contributiva sejam efetivamente institucionalizadas nos países. Isto será igualmente promovido através da adesão dos países à Convenção n.º 102 da OIT relativa à Norma Mínima da Segurança Social. No que respeita à melhoria das estatísticas sobre proteção social para monitoria dos seus progressos, a criação de grupos de trabalho interinstitucionais irá promover a integração dos boletins estatísticos nos seus planos de trabalho a longo-prazo. Do ponto de vista do reforço de capacidades, as melhorias dos quadros de pessoal dos parceiros através do trabalho contínuo do ACTION/Portugal, propiciam a sustentabilidade do Projeto. Salienta-se a apropriação do Projeto por parte dos governos, melhoria dos quadros de pessoal dos parceiros, a existência de um conjunto de recursos que favorecem a institucionalização e durabilidade das ações executadas, bem como a recetividade das ações por parte dos beneficiários, com especial enfoque em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.

O impacto do Projeto tem-se verificado igualmente na extensão da cobertura e na melhoria dos regimes de segurança social nos países beneficiados. Por um lado, o número de ramos de proteção social âmbito do indicador 1.3.1. dos ODS aumentou desde o início do ACTION/Portugal ou manteve-se em todos os países onde os dados estão disponíveis, e.g., Angola, Cabo Verde e Moçambique; por outro, os dados existentes para monitorização da evolução do indicador 1.3.1 dos ODS mostram que Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste aumentaram a sua cobertura de proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social. Para a Guiné-Bissau não foi possível aferir a evolução, o que indicia a necessidade de maior enfoque na melhoria do sistema de proteção social deste país. O impacto positivo do Projeto é essencialmente verificado nos países onde este Projeto (bem como as suas fases anteriores apoiadas por Portugal), tem intervindo de forma consistente na promoção de uma visão integrada dos regimes contributivo e não contributivo.

6. Lições aprendidas (LA) e boas práticas (BP): O processo de avaliação permitiu a identificação de um conjunto de LA e BP e seguidamente se sistematizam:

LA1. A presença física de peritos dedicados ao Projeto nos países beneficiários favorece o estabelecimento de relações de confiança com as entidades beneficiárias, e potencia avanços mais significativos e sustentáveis dos objetivos propostos, principalmente no contexto pandémico.

LA2. Em contextos de países beneficiários com diferentes estádios de desenvolvimento sectorial, bem como com diferentes níveis de comprometimento político, o estabelecimento de metas anuais diferenciadas mostra-se relevante por forma a permitir que todos os beneficiários consigam alcançar resultados tangíveis.

LA3. A ausência de uma estratégia de comunicação e visibilidade estruturada dificulta a correta projeção nacional e internacional do Projeto, doador, e beneficiários, bem como das boas práticas geradas durante a implementação. Deste modo, limita, por um lado, a apropriação dos resultados pelas entidades beneficiárias, e, por outro lado, a potencial replicabilidade do Projeto em contextos fora da CPLP.

BP1. Mecanismos de cooperação Sul-Sul e triangular (visitas ao terreno, intercâmbios, formações conjuntas) entre países com o mesmo domínio linguístico são muito valorizados e relevantes do ponto de vista político, legal e institucional, pelo facto de promoverem um sistema de interajuda e troca de informações e experiência (inclusive acordos bilaterais de cooperação entre os países) que potencia a adoção de soluções institucionais para a promoção dos pisos de proteção social.

BP2. A adoção de abordagens integradas à expansão da proteção social nas componentes contributivas e não contributivas promove a integração das várias áreas de proteção social, bem como a coordenação e interoperabilidade entre as várias instituições nacionais com responsabilidade na área da proteção social.

BP3. O envolvimento contínuo do doador no Projeto, através de uma abordagem participativa e contribuição técnica, assim como os níveis de flexibilidade conferidos mostram-se relevantes para melhorar a intervenção do ponto de vista da relevância (ajuste do Projeto face às alterações nas necessidades dos beneficiários) e eficácia (através do apoio técnico adicional conferido pela própria instituição doadora), assim como na consecução da coerência entre a cooperação bilateral e multilateral entre o doador e os países beneficiários.

7. Recomendações (R): Apoiada em evidências, conclusões, lições aprendidas e boas práticas, bem como na recolha de sugestões de recomendações através das consultas com as partes interessadas, a avaliação identificou um conjunto de recomendações destinadas ao Projeto, ao SOCPRO/OIT, o CIF/OIT e ao o GEP-MTSSS, assim como aos parceiros beneficiários diretos.

R1. Integrar das principais entidades beneficiárias no Comité de Pilotagem do Projeto, ou criação de comités técnicos por país Esta recomendação visa aumentar os níveis de conhecimento e apropriação do Projeto pelos beneficiários, bem como contribuir para a adaptabilidade das metas anuais às realidades idiossincráticas dos países beneficiários.

R2. Definir metas dos indicadores do distintas para os diferentes países ao nível do impacto, objetivos e produtos do Quadro Lógico, que permitam, por um lado, refletir realisticamente os contextos e as prioridades estratégicas de cada país; e, por outro lado, entender o nível de realização do projeto a longo prazo (impacto/objetivo de desenvolvimento), a médio prazo (objetivos específicos/imediatos) e a curto prazo (produtos). Adicionalmente, procurar definir, na medida do possível, as linhas de base para cada indicador, por forma a fundamentar a definição das metas, assim como aferir mais claramente a relação causal da intervenção do Projeto com o alcance das metas.

R3. Reforçar as atividades de Cooperação Sul-Sul e Triangular de forma a potenciar a interação entre técnicos dos diversos países, inclusive a nível das capacitações, intercâmbios e trocas de experiências, especialmente no formato presencial.

R4. Continuar a reforçar a capacidade de reporte dos países beneficiários em relação aos dados de proteção social que dispõe (eg. cobertura, desagregação por género), assim como a integração de todos os dados disponíveis nos países nas bases de dados da OIT.

R5. Reforçar a equipa do Projeto de forma a garantir a presença física e permanente de um perito ou ponto focal em cada país beneficiário. A presença de peritos aumenta o engajamento dos países com as atividades do Projeto, e favorece o estabelecimento de sinergias que podem ser importantes para a prossecução dos objetivos do Projeto. Caso não seja possível, identificar estratégias para colmatar o menor acompanhamento local nos países com maiores dificuldades na implementação de atividades, e.g. aumentar a frequência das missões ou encontrar sinergias nacionais mais fortes e alinhadas com os objetivos do Projeto.

R6. Diversificar a bolsa de formadores do Projeto, tendo em conta a importância da componente da formação e capacitação no Projeto, por forma a colmatar a menor disponibilidade dos especialistas na área da proteção social do MTSSS.

R7. Reforçar o envolvimento dos escritórios sub-regionais no Projeto, por forma a colmatar as dificuldades identificadas ao nível da falta de apoio administrativo no terreno e, nalguns casos, falta de comunicação entre os escritórios sub-regionais e os peritos nos países.

R8. Desenvolver uma Estratégia de Comunicação e Visibilidade. Uma efetiva estratégia de visibilidade promove um maior entendimento e apropriação do Projeto junto dos stakeholders, permite projetar os sucessos do Projeto, bem como os países beneficiários e doador. Ademais, potencia a replicabilidade das boas práticas desenvolvidas por entidades fora do escopo do Projeto.

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Final do Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste – Fase 2 (ACTION/Portugal), implementado em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, foi realizada entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022.

O Projeto alvo da avaliação foi implementado em conjunto pelo Departamento de Proteção Social da Organização Internacional do Trabalho (SOCPRO/OIT) e pelo Centro Internacional de Formação da OIT (CIF/OIT), tendo recebido apoio financeiro do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal (GEP-MTSSS). O ACTION/Portugal Fase 2 teve o seu início em janeiro 2019 e terá o seu término em abril de 2022. Visou contribuir para o reforço, e monitoria de sistemas nacionais destinados à Proteção Social. Adicionalmente endereçou a inclusão dos PALOP e Timor-Leste numa rede de informação, práticas e recursos em português que facilitem a melhoria de sistemas de Proteção Social. O Projeto teve um orçamento global de 3.198.290 EUR.

A Avaliação Final incidiu sobre todo o ciclo do Projeto, incluindo a conceção, implementação, gestão e sustentabilidade. O objetivo da avaliação final é analisar em que medida o Projeto ACTION/Portugal alcançou os resultados previstos. O modelo de avaliação seguido baseou-se nos critérios de avaliação definidos nas diretrizes da OIT para a avaliação de políticas, bem como nas Normas de Qualidade para a Avaliação do Desenvolvimento da OCDE/CAD.

Estruturalmente, o presente relatório de avaliação inicia-se com o enquadramento da avaliação, onde se contextualiza o Projeto a ser avaliado, bem como os objetivos da avaliação. Seguidamente, é explicitada a metodologia seguida, incluindo os critérios e questões de avaliação, os métodos de recolha e análise de dados, a amostra, as considerações éticas observadas, bem como as limitações sentidas no decurso desta avaliação, assim como as medidas de mitigação gizadas. Após balizamento contextual e metodológico, o relatório prossegue com a explicitação valorativa das constatações da avaliação, seguindo uma lógica de segmentação por critério de avaliação, nos quais se inclui: relevância, congruência e adequação estratégica, validade do desenho da intervenção, eficácia global do projeto, eficácia das disposições em termos de gestão, eficiência do

uso de recursos, orientações para a sustentabilidade e o impacto, e análise da aplicação das recomendações intercalares. Por último são apresentadas as conclusões, bem como sistematizadas as principais lições aprendidas, boas práticas, e recomendações emergentes ao longo da avaliação.

Como suplemento de apoio a este relatório, são apresentados em anexo um conjunto de dados e documentos de relevo, a saber: cronograma da avaliação, lista de entrevistas com beneficiários, instrumentos de recolha de dados (guião de entrevista e inquéritos dirigidos aos beneficiários e aos peritos formadores), matriz de avaliação, quadro lógico, quadro de resultados planeados *versus* resultados alcançados, lições aprendidas e boas práticas seguindo o modelo OIT, ficha de sumário de avaliação seguindo o modelo OIT, bibliografia consultada, e os Termos de Referência para esta avaliação.

2. ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO

2.1. ENQUADRAMENTO DO PROJETO

O Projeto ACTION/Portugal foi desenhado e desenvolvido para endereçar necessidades identificadas a nível dos sistemas de proteção social nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe -, bem como em Timor-Leste.

Ressalvando as devidas idiosincrasias nacionais, os países beneficiários apresentam contextos e desafios comuns a nível da cobertura, extensão e monitoria dos seus sistemas de proteção social, bem como da proteção das populações mais vulneráveis. Alguns indicadores-chave ajudam a evidenciar os contextos e desafios comuns, bem como as suas particularidades próprias. Por exemplo, os países beneficiários classificaram-se em 2018 e 2019 nos níveis médio ou baixo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (ver Tabela 1)¹.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), PALOP e Timor-Leste, 2018 e 2019

País	2018	2019	Alteração Anual
Angola	0.574	0.581	+ 0.007
São Tomé e Príncipe	0.609	0.625	+ 0.160
Cabo Verde	0.651	0.665	+ 0.014
Guiné-Bissau	0.461	0.480	+ 0.019
Moçambique	0.446	0.456	+ 0.010
Timor-Leste	0.626	0.606	- 0.020

Classificações IDH. **Muito alto:** 0.800 a 1, **Alto:** 0.700 a 0.799, **Médio** 0.550 a 0.699, **Baixo:** 0 a 0.549.

Fonte: Avaliadora, baseada em: UNDP, “Human Development Report” 2019 e 2020

A nível da proteção social, mantêm-se níveis de cobertura inferiores a 50% para a maioria dos pisos de proteção social, excetuando a cobertura de pensões de velhice e/ou subsídios de apoio a idosos que em Cabo Verde e Timor-Leste² registaram, em 2020, coberturas elevadas de 84.8% e 100%, respetivamente³. O mercado laboral exhibe, também fragilidades, com percentagens

¹ UNDP (United National Development Programme), “Human Development Report 2019”, 2019.; UNDP (United National Development Programme), “Human Development Report 2020”, 2020.

² Em Timor-Leste trata-se do SAIL-Subsídio de Apoio aos Idosos e Inválidos.

³ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.3.1 – Proportion of population covered by social protection floors/system (%) – Annual”, SDG_0131_SEX_SOC_RT_A, June 2021, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 06/01/2022).

tendencialmente elevadas de trabalhadores em situação de pobreza⁴, bem como percentagens de incidência de emprego informal elevadas. No último ano para o qual existem dados disponíveis, nos casos de Moçambique (2015) e da Guiné-Bissau (2018) a incidência de emprego informal era superior a 90%, em Angola (2011) superior a 80%, em Timor-Leste superior a 70%, e em Cabo Verde (2015) superior a 60%⁵. Adicionalmente, considerando que o período pandémico COVID-19 evidenciou a ligação entre acesso a serviços de saúde e proteção social, cumpre notar que os índices de cobertura de acesso universal aos serviços de saúde dos países beneficiários apresentam, ainda, algumas fragilidades⁶.

É neste contexto de fragilidades dos sistemas de proteção social dos PALOP e Timor-Leste que foi desenvolvido o Projeto ACTION/Portugal (Fase II) entre janeiro de 2019 e abril de 2022 (expectável). Em coerência com o Programa Mundial de Pisos de Proteção Social, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o Projeto definiu quatro linhas principais de intervenção, a saber: 1) assistência às instituições nacionais na conceção, operacionalização e avaliação de pisos nacionais de proteção social; 2) formação e reforço institucional; 3) acesso a informação e recursos educativos na área da proteção social em português; e 4) intercâmbio de boas práticas entre os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em matéria de pisos de proteção social.

Para segunda fase do ACTION/Portugal foi estipulado um orçamento de 3.198.290 EUR, financiado pelo GEP-MTSSS de Portugal. A sua implementação ficou a cargo do SOCPRO/OIT e do CIF/OIT.

Mais do que um projeto *ad hoc*, o ACTION/Portugal é herdeiro de um processo sistemático e contínuo de melhoria dos sistemas de proteção social nos países beneficiários. Este processo tem vindo a ser desenvolvido ao longo das últimas décadas, através de uma parceria importante entre o GEP-MTSSS e a OIT. De forma resumida, em 1999 foi acordado e implementado o primeiro projeto entre a OIT e Portugal, com incidência em questões da inclusão social. À data, o Projeto foi executado em articulação com o Projeto PROSOCIAL, um dos programas de primeira geração desenvolvido pela OIT nos PALOP. Entre 2003 e 2009, foram acordados mais 3 projetos na área da proteção social entre a OIT e Portugal: o STEP Portugal 2 (2003), o STEP Portugal 3 (2007) e o STEP/Portugal Fase II (2009-2013)⁷. Seguidamente, foi desenvolvida a primeira fase do Projeto ACTION/Portugal entre setembro de 2015 e dezembro de 2018. Durante a primeira fase, o Projeto incidiu sobre a extensão da proteção social e a promoção de políticas sociais. O Projeto ACTION/Portugal (Fase II) é, portanto, um projeto de continuidade, representando uma aposta de longo-prazo de melhoria dos sistemas de proteção social dos PALOP e Timor-Leste.

Na segunda fase do ACTION/Portugal (2019-2022) foi definido como objetivo geral “Contribuir para melhorar a cobertura da proteção social e a qualidade das suas estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”. O reforço da cobertura de proteção é percebido pelo Projeto – e pela OIT – como um mecanismo de fortalecimento do contrato social, bem como de reforço dos estabilizadores económicos e sociais dos países beneficiários. Como contribuintes para o objetivo geral, e conforme o quadro lógico do Projeto (ver Anexo 5), o Projeto definiu quatro objetivos imediatos:

- **Objetivo imediato 1** - Os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e projetos para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social em concordância com as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

⁴ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.1.1 - Working poverty rate (percentage of employed living below US\$1.90 PPP) (%) - Annual”, SDG_0111_SEX_AGE_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 18/01/2022).

⁵ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 8.3.1 - Proportion of informal employment in total employment by sex and sector (%) - Annual”, SDG_0831_SEX_ECO_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 18/01/2022).

⁶ WHO (World Health Organization): “UHC Service Coverage Index (SDG 3.8.1)”, UHC_INDEX_REPORTED, November 2021, <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage> (consultado a 07/01/2022).

⁷ OIT: “Documento de Projeto ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”, No date.

- **Objetivo Imediato 2** - Os países, em particular as instituições de proteção social e organizações de trabalhadores e de empregadores, têm desenvolvido, mediante ações de formação, as suas capacidades e competências para a implementação, acompanhamento e avaliação das políticas, estratégias e projetos relacionados ao reforço e à extensão dos sistemas e projetos de proteção social.
- **Objetivo Imediato 3** - Os países têm melhorado as suas estatísticas sobre proteção social, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade, para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS.
- **Objetivo imediato 4** - Os atores da proteção social melhoraram o acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participar na campanha mundial para a extensão da proteção social, e têm transferido boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

A coordenação geral do projeto coube ao SOCPRO/OIT e ao CIF/OIT, tendo sido definidos dois mecanismos de gestão: Comité de Pilotagem, e Equipa Técnica.

- **Comité de Pilotagem.** Reúne-se anualmente na sede do GEP-MTSSS Portugal. É composto por três membros do GEP, um representante do SOCPRO/OIT, um representante do CIF/OIT, assim como dois representantes do Escritório da OIT em Lisboa.
- **Equipa Técnica.** A execução do Projeto foi atribuída à equipa técnica sendo a configuração devida em subprojectos que seguidamente se apresentam:
 - Subprojeto Global, SOCPRO/OIT, sede da OIT (Suíça) - responsável pela coordenação técnica do projeto, contando com o Coordenador em Lisboa.
 - Subprojeto CIF/OIT, Turim (Itália) - responsável pelas ações de formação, capacitação e intercâmbio de experiências.
 - Subprojeto Lusaca (Zâmbia) - responsável pela gestão orçamental descentralizada das atividades em Moçambique.
 - Subprojeto laundé (Camarões) - responsável pela gestão orçamental descentralizada das atividades em São Tomé e Príncipe.
 - Subprojeto Dacar (Senegal)- responsável pela gestão orçamental descentralizada das atividades em Cabo Verde e Guiné-Bissau.
 - Subprojeto Jacarta (Indonésia) - responsável pela gestão orçamental descentralizada das atividades em Timor-Leste.
 - Adicionalmente, a nível técnico, foram definidos peritos da OIT no terreno, responsáveis pela execução do Projeto nos PALOP e em Timor-Leste. Foi adstrito uma técnico para Cabo-Verde e Guiné-Bissau, um para Moçambique, e uma para Timor-Leste. Estes foram apoiados (*backstopping*) pelas equipas de Trabalho Digno em Dacar (Senegal), Jacarta (Indonésia), laundé (Camarões), e Bangucoque (Tailândia). O Projeto contava, ainda, com apoio de pontos focais da OIT em São Tomé e Príncipe e Angola (a partir de 2021).

2.2. OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

2.2.1. OBJETIVO GERAL

A avaliação final independente tem como objetivo analisar em que medida os objetivos, resultados, produtos e atividades do projeto foram alcançados, com foco na análise da eficiência, eficácia e sustentabilidade. Adicionalmente, tem como objetivo formular um conjunto de lições aprendidas e boas práticas, conclusões e recomendações. Os usos pretendidos prendem-se com a prestação de contas, aprendizagem organizacional e partilha de resultados com o SOCPRO/OIT, com o CIF/OIT, com o GEP-MTSSS de Portugal, bem como com os próprios beneficiários do projeto.

2.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

De acordo com os Termos de Referência (TdR), os objetivos específicos da avaliação incluem:

- Concretizações do projeto;
- Formato da implementação;

- Entendimento e valorização pelo grupos-alvo e intervenientes;
- Resultados previstos;
- Adequação do desenho do projeto;
- Medidas tomadas face às recomendações da avaliação intercalar;
- Eficácia da sua estrutura de gestão;
- Sustentabilidade dos objetivos do projeto face a fatores contextuais e políticos relevantes;
- Gestão das atividades do projeto;
- Parcerias e sistemas de gestão necessários para garantir a realização dos produtos e objetivos;
- Capacidade do governo e de outras contrapartes principais para sustentação do apoio recebido.

2.2.3. ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

De acordo com os TdR, determinou-se o seguinte escopo temático, cronológico e geográfico do Projeto:

- **Âmbito temático:** A avaliação concentrou-se na contribuição do Projeto para reforçar os sistemas de proteção social a nível nacional dos PALOP e Timor-Leste.
- **Âmbito geográfico:** compreendeu as áreas de intervenção do Projeto nos PALOP e Timor-Leste.
- **Âmbito cronológico:** compreendeu o período de implementação do projeto desde janeiro de 2019 até dezembro de 2021, considerando ainda ações relevantes que terão lugar durante o período de prorrogação do Projeto até 30 de junho de 2022.

2.2.4. USUÁRIOS DA AVALIAÇÃO

Os usuários pretendidos desta avaliação são o SOCPRO/OIT, o CIF/OIT, o GEP-MTSSS bem como as entidades beneficiárias e parceiras do Projeto nos PALOP e Timor-Leste.

2.2.5. CRONOGRAMA DA Avaliação

A avaliação foi realizada entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. O plano de trabalho detalhado é apresentado no Anexo 1.

3. CRITÉRIOS E QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

A Avaliação baseou-se nos critérios definidos nas Diretrizes da OIT para Avaliação de Políticas: Princípios, Justificação, Planificação e Gestão das Avaliações, 3ª ed. (agosto 2017). A avaliação seguiu, igualmente, as abordagens de ajuda internacional ao desenvolvimento definidas pela Norma de Qualidade para a Avaliação do Desenvolvimento da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (OCDE/CAD), e pelo *Code of Conduct for Evaluations* do Grupo das Nações Unidas para a Avaliação (UNEG)-. Adicionalmente foram consideradas as Listas de Controlo elaboradas pela OIT para a orientação de avaliações, nomeadamente a *Lista de Controlo 3* para a "Preparação do relatório inicial", a *Lista de Controlo 5* "Preparação do relatório de avaliação", bem como a *Lista de Controlo 6* "Avaliação da qualidade do relatório de avaliação".

Os critérios de avaliação seguidos foram:

- Relevância, congruência e adequação estratégica
- Validade do desenho da intervenção
- Eficácia
- Eficácia das disposições em termos de gestão
- Eficiência do uso de recursos
- Orientação para a Sustentabilidade e Impacto.

Considerações de género e não discriminação foram igualmente ponderadas como parte da avaliação. Adicionalmente, foram tidas em consideração duas questões de forma transversal ao longo da avaliação:

- Quais são as boas práticas e lições que se podem aprender do Projeto e que possam ser aplicadas a projetos futuros?
- O que é que poderia ter sido diferente e, deveria ter sido evitado?

Para além destas, um conjunto de questões foram desenvolvidas nos TdR para orientação da avaliação. Entretanto estas foram revistas pela Avaliadora, como seguidamente se apresenta.

Relevância, congruência e adequação estratégica

- Em que medida o desenho do Projeto integra as prioridades nacionais de desenvolvimento, o Programa País de Trabalho Digno (caso esteja disponível), as prioridades do UNDAF/UNSDCF, os ODS e as prioridades/preocupações específicas do doador nos PALOP e em Timor-Leste?
- Até que ponto o desenho do Projeto reflete os interesses dos diversos intervenientes e beneficiários finais dos projetos de proteção social?
- Em que medida a estratégia de implementação do Projeto inclui as devidas intervenções para contribuir para o objetivo de pôr em ligação os regimes de segurança social contributivos e não contributivos?

Validade do desenho da intervenção

- Em que medida os elementos estratégicos do Projeto (objetivos, produtos, estratégias de implementação, metas e indicadores) eram alcançáveis, dados o tempo e recursos disponíveis, a incluir o seu desempenho e o seu sistema de M&A, partilha de conhecimentos e estratégia de comunicação?
- Os indicadores das realizações estão claramente definidos, descrevendo as mudanças a serem ocasionadas? A teoria de mudança do Projeto é exaustiva, integra fatores externos e baseia-se numa análise sistémica?
- Até que ponto o Projeto integrou no seu desenho os temas transversais da OIT, tais como género, não discriminação e deficiência?
- Até que ponto os indicadores de resultados imediatos (outputs) e resultados finais (outcomes) são inclusivos em termos do género?

Eficácia

- Até que ponto as metas globais, objetivos imediatos e produtos previstos do Projeto foram qualitativa e quantitativamente alcançados?
- Que avaliação se pode efetuar das realizações do Projeto em termos de:
 - Melhorias na eficácia e resultados das instituições de proteção social dos PALOP e Timor-Leste, conseguidas através da aquisição de novas competências, da definição de políticas e ações e, do uso de métodos apropriados de gestão, bem como uma capacidade melhorada de coordenar esforços a nível nacional.
 - Garantia do acesso para vários intervenientes envolvidos na extensão da proteção social a novos recursos de informação sobre melhores práticas e pesquisa a nível mundial, permitindo-lhes aprender e pôr em prática no seu dia-a-dia, tendo como finalidade última melhorar a abrangência e eficácia dos sistemas de proteção social.
 - Melhoria das estatísticas disponíveis em matéria de proteção social; capazes de permitir a monitoria dos avanços registados em matéria de proteção social, tais como definidos nos ODS.
- Quais foram as realizações e desafios registados no decorrer da implementação?
- Em que áreas o tripartismo foi integrado com êxito?
- Até que ponto os parceiros sociais têm estado envolvidos na implementação do Projeto?
- Em que medida o Projeto deu uma resposta oportuna e pertinente às necessidades e prioridades dos mandantes no contexto da COVID-19?
- Até que ponto a pandemia de COVID-19 influenciou os resultados e eficácia do Projeto, e de que forma é que o Projeto respondeu a esta influência para se ajustar às mudanças? O modelo utilizado para responder à COVID-19 pode ser replicado?

- Em que medida a implementação do Projeto está coordenada com outras iniciativas na proteção social da OIT, da ONU e dos governos, assim como outros parceiros de cooperação e Projetos?
- Qual foi o nível de coordenação e colaboração alcançado com o GEP-MTSSS na implementação do Projeto, e entre a OIT e o CIF/OIT, e os peritos da OIT no terreno?

Eficácia das disposições em termos de gestão

- As capacidades de gestão foram suficientes e facilitaram os resultados positivos e entrega eficiente? Existe um entendimento claro dos papéis e responsabilidades por parte dos intervenientes?
- O Projeto globalmente recebe apoio político, técnico e administrativo suficiente dos seus parceiros nacionais, da OIT e do doador?
- A cooperação com os parceiros implementadores tem sido eficiente? Tem sido aplicada uma abordagem participativa/consultiva?
- Com que eficácia os gestores do Projeto monitorizam o desempenho e os resultados? Foram definidos meios convenientes de verificação para controlar o progresso, desempenho e concretização de valores nos indicadores?
- Até que ponto os parceiros são estratégicos em termos de mandato, influência, capacidades e compromisso?
- As informações e dados estão a ser recolhidos e compilados de forma sistemática? Os dados são desagregados por sexo (e por outras características relevantes, caso relevante) e comunicados adequadamente?
- Quais são as modalidades de parceria na implementação do Projeto a diversos níveis – comunitário, autárquico, interministerial, interdepartamental e interagências? Quais eram os desafios na formulação destas parcerias? Quais foram os resultados destas parcerias?

Eficiência do uso de recursos

- A implementação do Projeto beneficiou eficientemente dos recursos técnicos e experiências internacionais da OIT? Se sim, de que forma(s)?
- Que evidência existe de eficiência em termos de custos na implementação e gestão do Projeto (utilização dos fundos e entrega atempada dos produtos)? Existem alternativas mais eficientes em termos de tempo e custo?
- Em que medida foram promovidas sinergias e complementaridade com outros Projetos/agências de cooperação ao nível de recursos?

Orientação para a sustentabilidade e o impacto

- As realizações do Projeto são sustentáveis, incluindo ao nível da igualdade de género? Quais são os elementos das realizações do Projeto que é improvável que sejam sustentáveis?
- Até que ponto os beneficiários se apropriaram dos resultados do Projeto?
- Quais são as ações/intervenções necessárias por parte da OIT e dos doadores para garantirem que as realizações do Projeto possam ser sustentadas e fornecer uma plataforma significativa para uma capacitação adicional dos parceiros nacionais dos PALOP e de Timor-Leste?
- Quais são os impactos do Projeto?
 - Quais são os impactos emergentes do Projeto e as mudanças que podem ter relação causal com a intervenção do Projeto?
 - Quais são os efeitos realistas a longo prazo do Projeto em termos de reforço das capacidades institucionais e da extensão da proteção social?
 - Até que ponto o Projeto prestou um contributo importante para o impacto sobre o desenvolvimento em termos mais amplos e de longo prazo?
- Foram abordados os fatores de risco que é necessário que sejam mitigados de forma a assegurar o reforço máximo e sustentável da capacidade após a conclusão do Projeto?
- Qual é a probabilidade de que o Projeto da OIT leve a resultados que sejam sustentados ou integrados em outra resposta pós-pandemia ao longo do tempo? O Projeto da OIT elaborou

uma estratégia de sustentabilidade e trabalhou com os atores nacionais para suster os resultados durante a fase de recuperação?

4. METODOLOGIA

4.1. MÉTODOS DE RECOLHA DE DADOS E AMOSTRA

A avaliação utilizou uma metodologia mista, combinando dados qualitativos e quantitativos de várias fontes. Seguiu uma abordagem participativa de acordo com a *Guidance Note 7* da OIT: *Stakeholder participation*. Explicitam-se, agora, os métodos de recolha de dados.

4.1.1. SESSÃO DE BRIEFING METODOLÓGICA COM OS GESTORES DA AVALIAÇÃO DA OIT

Foi realizada uma sessão de briefing metodológica no dia 12 de novembro de 2021 entre a avaliadora independente e o Gestor da Avaliação para informar a avaliadora sobre as diretrizes da OIT para avaliações, bem como sobre as expectativas da avaliação.

4.1.2. ANÁLISE DOCUMENTAL

A revisão documental incluiu informação dos documentos do Projeto, relatórios de progresso, e literatura cinzenta. Esta informação foi importante para obter uma visão geral da iniciativa, identificar lacunas de conhecimento e ajudar a desenvolver hipóteses sobre os critérios de avaliação. Os documentos consultados são apresentados no *Anexo 8 - Bibliografia*.

4.1.3. ANÁLISE DE DADOS SECUNDÁRIOS QUANTITATIVOS

A Avaliação consultou e analisou os dados recolhidos ao longo da implementação do Projeto, que foram partilhados pela equipa do Projeto. Adicionalmente, a Avaliação recolheu dados estatísticos relevantes de fontes nacionais e internacionais de comprovada reputação e fidedignidade (e.g., ILOstats). Tal como na análise documental, as fontes utilizadas são devidamente identificadas no corpo do documento, bem como organizadas na bibliografia que se anexa a este relatório.

4.1.4. ENTREVISTAS QUALITATIVAS SEMI-ESTRUTURADAS

No âmbito da avaliação, foram realizadas entrevistas por videoconferência com 35 informadores-chave (18 mulheres e 17 homens) de agências implementadoras, equipa de projeto e parceiros beneficiários. Os participantes foram identificados propositadamente com base nas recomendações da equipa do Projeto e através da técnica de amostragem de *snowballing*. As perguntas para os entrevistados foram projetadas especificamente para revelar a extensão da consciencialização dos entrevistados sobre as atividades, bem como as suas perceções acerca das mudanças ou melhorias resultantes das atividades do Projeto. Os guiões para as entrevistas e a lista de entrevistados podem ser encontrados nos Anexos 3 e 2, respetivamente.

4.1.5. INQUÉRITOS ONLINE

A avaliação formulou duas tipologias de inquérito. Uma tipologia dirigida aos beneficiários do Projeto, e uma tipologia dirigida aos peritos formadores no Projeto.

Inquéritos dirigidos aos parceiros beneficiários. Esta tipologia de inquérito recolheu informações sobre os resultados das intervenções do ACTION/Portugal junto dos parceiros beneficiários. O questionário teve como base as perguntas utilizadas no inquérito dirigido aos beneficiários no exercício de avaliação intercalar do Projeto ACTION/Portugal em 2020, com o objetivo de comparar os resultados. Pretendeu-se aferir dados quantitativos, que foram complementares aos dados qualitativos recolhidos no âmbito das entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com os beneficiários. O inquérito foi enviado por e-mail a 49 participantes nas atividades do Projeto, pertencentes às organizações beneficiárias em todos os países beneficiários, dos quais 22 responderam (ver Tabela 2). Os participantes para a aplicação do

inquérito foram identificados pela Gestão do Projeto. A participação do inquérito esteve dependente da existência de um endereço de e-mail, de acesso a um computador com internet, bem como disponibilidade para responder ao inquérito. Os guiões dos inquéritos e a lista dos inquéritos respondidos podem ser encontrados nos Anexos 3 e 2, respetivamente.

Tabela 2 - Participantes dos inquéritos das organizações beneficiárias

	Inquéritos Enviados	Inquéritos respondidos	
		#	%
Angola	7	2	28%
Cabo Verde	8	2	25%
Guiné-Bissau	5	3	60%
Moçambique	22	14	63%
São Tomé e Príncipe	2	1	50%
Timor-Leste	5	-	0%
Total	49	22	44%

Inquérito dirigido a peritos formadores. Pretendeu-se recolher informações junto dos peritos formadores do MTSSS, do Instituto de Segurança Social (ISS), da Direção Geral da Segurança Social (DGSS), e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) de Portugal que participaram na preparação e implementação das atividades do Projeto relacionadas com a capacitação dos recursos humanos das instituições do sistema de proteção social dos países beneficiários. Os Peritos formadores foram identificados propositadamente com base nas recomendações da equipa do Projeto. Foram enviados inquéritos para 10 peritos formadores, que estiveram envolvidos nas atividades, dos quais 7 responderam (ou seja, 70%)..

Ambos os inquéritos foram aplicados online (*software Google survey*). Os convites foram enviados por e-mail a cada beneficiário. O inquérito incluiu uma secção com as informações dos entrevistados, a fim de analisar e identificar os resultados por diferentes categorias, a saber: idade, sexo, nacionalidade, país e instituição/organização (ver Anexo 3.3)..

4.1.6. ATELIER DE APRESENTAÇÃO/DEBRIEFING

Após a apresentação em suporte escrito do relatório de avaliação preliminar às partes interessadas, e após recolha de feedback das mesmas, será realizado um atelier online de apresentação, com a presença de representantes das entidades envolvidas, para a apresentação das principais constatações da Avaliação.

4.2. ANÁLISE DE DADOS

A avaliação realizou uma revisão sistemática e análise de todos os dados, identificando temas-chave, padrões, relacionamentos causais e explicações relevantes para as questões e indicadores de avaliação. A avaliação utilizou diferentes linhas de evidência e triangulação de fontes.

Dados qualitativos

Foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo para as análises das entrevistas. O processo de análise de conteúdo foi composto por duas etapas sequenciais: 1) análise direta de conteúdo para identificação dos temas abordados pelos entrevistados por critério de avaliação, e 2) análise de conteúdo convencional, para identificação de temas e padrões emergentes dentro das categorias previamente selecionadas através da análise de conteúdo direta. Neste processo, foi utilizado o software de análise de conteúdo semiautomático Dedoose.

Dados quantitativos

Os dados recolhidos através dos inquéritos aplicados aos beneficiários e peritos formadores, assim como os dados secundários, foram analisados por meio de estatística descritiva e, quando possível, desagregados por país e género.

4.3. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A recolha e processamento de dados foram realizados em total conformidade com os seguintes documentos: *International Labour Organization (ILO) Code of Conduct: Agreement for Evaluators* e *UNEG Ethical Guidelines for Evaluation*, que incluem os seguintes princípios:

- Intencionalidade: tomar em consideração a utilidade e a necessidade de uma avaliação desde o início;
- Conflito de interesses: exercer o compromisso de evitar conflitos de interesse em todos os aspetos do trabalho, mantendo assim os princípios de independência, imparcialidade, credibilidade, honestidade, integridade e responsabilidade;
- Interações com os participantes: envolvimento apropriado e respeitoso com os participantes nos processos de avaliação, mantendo os princípios de confidencialidade e anonimato e as suas limitações; dignidade e diversidade; direitos humanos; igualdade de género; e prevenção de danos;
- Processos e produtos da avaliação: garantir precisão, integridade e confiança; inclusão e não discriminação; transparência; e relatórios justos e equilibrados que reconhece perspetivas diferentes; e
- Descoberta de irregularidades: relatando discretamente a descoberta de qualquer aparente conduta imprópria a um organismo competente.

A avaliação teve em consideração a integração de elementos transversais de direitos humanos, equidade e igualdade de género, com base no Documento Orientador *Integrating Human Rights and Gender Equality in Evaluations* e no *United Nations System Wide Action Plan for Gender Equality and Empowerment of Women (UN-SWAP)*.

A avaliadora tomou as seguintes medidas para respeitar estes princípios éticos:

- Assegurar consentimento informado por parte dos entrevistados;
- Respeitar a confidencialidade e anonimidade;
- Integrar questões de avaliação específicas para endereçar os temas da equidade e género no desenho da avaliação.

4.4. LIMITAÇÕES E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

As limitações da avaliação prenderam-se essencialmente com o processo de recolha de dados.

As entrevistas à equipa de Projeto e aos beneficiários ocorreram exclusivamente de forma remota através da plataforma Zoom. Globalmente o recurso à plataforma online permitiu de forma ágil e eficiente a recolha de informação. Inobstante deve ser notado que, por vezes, quebras de ligação interromperam o raciocínio lógico dos respondentes, o que pode ter causado perdas. Adicionalmente, a ausência de visitas ao terreno influi negativamente no processo de engajamento dos parceiros beneficiários na realização das consultas. Neste ponto salienta-se o número reduzido de entrevistas junto de beneficiários de São Tomé e Príncipe, bem como junto de beneficiários provenientes de organizações de trabalhadores e representantes de empresários.

No que diz respeito à recolha de dados quantitativos, os inquéritos aplicados aos beneficiários apresentam alguma disparidade em termos de números de respostas por país. Esta questão prende-se com o facto de o número de beneficiários por país identificados pela equipa de gestão

do projeto para consulta ser igualmente díspar. Neste sentido, a presente avaliação não analisou as respostas aos inquéritos por país, mas sim de forma global.

Dada a ausência de metas nos indicadores do quadro lógico do Documento de Projeto (PRODOC) e/ou planos de atividades anuais, a avaliação considerou as metas definidas nos relatórios de atividades anuais para efeitos de análise dos resultados do Projeto.

5. CONSTATAÇÕES DA AVALIAÇÃO

5.1. RELEVÂNCIA, CONGRUÊNCIA E ADEQUAÇÃO ESTRATÉGICA

As evidências recolhidas no âmbito desta avaliação permitem aferir a relevância do Projeto no contexto dos PALOP-TL, bem como o pleno alinhamento dos objetivos do Projeto com as prioridades nacionais de desenvolvimento, com os objetivos das entidades financiadora e implementadora, bem como com os ODS.

Esta avaliação recorreu a três tipologias de indicadores para fundamentar a sua apreciação. *Primeiro*, recorreu a dados estatísticos disponibilizados em bases de dados de reconhecida qualidade. *Segundo*, considerou a perceção dos vários stakeholders e beneficiários do Projeto, expressas no inquérito aplicado, bem como nas entrevistas realizadas. *Terceiro*, analisou documentos estratégicos nacionais e internacionais chave no âmbito da proteção social.

Conforme sistematizado na Tabela 3, o contexto de proteção social, bem como o contexto laboral dos países beneficiários evidenciava fragilidades para as quais o Projeto procurou responder.

Em relação à proteção social os **indicadores** relativos à *meta* 1.3. dos ODS - *Percentagem da população abrangida por sistemas ou pisos de proteção social* –, coligidos pela OIT, indicam coberturas tendencialmente baixas nas diversas áreas da proteção social (e.g., assistência na deficiência, maternidade, desemprego) nos PALOP e Timor-Leste. Efetivamente, à data de início de Projeto, apenas dois indicadores superavam a marca de 50% de cobertura de proteção social em alguns países, a saber: 1) a percentagem de pessoas acima da idade legal de reforma que recebem uma pensão de velhice e/ou subsídios de apoio a idosos que registava uma cobertura de 92.1% em Cabo Verde em 2017, de 52.5% em São Tomé e Príncipe em 2016, e de 89.7% em Timor-Leste em 2016; e 2) Percentagem de pessoas em pobreza abrangidas por um sistema de proteção social que registava em 2018 uma cobertura de 94.9% em Timor-Leste⁸. Pese embora se verifique uma evolução positiva nas taxas de cobertura em 2020, as coberturas mantinham-se tendencialmente baixas, pelo que a relevância do Projeto se mantém.

De igual modo, alguns indicadores laborais indicavam a necessidade de expansão dos sistemas de proteção social. Por exemplo, a taxa de trabalhadores em pobreza era bastante elevada na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola em 2017, com valores acima dos 30%⁹. Adicionalmente, o mercado laboral nos PALOP e Timor-Leste revelava uma incidência acima dos 60% de emprego informal¹⁰. Além de efeitos negativos a nível de condições de trabalho e dos direitos laborais, a

⁸ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.3.1 – Proportion of population covered by social protection floors/system (%) – Annual”, SDG_0131_SEX_SOC_RT_A, June 2021, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 06/01/2022).

⁹ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.1.1 - Working poverty rate (percentage of employed living below US\$1.90 PPP) (%) - Annual”, SDG_0111_SEX_AGE_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 18/01/2022).

¹⁰ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 8.3.1 - Proportion of informal employment in total employment by sex and sector (%) – Annual”, SDG_0831_SEX_ECO_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 18/01/2022).

condição de emprego informal influi negativamente no acesso à proteção social¹¹. A situação nestes indicadores, para os quais há dados, não se alterou significativamente em 2019.

A situação pandémica COVID-19 evidenciou a ligação entre saúde e proteção social. Neste sentido, esta avaliação considerou pertinente analisar o índice de cobertura de acesso universal aos serviços de saúde. Tal como nos restantes indicadores, os índices de cobertura nos PALOP e em Timor-Leste são relativamente baixos¹². Tal situação evidencia potenciais lacunas nos sistemas de proteção social dos países beneficiários, para os quais respostas sociais podem ser necessárias.

As lacunas nos dados da Tabela 3 poderiam sugerir a ausência de programas ou iniciativas nos diversos ramos de proteção social sistematizados ao abrigo do indicador dos ODS 1.3.1. Tal interpretação seria parcialmente errónea. Por exemplo, o Relatório Mundial sobre Proteção Social de 2017-2019¹³, elaborado pela OIT dava nota que Angola provia proteção social em seis ramos (i.e., Criança e família, maternidade, acidentes de trabalho e doenças profissionais, deficiência/invalidez, sobrevivência, velhice) contudo, para Angola, o relatório apresentava dados apenas para o ramo velhice¹⁴ (a listagem sobre os ramos de proteção social existentes nos países beneficiários está presente na Tabela 5). Percebe-se, assim, que existem lacunas a nível da disponibilidade de dados estatísticos sobre proteção social nos PALOP e em Timor-Leste. Dados estatísticos de proteção social são indispensáveis para reforçar a capacidade de decisão de dirigentes e decisores políticos, bem como a adequação de programas e políticas às realidades nacionais. Assim as insuficiências a nível da disponibilidade de estatísticas de proteção social reforçam a relevância do Projeto, cuja ação, também, devota recursos à melhoria do processo de recolha de dados e produção de estatística de proteção social. Em 2020, a disponibilidade de dados estatísticos de proteção social aumentou nos países beneficiários, contudo permanecem fragilidades.

Os indicadores externos sugerem, assim, que o Projeto endereçou aspetos relevantes nos vários PALOP e TL, nomeadamente o reforço das estruturas nacionais de proteção social no sentido de expandir a oferta, bem como o objetivo de reforçar a componente estatística de dados de proteção social.

¹¹ ILO (International Labour Organization): “Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition)”, ISBN 978-92-2-131581-0, 2018.

¹² WHO (World Health Organization): “UHC Service Coverage Index (SDG 3.8.1)”, UHC_INDEX_REPORTED, November 2021, <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage> (consultado a 07/01/2022).

¹³ Utilizado neste caso para averiguar os dados existentes à data do início da Fase 2.

¹⁴ ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2017-2019”, 2017.

Tabela 3 – Indicadores de Proteção Social, desagregados por país, ano base e ano mais recente

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		São Tomé e Príncipe		Timor-Leste	
	Ano base	2020	Ano base	2020	Ano base	2020	Ano base	2020	Ano base	2020	Ano base	2020
Indicador ODS 1.1.1 – Taxa de trabalhadores na pobreza (percentagem de trabalhadores que vive abaixo de US \$1.90 PPP), + de 25 anos (%) - Anual (Working poverty rate)¹	39.3 (2017)	45.9 (2019) +6.6	1 (2017)	0.6 (2019) -0.4	59.8 (2017)	58.1 (2019) -1.7	58.5 (2017)	58.5 0	-	-	16.8 (2017)	16.4 (2019) -0.4
Indicador ODS 1.3.1 – Percentagem da população abrangida por sistemas ou pisos de proteção social (%) – Anual (Proportion of population covered by social protection floors/system 2)												
▪ Percentagem da população abrangida por pelo menos uma prestação de proteção social (Population covered by at least one social protection benefit)	9.9 (2017)	10.5 +0.36	30.4 (2017)	39.2 +8.8	-	0.9	10.9 (2016)	13.4 +2.5	-	11.5	-	30.6
▪ Percentagem de pessoas acima da idade legal de reforma que recebem uma pensão de velhice (Persons above retirement age receiving a pension)	14.5 (2012)	-	92.1 (2017)	84.8 -7.3	-	0.2	17.3 (2016)	52.5 +35.2	52.5 (2016)	71.5 +19	89.7 (2016)	100 +10.3
▪ Percentagem de pessoas com deficiência grave que recebem prestações pecuniárias (Persons with severe disabilities collecting disability social protection benefits)	-	-	30.2 (2017)	30.1 -0.1	-	0.2	2.6 (2017)	-	-	1.6	19.9 (2017)	21.6 +1.7
▪ Percentagem de pessoas desempregadas que recebem prestações pecuniárias de desemprego (Unemployed receiving unemployment benefits) ¹⁵	-	-	0.9 (2017)	3 +2.1	-	-	-	-	-	-	-	-
▪ Percentagem de mulheres que deram à luz e recebem prestações pecuniárias de maternidade (Mothers with newborns receiving maternity benefits)	-	-	-	19.3 (2020 ou mais recente) ₅	-	-	-	0.3 (2020 ou mais recente) ₅	-	2.0 (2020 ou mais recente) ₅	-	-

¹⁵ Válido só para Cabo Verde.

▪ Percentagem de pessoas abrangidas por proteção em caso de acidente de trabalho (<i>Employed covered in the event of work injury</i>)	-	-	-	50	-	-	-	6.2	-	20.9	-	31.3
▪ Percentagem de crianças e agregados familiares beneficiários de prestações familiares e por crianças a cargo (<i>Children/households receiving child/family cash benefits</i>)	-	-	38.2 (2017)	37.9 -0.3	-	-	-	0.3	-	-	-	38.2
▪ Percentagem de pessoas em pobreza abrangidas por um sistema de proteção social (<i>Poor persons covered by social protection systems</i>)	-	-	-	11.1	-	-	-	-	-	0.9	94.9 (2018)	-
▪ Percentagem de populações vulneráveis em que recebem prestações pecuniárias (<i>Vulnerable persons covered by social assistance</i>)	5.5 (2017)	5.1 -0.4	5.8 (2016)	19.8 +14	-	-	8.2 (2016)	10.1 +1.9	-	-	-	26.5
Indicador ODS 3.8.1 – Índice de cobertura de acesso universal aos serviços de saúde (UHC service coverage index)³	38.53 (2017)	38.69 (2019) +0.16	67.73 (2017)	69.41 (2019) +1.68	37.92 (2017)	37.1 (2019) -0.82	46.17 (2017)	46.8 (2019) +0.63	60.08 (2014)	60.25 (2019) +0.17	50.26 (2017)	52.51 (2019) +2.25
Indicador ODS 8.3.1 – Percentagem de emprego informal (total: agricultura e não-agricultura) (Proportion of informal employment in total employment, by sex – total -, and sector – Agriculture, Non-Agriculture: Total)⁴	84.3 (2011)	-	63.8 (2015)	-	94.8 (2018)	-	95.7 (2015)	-	-	-	71.6 (2013)	-

Fonte: A avaliadora, baseada em:

¹ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.1.1 - Working poverty rate (percentage of employed living below US\$1.90 PPP) (%) - Annual”, DG_0111_SEX_AGE_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#>

² ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.3.1 – Proportion of population covered by social protection floors/system (%) – Annual”, SDG_0131_SEX_SOC_RT_A, June 2021, <https://ilostat.ilo.org/data/#>

³ WHO (World Health Organization): “UHC Service Coverage Index (SDG 3.8.1)”, UHC_INDEX_REPORTED, November 2021, <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage>

⁴ ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 8.3.1 - Proportion of informal employment in total employment by sex and sector (%) – Annual”, SDG_0831_SEX_ECO_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#>

⁵ ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2020-2022”, 2021. Nota-se que os valores constantes neste relatório se referem a 2020 ou ao último ano disponível, não sendo possível distinguir os mesmos, daí ter-se optado pela introdução da a formulação “2020 ou mais recente”.

A auscultação dos beneficiários e dos stakeholders indicam uma conclusão similar. De acordo com os resultados do **inquérito online** aplicado por esta avaliação aos parceiros beneficiários, 80% dos respondentes declararam 'concordar' ou 'concordar bastante' que as atividades do Projeto estavam alinhadas com as necessidades das suas respetivas instituições. Apenas 5% discordaram, e 15% mantiveram-se neutros. Adicionalmente, 81% dos respondentes declararam 'concordar' ou 'concordar bastante' que as atividades do Projeto corresponderam à missão e objetivos das suas respetivas instituições. Nenhum respondente discordou. Estes resultados estão em linha com os resultados obtidos pelo inquérito aplicado durante a avaliação intermédia de novembro de 2021¹⁶.

No âmbito das **entrevistas** com os beneficiários foi reportado de forma consistente que existiu auscultação e diálogo na elaboração das atividades do Projeto, o que favoreceu a participação das instituições beneficiárias nas ações e atividades que mais se alinhavam com as suas orientações estratégicas. Transversalmente, foram apontados como exemplos de alinhamento com as respetivas estratégias institucionais o enfoque na capacitação de Recursos Humanos, bem como a participação do Projeto no desenvolvimento, adaptação ou aprimoramento de estratégias sectoriais nacionais.

A análise de documentos estratégicos-chave reforçam a relevância, congruência e adequação estratégica do Projeto para o contexto e prioridades dos países beneficiários. Em específico, o Projeto alinha-se com as seguintes estratégias:

Angola: O Projeto alinha-se, por exemplo, com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. No seu Eixo I – Desenvolvimento Humano e Bem-Estar -, o Plano definiu como prioridade de intervenção a modernização do sistema de proteção social. Definiu como objetivos o aumento da cobertura pessoal e material do sistema de proteção social obrigatória, assegurar a sustentabilidade financeira do sistema, e promover a qualidade da prestação dos serviços públicos¹⁷.

Cabo Verde: O Projeto alinha-se com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021, nomeadamente com o Objetivo 3, cujos eixos de intervenção incluíam o acesso a rendimento e serviços sociais de base (e.g., implementação do Rendimento Social de Inclusão), sistema de cuidados de dependentes, inclusão socioeconómica das pessoas com deficiência, atenção integral às famílias em situação de vulnerabilidade, integração das famílias imigrantes, bem como a proteção da criança e do adolescente contra situações de risco pessoal e social¹⁸.

Guiné-Bissau: O Projeto alinha-se com o Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "Terra Ranka" que, de entre vários objetivos, pretendia o reforço do sistema de proteção social do país¹⁹. Adicionalmente, o Projeto alinha-se com o *Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023*, nomeadamente com o Objetivo Estratégico 1 (Consolidar o estado de direito democrático, reformar e modernizar as instituições públicas)) que, entre outros objetivos, visa melhorar a capacitação dos recursos humanos, inclusive na área da proteção social²⁰.

Moçambique: O Projeto está em concordância com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015-2035, especificamente nos pilares "Desenvolvimento do capital humano" que previa a implementação de programas de proteção e assistência social básicas aos grupos populacionais mais vulneráveis. O plano incluía como meta o alargamento da proteção social de uma taxa de cobertura para esse grupo de 9% em 2014 para 75% em 2035²¹. Outros documentos estabeleceram objetivos relevantes para a cobertura da proteção social tais como o Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019, nomeadamente com o objetivo de desenvolver e fortalecer a área da previdência social do Estado, que incluía a implantação do Instituto Nacional de Previdência Social

¹⁶ ACTION/Portugal: "Relatório de Avaliação Intermédia", 2021.

¹⁷ Angola: "Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 Vol. I", 2018.

¹⁸ Cabo Verde: "Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021", 2018.

¹⁹ Guiné-Bissau: "Guiné-Bissau 2025 Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "Terra Ranka"", 2015.

²⁰ Guiné-Bissau (Ministério da Economia, Plano e Integração Regional): "Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023", 2020.

²¹ Moçambique: "Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)", 2014.

(INPS) a nível nacional, bem como melhoria no sistema e sustentabilidade, incluindo a nível da gestão, do sistema de pensões²². De igual modo, o Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024 estabeleceu como meta expandir o número de beneficiários dos Programas de Proteção Social, no âmbito do Objetivo Estratégico “Promover a igualdade e equidade de género, Inclusão Social e proteção dos segmentos mais vulneráveis da população”²³,

São Tomé e Príncipe: O Projeto alinha-se com Plano de Desenvolvimento 2017-2021, em específico com o objetivo de “desenvolvimento e ampliação do sistema sustentável de proteção social obrigatória e contributiva que cubra de forma eficaz os riscos da invalidez, velhice e morte para todas as famílias que participem no sistema”²⁴. Documentos mais recentes tais como o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024 mantêm o objetivo de reforçar o sistema de proteção social²⁵.

Timor-Leste: Em relação a Timor-Leste, o Projeto enquadra-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. O plano estabelecia como meta o estabelecimento de um sistema de segurança social universal, através de contribuições, o desenvolvimento de pacotes de rede de segurança social para famílias vulneráveis²⁶. Mais recentemente a Estratégia Nacional para a Proteção Social (ENPS) para o período 2021 – 2030, elaborada com apoio do Projeto, elencou como objetivos estratégicos a redução da pobreza, a melhoria e expansão social da segurança social para os trabalhadores e o desenvolvimento institucional²⁷.

OIT: O Projeto insere-se no âmbito de um conjunto alargado de Convenções e Recomendações da OIT das quais se destacam a Convenção relativa à Segurança Social (norma Mínima) de 1952 (C102), e a Recomendação relativa aos Pisos de Proteção Social de 2012 (R202)²⁸. Alinha-se, ainda, com os objetivos da Campanha Global de Pisos de Proteção Social²⁹, bem como com as prioridades expressas no Programa de Trabalho e Orçamento da OIT para o Biénio 2018-2019, com particular incidência com o *Outcome* 3³⁰. O Programa de Trabalho e Orçamento da OIT para o Biénio 2022-2023 mantém a incidência na melhoria dos sistemas de pisos de proteção social no *Outcome* 8³¹. Em específico para os países beneficiários, o Projeto enquadra-se nos Programas de Trabalho Digno por País (PTDP) de Angola (2015-2018), Cabo Verde (2012-2015), Guiné-Bissau (2012-2015), Moçambique (2011-2015), São Tomé e Príncipe (2018-2021)³², e Timor-Leste (2016-2020).

ODS: O Projeto endereça principalmente o ODS 1 (meta 1.3). De forma direta ou indireta contribui, ainda para os ODS 3 (meta 3.8), 5 (meta 5.4), 8 (meta 8.5), 10 (meta 10.4).

Financiador - GEP-MTSSS: O Projeto alinha-se com o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, nomeadamente com o Eixo II – “Desenvolvimento humano e bens públicos globais”, alínea E – “Promoção da proteção social, inclusão social e emprego”³³.

Do exposto, conclui-se, então que o Projeto era relevante, congruente e adequado à data da sua aprovação. Mais, verifica-se que a sua relevância se manteve.

²² Moçambique (Ministério de Economia e Finanças): “Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019”. 2016.

²³ Moçambique: “Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024”, 2020.

²⁴ São Tomé e Príncipe: “Plano de Desenvolvimento 2017-2021”, novembro 2017.

²⁵ São Tomé e Príncipe: “Plano Nacional de Desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024”, 2019.

²⁶ Timor-Leste: “Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030”, 2010.

²⁷ Timor-Leste: “Reunião do Conselho de Ministros de 11 de novembro de 2021”, 2021.

²⁸ OIT (Organização internacional do Trabalho): “Construir Sistemas de Proteção Social: Normas Internacionais e Instrumentos de Direitos Humanos”, 2020.

²⁹ <https://www.social-protection.org/gimi/Flagship.action>

³⁰ ILO (International Labour Organization): “Programme and Budget for the Biennium 2018-19”, 2017.

³¹ ILO (International Labour Organization): “Programme and Budget for the Biennium 2022-23”, 2021.

³² São Tomé e Príncipe e OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Programa de Promoção do Trabalho Digno 2018-2021 de São Tomé e Príncipe”, 2018.

³³ Portugal (Presidência do Conselho de Ministros): “Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014”, *Diário da República*, 1ª Série, n.º 47, 7 de março de 2014.

5.2. VALIDADE DO DESENHO DA INTERVENÇÃO

O PRODOC define um quadro de resultados com um Objetivo de Desenvolvimento, quatro Objetivos Imediatos e um conjunto de Produtos e Atividades que se relacionam de forma causal. Os objetivos e produtos contribuem de forma clara para o objetivo geral do Projeto: “Contribuir para melhorar a cobertura da proteção social e a qualidade das suas estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”.

O desenho do Projeto, assente na Convenção N.º 102 e Recomendação n.º 202, e enquadrado na Campanha Global dos Pisos de Proteção Social, assumiu de forma clara as diferenças de contexto nos vários países beneficiários, tendo adotado metodologicamente uma postura flexível na elaboração dos seus planos de trabalho anuais por país. A flexibilidade pressupôs um diálogo e consulta ativos com os beneficiários do Projeto na definição dos resultados anuais esperados em cada país. O diálogo e processo de consulta permitiu uma melhor adequação das atividades do Projeto aos diferentes estádios de desenvolvimento dos sistemas de proteção sociais dos diferentes países beneficiários. A opção favoreceu a relevância e adequabilidade do Projeto, já que permitiu, por um lado, manter um tronco comum entre todos os beneficiários e, por outro lado, adaptar-se às exigências próprias de cada beneficiário.

Esta opção metodológica revestiu-se de grande sucesso junto dos beneficiários. Ademais, a flexibilidade imbuída no desenho do Projeto foi reconhecida a nível internacional. Numa meta-análise conduzida pelo Gabinete de Avaliação da OIT, o desenho do ACTION/Portugal foi referenciado como dos casos de maior sucesso no âmbito de intervenções que envolvem beneficiários em estádios de desenvolvimento de sistema de proteção social diferenciados³⁴.

Apesar da base metodológica do desenho do Projeto se revestir de grande mérito que deve ser replicado em futuras iterações do Projeto, esta avaliação detetou um conjunto de possíveis melhorias que podem ser relevadas no futuro, notavelmente a nível do quadro lógico.

Apesar de terem sido definidas prioridades estratégicas distintas para os vários países, isto não se traduziu na definição das metas dos indicadores ao nível dos objetivos imediatos do quadro lógico. A não definição de metas por país limita a gestão de expectativas por país, podendo originar desequilíbrios de expectativas evitáveis. A avaliação verificou, ainda, que os indicadores do Projeto são exclusivamente definidos ao nível dos objetivos imediatos. Não foram definidos indicadores ao nível do objetivo geral e dos produtos o que permitiria entender o nível de realização do projeto a longo prazo (objetivo de desenvolvimento) e a curto prazo (produtos). Alguns dos indicadores definidos ao nível do objetivo imediato são de cariz operacional, como por exemplo, o Indicador 2.1: “Número de atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas”. Este tipo de indicadores relativos ao número de formações e/ou participantes poderiam ser remetidos para indicadores de produto, reservando para os objetivos imediatos indicadores que refletem as mudanças efetivas nos parceiros e beneficiários para as quais o Projeto contribuiu e que permitem analisar essa contribuição (por exemplo, o Indicador 3.1: “Nível de estatísticas e indicadores disponibilizados e atualizados pelos países para a monitorização das políticas e programas de proteção social e para a monitorização do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”).

Tendo em conta o contexto e as idiosincrasias de cada país abrangido, o desenvolvimento de metas por país poderia guiar de forma mais clara o trabalho do Projeto, permitindo à gestão do projeto, doador e *stakeholders* terem um entendimento claro dos objetivos estabelecidos para cada país. Neste sentido, esta avaliação sugere a definição de indicadores e metas ao nível do objetivo de desenvolvimento, que poderão passar pelas taxas de cobertura da proteção social nos PALOP e Timor-Leste, nomeadamente ao nível dos indicadores dos ODS relevantes para a temática do Projeto, tais como a *percentagem da população abrangida por sistemas ou pisos de*

³⁴ ILO (International Labour Organization): “Decent Work Results and Effectiveness of ILO Operations: An Ex-post Meta-analysis of Development Cooperation Evaluations 2019-2020”, September 2020, ISBN 978-92-2-033095-1, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---eval/documents/publication/wcms_756537.pdf.

proteção social (ODS Indicador 1.3.1), o número de novos de inscritos no sistema de proteção social em cada país, ou outros. A segunda fase do ACTION/Portugal contribuiu para melhorar o sistema estatístico nacional em matéria de dados de proteção social, principalmente em Cabo Verde e em Moçambique. Numa próxima fase, esse trabalho poderá ser alavancado no sentido de potenciar a inclusão de indicadores capazes de monitorizar a realização a longo-prazo do Projeto.

Na atual configuração do desenho do Projeto os indicadores não contêm linhas de base, dada a limitada disponibilidade de dados estatísticos de proteção social nos países abrangidos pelo Projeto. As metas dos objetivos imediatos são reportadas anualmente nos relatórios de atividades anuais, ao invés de serem identificadas à partida no PRODOC e/ou nos Planos de Atividades Anuais. No futuro, seria importante identificar a linha de base dos indicadores e definir as metas que o Projeto se propõe a atingir com base nesses dados base. Isto permitirá perceber de forma mais clara a evolução dos resultados e o contributo do Projeto.

5.3. INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Relativamente à integração de questões de género e não discriminação, apesar de o desenho inicial do Projeto não integrar intervenções especificamente direcionadas à igualdade de género e não discriminação, este tem como objetivo o aumento da cobertura da proteção social, contribuindo para a redução da pobreza, desigualdades, exclusão social e igualdade de género³⁵.

Assim, o Projeto procurou, na medida do possível, encontrar um equilíbrio ao nível dos participantes das capacitações. Conforme evidenciado na secção Eficácia, apesar de existir um equilíbrio de género nos participantes (homens - 52%; mulheres - 48%), algumas disparidades foram detetadas nos casos de Moçambique (homens - 80%; mulheres - 20%), e da Guiné-Bissau (homens - 73%; mulheres - 27%), o que demonstra a necessidade de se delinear uma estratégia específica para a integração das questões de género em cada país. Para além dos dados dos participantes, onde foi realizada a desagregação dos dados por género, não se verificou a existência de indicadores sensíveis ao género no desenho do Projeto.

Por outro lado, o trabalho do ACTION/Portugal nas estatísticas de proteção social e estudos atuariais promoveu um maior foco na desagregação dos dados estatísticos por género, por forma poder colmatar lacunas e constrangimentos no acesso à proteção social por parte das mulheres. Os boletins estatísticos desenvolvidos em Moçambique e Cabo Verde já apresentam essa desagregação.

Adicionalmente, foram desenvolvidos materiais específicos de formação sobre constrangimentos das mulheres no alargamento de cobertura da proteção social, do qual é exemplo o Seminário - *Reforçar o papel da Proteção Social em Timor-Leste no apoio às Vítimas de Violência Doméstica*, ministrado em novembro de 2020, no âmbito da Iniciativa *Spotlight* das Nações Unidas.

³⁵ OIT: "Report of the first phase 2018-2020: Building Social Protection Floors for All - ILO Global Flagship Programme", 2020.

5.4. EFICÁCIA

5.4.1. ALCANCE DOS OBJETIVOS DO PROJETO

O Projeto ACTION/Portugal definiu como Objetivo Geral “Contribuir para melhorar a cobertura da proteção social e a qualidade das suas estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste”. Este objetivo desagrega-se em quatro Objetivos Imediatos que contribuíram para a melhoria dos sistemas de proteção social nestes países, para os quais se apresenta seguidamente o nível de realização.

Conforme sistematizado na Tabela 4, dos quatro objetivos imediatos, dois foram plenamente alcançados e dois foram parcialmente alcançados, de acordo com os indicadores definidos. Os detalhes sobre os objetivos alcançados face às metas definidas são apresentados de forma sistemática no Anexo 5 deste relatório. Neste ponto, prossegue-se com a avaliação do alcance dos objetivos propostos.

Tabela 4 - Realização dos Objetivos Imediatos

Objetivo imediato 1 - Os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e programas para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social em concordância com as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

- Indicador 1.1. Número de países que têm estendido e/ou melhorado a cobertura e a adequação das prestações da proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, em concordância com a Recomendação n.º 202 e em linha com a implementação da meta 1.3 dos ODS.
- Indicador 1.2. Número de países que melhoraram benefícios ou a administração de pelo menos um dos seus regimes de segurança social, de acordo com a Convenção n.º 102 e os ODS.

Objetivo imediato 2 - Os países, em particular as instituições de proteção social e organizações de trabalhadores e de empregadores, têm desenvolvido, mediante ações de formação, as suas capacidades e competências para a implementação, acompanhamento e avaliação das políticas, estratégias e programas relacionados com o reforço e a extensão dos sistemas e programas de proteção social.

- Indicador 2.1. Número de atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas.
- Indicador 2.2. Número de funcionários públicos e membros dos parceiros sociais apoiados pelos governos para receber formação nas áreas da extensão da proteção social e da aplicação das normas internacionais da OIT sobre proteção social.
- Indicador 2.3. Nível de satisfação por parte dos participantes nas atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências.
- Indicador 2.4. Número de governos que concebem, atualizam ou implementam iniciativas para aperfeiçoar os seus projetos de proteção social através da melhoria do desempenho das instituições, do reforço do financiamento e da identificação de espaço fiscal, e da melhoria dos seus processos administrativos.

Objetivo imediato 3 - Os países têm melhorado as suas estatísticas sobre proteção social, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade, para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS.

- Indicador 3.1. Nível de estatísticas e indicadores disponibilizados e atualizados pelos países para a monitorização das políticas e programas de proteção social e para a monitorização do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (sobretudo a meta 1.3), preferencialmente com desagregação por género.

Objetivo imediato 4 - Os atores da proteção social melhoraram o acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participar na campanha mundial para a extensão da proteção social, e têm transferido boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

- Indicador 4.1. Número de materiais de apoio a políticas de proteção social que são difundidos e/ou disponibilizados em língua portuguesa.
- Indicador 4.2. Número de países formalmente aderentes à campanha global para a extensão da proteção social, por meio de anúncios e declarações públicas oficiais.
- Indicador 4.3. Número de boas práticas de proteção social que são partilhadas e adaptadas pelos Estados-membros da CPLP, num contexto de Cooperação Sul-Sul e Triangular, através do apoio prestado pelo Projeto.
- Indicador 4.4. Número de ações/iniciativas/seminários implementados no âmbito da proteção social para reforçar as capacidades do setor público, organizações de trabalhadores e de empregadores e da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP, através da Cooperação Sul-Sul e Triangular.



Globalmente, o Projeto contribuiu de forma eficaz para avanços na cobertura da proteção social e disponibilização de dados estatísticos em todos os países beneficiários, não permitindo que houvesse um retrocesso causado pela pandemia COVID-19. A sua presença tem sido essencial para apoiar a agenda da proteção social em todos os objetivos imediatos definidos.

No que respeita ao Objetivo 1, as metas foram cumpridas para todos os países beneficiários à exceção da Guiné-Bissau, i.e. o Projeto contribuiu para a melhoria na cobertura da proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, assim como nos benefícios e/ou administração de pelo menos um dos regimes de segurança social em Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Relativamente ao Objetivo 2, as atividades de capacitação do Projeto produziram resultados positivos no desenvolvimento de capacidades e competências junto dos profissionais e das instituições beneficiárias, o que reforçou as capacidades, competências, e estruturas institucionais em matérias de proteção social, nas suas diversas valências.

No Objetivo 3, todos os países beneficiaram de uma melhoria nos dados estatísticos de proteção social disponíveis para os indicadores relevantes de acordo com a legislação de cada país. Contudo, apenas Moçambique e Cabo Verde foram capazes de disponibilizar dados para todos os indicadores de proteção social relevantes. O caso de Moçambique é paradigmático ao nível da melhoria de dados estatísticos, com destaque para a criação de boletins estatísticos sobre proteção social. Os casos de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau fornecem boas indicações para a criação dos boletins estatísticos. Diferentemente, em São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, não se verificaram ainda avanços significativos, pelo que as metas deste Objetivo foram parcialmente alcançadas.

Relativamente ao Objetivo 4, as metas foram totalmente cumpridas, produzindo um impacto positivo na disponibilidade de conhecimento acessível em português, bem como no reforço de esquemas de cooperação Sul-Sul e Triangular.

Desta avaliação resulta a conclusão de que apesar dos diferentes contextos em que o Projeto operou - o que naturalmente influi nos resultados alcançados -, os países que possuem a presença efetiva de um perito alocado ao Projeto ou ponto focal no país verificaram uma evolução mais visível em relação ao alcance dos objetivos propostos. Apesar de existirem constrangimentos transversais ligados à pandemia COVID-19, que alteraram as prioridades dos países, e, consequentemente a disponibilidade dos seus recursos humanos tais como instabilidade política, rotatividade frequente em cargos de decisores e técnicos, bem como um menor interesse político na intervenção do ACTION/Portugal (no caso de Angola), entre outros desafios referidos ao longo da presente avaliação, os dados recolhidos indicam que um acompanhamento local presencial teria contribuído eficazmente para ultrapassar estes constrangimentos e potenciar a intervenção do Projeto, através de uma melhoria na quantidade e qualidade de atividades nos países com

maiores desafios. Tendencialmente, verificou-se que a dinamização das atividades é substancialmente maior nos países onde existe uma alocação de um perito ao Projeto ACTION/Portugal ou um ponto focal da OIT, com a exceção de São Tomé e Príncipe.

No caso da Guiné-Bissau, verificaram-se limitações na solidez da intervenção. Apesar de existirem avanços em atividades relevantes que serão analisados adiante (tal como a elaboração do boletim estatístico), grande parte das atividades planeadas foram parcialmente realizadas ou não realizadas/reprogramadas³⁶ devido a alguns fatores relevantes: a instabilidade política no país; o facto de não existir um acompanhamento local e a impossibilidade de realização de missões ao país desde o início da pandemia. Por esta razão, foi realizada uma nova missão em Dezembro de 2021 para definição de linhas estratégicas de trabalho com os atores beneficiários de forma a superar os constrangimentos verificados.

Em São Tomé e Príncipe, o número de atividades totalmente realizadas até ao momento, face ao previsto no desenho inicial, também é reduzido, tal como o número de beneficiários envolvidos. Para além das atividades de formação, o trabalho realizado tem sido essencialmente ao nível do INSS, ao contrário dos restantes países, visto que existe um projeto no país que se ocupa da área não contributiva (*SDG Fund for Social Protection*). Contudo, dado o baixo nível de participação dos parceiros beneficiários convidados para as consultas, não foi possível aprofundar as razões ligadas ao nível de realização das atividades e o alcance dos objetivos no país.

Os informadores-chave consultados acreditam que a previsão da próxima fase é muito positiva no que respeita ao comprometimento e disponibilidade política para assegurar a mesma capacidade de implementação e execução nos diferentes países. Em Angola, o Projeto tem verificado uma evolução positiva desde 2021, ano em que se concretizou o estabelecimento de uma perita da OIT no país, através do Projeto *Improving synergies between social protection and Public Finance Management* (financiado pela UE), contribuindo positivamente para a criação de relações mais próximas com os parceiros e, conseqüentemente, uma maior dinamização nas atividades ligadas à criação do boletim estatístico sobre proteção social.

De seguida, analisa-se, em maior detalhe, os resultados obtidos em cada um dos objetivos imediatos.

5.3.1. OBJETIVO IMEDIATO 1

O PRODOC definiu como Objetivo 1 que “os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e projetos para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social em concordância com as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas”. Os resultados obtidos para o Objetivo 1 diferiram entre os países beneficiários. O alcance diferenciado do objetivo imediato 1 era expectável, porquanto o ponto de partida dos sistemas e proteção social dos países beneficiários era consideravelmente distinto, tal como o número de atividades previstas por país.

O quadro lógico do Projeto (ver Anexo 5) estabeleceu dois indicadores de medição do cumprimento do objetivo imediato 1. O primeiro indicador (indicador 1.1.) estabeleceu como meta que até 2021 todos os países beneficiários tivessem estendido e/ou melhorado a cobertura e a adequação das prestações da proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, em concordância com a Recomendação 202, e em linha com as metas do ODS 1.3. O segundo indicador (indicador 1.2.) estabeleceu como meta que até 2021 todos os governos dos países beneficiários melhoraram benefícios ou a administração de pelo menos um dos seus regimes de segurança social, de acordo com a Convenção n.º 102 e os ODS.

³⁶ De acordo com os dados registados pela equipa de projeto no Smartsheet.

Tal como seguidamente se apresenta, as evidências em bases de dados internacionais³⁷, nos Relatórios Finais do Projeto de 2019³⁸ e 2020³⁹, na avaliação intermédia⁴⁰, bem como as informações reportadas durante o processo de entrevistas permitiram aferir que ambos os indicadores foram cumpridos para todos os países beneficiários à exceção da Guiné-Bissau; país para o qual foram reportados avanços importantes, mas que à data desta avaliação, ainda não tinham produzido os resultados desejados. Assim, o Objetivo Imediato 1 é valorado como tendo sido parcialmente cumprido.

Referente às metas do primeiro indicador do Objetivo Imediato 1, os dados externos estandardizados, coligidos e publicados pela OIT nos *Relatórios Mundiais sobre Proteção Social* de 2014-2015, 2017-2019 e 2020-2022 (ver Tabela 5), indicam dinâmicas distintas nos países beneficiários no que se refere à extensão da cobertura de proteção social, quando considerado o número de ramos da proteção social com cobertura legal nos países. Por um lado, Angola aumentou de seis para sete os ramos de cobertura entre os relatórios 2017-2019 e 2020-2022, tendo sido acrescido o ramo referente à proteção em doença. Por outro, Moçambique e São Tomé e Príncipe estagnaram em seis o número de ramos legalmente cobertos. Os dados disponíveis para o biénio 2020-2022 são omissos em relação a Timor-Leste, pelo que não é possível verificar a evolução através deste indicador. De igual modo, para a Guiné-Bissau apenas estão disponíveis os dados para o biénio 2020-2022. Cabo Verde respondia já aos oito ramos da proteção social no âmbito do indicador dos ODS 1.3.1. Uma análise desagregada pela tipologia de ramos, revela que todos os PALOP e Timor-Leste oferecem cobertura nos ramos deficiência e invalidez, sobrevivência, bem como velhice⁴¹.

Tabela 5 – Número de Ramos da Proteção Social, anos selecionados, desagregado por país

	N.º de Ramos Cobertos			Ramos
	2014-2015	2017-2019	2020-2022	
Angola	-	6	7	Criança e família, Maternidade, Doença, Acidentes de trabalho e doenças profissionais, Deficiência/invalidez, Sobrevivência, Velhice
Cabo Verde	7	8	8	Criança e família, Maternidade, Doença, Desemprego, Acidentes de trabalho e doenças profissionais, Deficiência/invalidez, Sobrevivência, Velhice
Guiné-Bissau	-	-	3	Acidentes de trabalho e doenças profissionais, Deficiência/invalidez, Sobrevivência, Velhice
Moçambique	6	6	6	Criança e família, Maternidade, Doença, Deficiência/invalidez, Sobrevivência, Velhice
São Tomé e Príncipe	6	6	6	Maternidade, Doença, Acidentes de trabalho e doenças profissionais, Deficiência/invalidez, Sobrevivência, Velhice
Timor-Leste	-	4	-	Maternidade, Deficiência/invalidez, sobrevivência, velhice

Fonte: A avaliadora baseada em:

¹ ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2014-2015”, 2015.

² ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2017-2019”, 2017.

³ ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2020-2022”, 2021.

⁴ <https://www.social-protection.org/>

³⁷ <https://www.social-protection.org/>

³⁸ ACTION/Portugal: “Relatório Final 2019 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2020.

³⁹ ACTION/Portugal: “Relatório Final 2020 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2021.

⁴⁰ ACTION/Portugal: “Relatório de Avaliação Intermédia ACTION/Portugal - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste (Fase 2)”, 2020.

⁴¹ ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2014-2015”, 2015.; ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2017-2019”, 2017.; ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2020-2022”, 2021.; <https://www.social-protection.org/>.

Além do número de ramos para os quais os países beneficiários dispõem de disposições legais, é relevante avaliar as melhorias de cobertura, bem como a adequação das prestações. Em termos de cobertura, e como anteriormente referido e exposto na Tabela 3, os dados existentes para monitorização da evolução do indicador dos ODS 1.3.1 são insuficientes para uma análise detalhada. Existem, no entanto, indicações de melhoria na percentagem de pessoas abrangidas por pelo menos uma prestação social em Angola, Cabo Verde e Moçambique. Igualmente a percentagem de pessoas acima da idade legal de reforma que recebem uma pensão de velhice aumentou em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. No caso de Cabo Verde, a percentagem decaiu ligeiramente (i.e., 7.3 pontos percentuais entre 2017 e 2020). A percentagem de pessoas com deficiência grave que recebem prestações aumentou ligeiramente em Timor-Leste. Do mesmo modo, aumentou a percentagem de pessoas desempregadas que recebem prestações pecuniárias de desemprego em Cabo Verde. Por fim, a percentagem de população vulnerável que recebe prestações pecuniárias aumentou em Cabo Verde e Moçambique, e diminuiu muito ligeiramente em Angola (i.e., 0.4 pontos entre 2017 e 2020)⁴².

Percebe-se, assim, que Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste aumentaram a sua cobertura de proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social. Para a Guiné-Bissau apenas existem indicadores para três funções, e só para 2020. Desta forma, não é possível aferir a evolução. De qualquer modo, os poucos dados existentes indicam coberturas inferiores a 1%, o que indicia a necessidade de maior enfoque na melhoria do sistema de proteção social da Guiné-Bissau.

Por força da situação pandémica COVID-19, a questão sanitária ascendeu na agenda política mundial, inclusive na sua ligação com a proteção social dado que situações de estado de emergência limitaram o acesso a partes da população a rendimentos (formais ou informais). Neste ponto, dados coligidos pela Organização Mundial de Saúde indicam que o índice de cobertura de acesso universal aos serviços de saúde melhorou, ainda que muito ligeiramente entre 2017 e 2019 – ou entre 2014 e 2019 no caso de São Tomé e Príncipe – em todos os países beneficiários à exceção da Guiné-Bissau, que observou uma ligeira descida de 0.82 pontos⁴³.

Debruçando agora sobre a adequação das respostas sociais existentes, esta avaliação verificou que o apoio técnico do Projeto permitiu empreender melhorias e/ou adaptações nas políticas e estratégias nacionais no setor, novamente, em todos os países com exceção da Guiné-Bissau.

Destaca-se o apoio técnico do Projeto a Cabo Verde para que este ratificasse a Convenção 102⁴⁴. Após um longo processo, Cabo Verde tornou-se signatário em janeiro de 2020 tendo, para esse feito, aceite as três partes mínimas exigidas para se tornar signatário da Convenção 102, nomeadamente as partes III, V e VII. Este desenvolvimento positivo de Cabo Verde, possível apenas com o apoio técnico do Projeto, grangeia uma maior sustentabilidade aos resultados obtidos no país, por representar um comprometimento internacional do país com a Convenção. Este passo – ainda que existam partes não ratificadas (partes II, IV, VI, VIII, IX e X) – é muito significativo no espaço da CPLP, já que Cabo Verde se tornou o terceiro país da CPLP a ratificar a convenção, depois de Portugal (1994) e do Brasil (2009)⁴⁵. Neste sentido, o exemplo de Cabo Verde pode servir de farol para os restantes membros da CPLP que ainda não ratificaram. A realização de campanhas de sensibilização sobre a Convenção 102 em São Tomé e Príncipe pretende, igualmente, promover a ratificação da Convenção pelo país.

⁴² ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.3.1 – Proportion of population covered by social protection floors/system (%) – Annual”, SDG_0131_SEX_SOC_RT_A, June 2021, <https://ilostat.ilo.org/data/#>

⁴³ WHO (World Health Organization): “UHC Service Coverage Index (SDG 3.8.1)”, UHC_INDEX_REPORTED, November 2021, <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage> (consultado a 07/01/2022).

⁴⁴ ACTION/Portugal: “Relatório Final 2019 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2020.

⁴⁵ ILO (International Labour Organization): “Ratifications of C102 – Social Security (Minimum Standards) Convention, 1952 (No. 102)”, https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312247 (consultado a 03/01/2022).

A nível da melhoria/adaptação das respostas, o Projeto prestou apoio técnico na definição de estratégias e acompanhamento da implementação de medidas de resposta à COVID-19, em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.

No seu trabalho focalizado com os países beneficiários, o Projeto apoiou na (re)definição de planos e estratégias nacionais. Apontam-se, apenas, alguns exemplos do trabalho encetado. Em Angola, o Projeto apoiou o desenvolvimento da Política Nacional da Ação Social. Em Cabo Verde, o Projeto apoiou na elaboração do documento de reestruturação do Fundo de Solidariedade. Em Moçambique, apoiou na preparação da Estratégia Nacional de Segurança Social Obrigatória, cuja aprovação está pendente no Conselho de Ministros. O projeto, apoiou, ainda, na proposta de reforma para o sistema de seguro de saúde do país, bem como na revisão da estratégia de investimentos e capitalização dos fundos de reserva do sistema nacional de pensões. Em São Tomé e Príncipe, apoiou na elaboração de um plano de financiamento do sistema de cobertura universal de saúde. Em Timor-Leste, o Projeto prestou apoio técnico para a reestruturação da Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021-2030, bem como apoiou o desenvolvimento do primeiro plano de implementação anual da mesma e a estrutura de governação para a sua gestão e acompanhamento. Adicionalmente, à data desta avaliação, encontrava-se a prestar apoio técnico para o desenvolvimento de uma lei-base de proteção social. No caso da Guiné-Bissau o Projeto apoiou a constituição de um diálogo nacional para a definição e adoção de uma política nacional de proteção social. Este é um passo importante para a melhoria futura do enquadramento político-estratégico do país.

Referente ao indicador 1.2 do Objetivo Imediato 1, as informações recolhidas indiciam melhorias de benefícios ou na administração de pelo menos um dos regimes de segurança social de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Em Angola foi reportado que o Projeto apoiou na implementação de um sistema de apoio social com base em transferências monetárias em invés de transferências através de bens e produtos. Em Cabo Verde, por exemplo, foram apontadas como melhorias a aprovação do subsídio de desemprego – ainda que com coberturas baixas -, bem como a introdução do Rendimento Social de Inclusão. Em São Tomé e Príncipe, iniciou-se o processo de extensão de proteção social contributiva para trabalhadores independentes. Por fim, em Timor-Leste, verificou-se a introdução de uma prestação não contributiva temporária como resposta à COVID-19, a reforma do programa Bolsa Mãe, bem como o desenvolvimento de diversas componentes do programa Apoio Monetário às Famílias.

5.3.2. OBJETIVO IMEDIATO 2

De acordo com PRODOC, o Objetivo imediato 2 visava desenvolver um conjunto de ações de formação destinadas a instituições de proteção social dos PALOP e de Timor-Leste, bem como a organizações de trabalhadores e empregadores. As ações de formação ambicionavam desenvolver capacidades e competências para a implementação, acompanhamento, e avaliação de políticas e programas relacionados com a extensão dos programas de proteção social nos países beneficiários.

O quadro lógico do Projeto estabeleceu metas anuais para o Objetivo Imediato 2, para os indicadores 2.1, 2.2, e 2.3. O indicador 2.1 almejava a realização de dez (10) atividades de formação, capacitação e intercâmbio. O indicador 2.2 almejava a capacitação anual de 200 funcionários públicos, bem como a capacitação de 5 parceiros sociais. Por fim, o indicador 2.3 almejava que 80% dos formandos classificassem a oferta formativa com um índice de satisfação de muito bom. Por último o PRODOC estabeleceu como indicador 2.4 que todos os países beneficiários tivessem concebido, atualizado ou implementado iniciativas para aperfeiçoar os seus projetos de proteção social através da melhoria do desempenho das instituições, do reforço do financiamento e da identificação de espaço fiscal, e da melhoria dos seus processos administrativos. De acordo com as evidências recolhidas, os objetivos traçados foram integralmente cumpridos.

De acordo com dados enviados pela Gestão do Projeto a esta avaliação, entre 2019 e 2021 o Projeto desenvolveu pelo menos 39 ações de formação, incluindo cursos de formação, seminários, mesas

redondas e simpósios⁴⁶. Das 39 ações, 31 (79 %) desenvolveram-se com participantes de apenas um país beneficiário, e oito (21%) com mais do que um país beneficiário. O volume de atividades formativas atingiu, assim, as metas anuais traçadas.

As ações que juntaram participantes de mais países foram o “Curso à distância sobre o modelo atuarial de pensões” que juntou 135 participantes de todos os PALOP, Timor-Leste, e Portugal em 2020. A questão dos estudos atuariais foi, ainda, alvo de ações mais restritas em volume e participantes (entre 4 a 7), e direcionadas somente para Cabo Verde e Moçambique. O “Curso de Estatística de Proteção Social – Fase IV”, juntou participantes de todos os PALOP, de Timor-Leste, Os cursos de estatística de proteção social (fases II a IV) foram os que incluíram mais participantes de diferentes países (199 participantes de oito países). Juntando participantes de pelo menos dois dos países beneficiários, o Projeto desenvolveu, ainda, uma formação em E-Coaching sobre proteção social, para 9 participantes todos os PALOP à exceção da Guiné-Bissau, em gestão financeira de uma instituição de segurança social, que juntou participantes de Cabo Verde (25) e da Guiné-Bissau (7). Adicionalmente, esta a formação foi ministrada individualmente em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, e em Timor-Leste. Todas as restantes áreas de capacitação cingiram-se a participantes nacionais, apesar de, pontualmente, participarem elementos de Portugal. Tal como explorado no ponto “Objetivo Imediato 4”, a realização de ações de capacitação com nacionais de vários países da CPLP visava reforçar os laços entre os países, bem como promover cooperação Sul-Sul e Triangular.

Percebe-se, assim, que a matriz comum e transversal a todos os países beneficiários da capacitação do Projeto assentou em matérias ligadas à produção de dados estatísticos, aos estudos atuariais, bem como à gestão financeira de instituições de segurança social; áreas nas quais o Projeto identificou fragilidades e que foram identificadas pelos países como prioritárias.

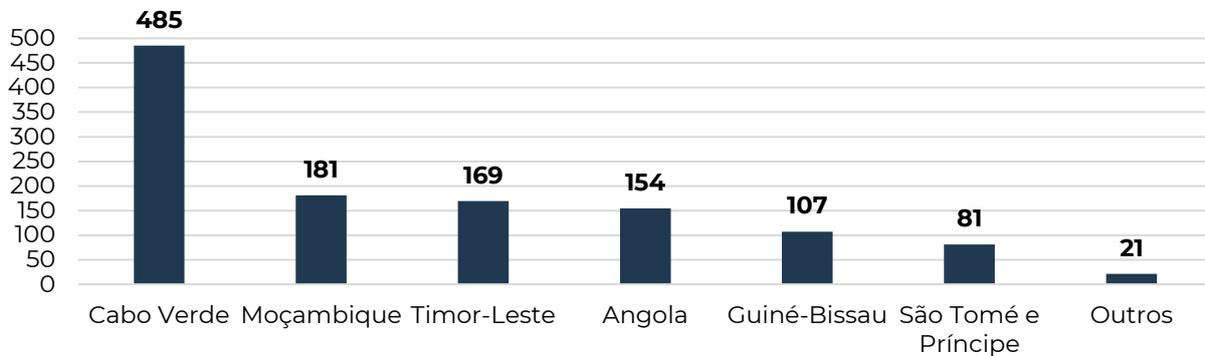
As restantes ações de capacitação endereçaram, então, participantes nacionais. Por exemplo, em Angola o Projeto desenvolveu ações sobre a Política Nacional da Ação Social, bem como sobre como alargar a proteção social aos trabalhadores da economia informal. Em Cabo Verde, foram desenvolvidas ações no âmbito da capacitação para a utilização do aplicativo do Cadastro Social Único para algumas das prestações sociais do país – Pensão Social, Rendimento de Solidariedade (emergência COVID-19), da montagem do Sistema de Gestão e Informação dos Cuidados, bem como no âmbito da Carta Social. Na Guiné-Bissau foi realizado um seminário de otimização dos processos internos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)-Guiné-Bissau. Em Moçambique foram desenvolvidas ações específicas no âmbito da interoperabilidade e cruzamento de informações, bem como sobre governação dos investimentos de fundos previdenciais. Em Timor-Leste foram organizados seminários e simpósios sobre o futuro da Segurança Social em Timor-Leste, sobre bases gerais da proteção social, e sobre o papel da proteção social no apoio às vítimas de violência de género. Para São Tomé e Príncipe não foram realizadas ações além dos cursos de estatística e modelo atuarial.

O Projeto seguiu, portanto, um modelo duplo. Por um lado, apostou em capacitação transversal em áreas de interesse e necessidade comuns aos PALOP e a Timor-Leste. Esta ação transversal permitiu fomentar ligeiramente as relações Sul-Sul nas áreas da estatística de proteção social, modelo atuarial e, parcialmente, em gestão financeira de instituições de segurança social. Por outro lado, o Projeto apostou na capacitação em áreas de necessidades específicas dos diversos países beneficiários, o que permitiu ao Projeto alinhar a sua missão aos distintos estádios de desenvolvimento das estruturas e sistemas nacionais ligadas à proteção social.

Pese embora o Projeto tenha desenvolvido ações de capacitação em todos os PALOP e Timor-Leste, o número de participantes nas diversas ações de formação foi desequilibrado em termos de nacionalidade. Tal como se verifica na Ilustração 1, cerca de 40% dos participantes foram de nacionalidade cabo-verdiana, 15% moçambicana, 14% timorense, 13% angolana, 9% guineenses, 7% são-tomenses. Os restantes 2% representam nacionais não especificados.

⁴⁶ Excluem-se neste ponto os webinars que serão tratados separadamente.

Ilustração 1 - Número total de participantes nas ações de capacitação ACTION/Portugal, desagregado por nacionalidade de participante, 2019-2021



Fonte: Avaliadora, baseada em dados do ACTION/Portugal

O somatório dos participantes das diversas ações de formação (excluindo webinars) para o período 2019-2021 indica que pelo menos 1198 profissionais receberam formação ou participaram em ações de capacitação. Ressalva-se, no entanto, que alguns profissionais (cerca de 10%) participaram em mais do que uma ação. Assim, após verificação, esta avaliação estima que o Projeto tenha, efetivamente, alcançado cerca de um mínimo de 1050 profissionais⁴⁷. As metas de capacitação de funcionários públicos e parceiros sociais alcançados excedeu as metas estabelecidas⁴⁸.

Considerando o número de participantes, esta avaliação verificou um relativo equilíbrio de género, tendo as ações integrado a participação de 631 homens (53%), e 567 de mulheres (47%). Este equilíbrio global esconde, todavia, disparidades relevantes a nível nacional. Efetivamente, tal como expresso na Tabela 6, apenas Angola registou um equilíbrio de género dos profissionais designados para as ações, havendo disparidades assinaláveis nos casos de Moçambique, e da Guiné-Bissau.

⁴⁷ Esta avaliação encetou esforços para aferir o número de pessoas individuais abrangidas pelo Projeto através da análise do nome completo (nome e sobrenome) dos participantes. Os dados cedidos a esta avaliação indicam a existência de 903 nomes completos distintos, o que indicia que o projeto alcançou 903 pessoas. Contudo, este valor pode não ser completamente exato, já que gralhas ou o registo de um sobrenome distinto podem produzir duplicação. Assim, esta avaliação sente-se confortável, apenas, em afirmar que o projeto alcançou cerca de 900 pessoas.

⁴⁸ No quadro lógico (Anexo 5), o número de funcionários públicos capacitados apresentados excede o número de participantes aqui apresentado. Tal não se deve a um erro, mas à opção de apresentar nesta secção apenas os valores referentes à atividade formativa, deixando a questão dos webinars para ser analisada separadamente no sub-capítulo "Adaptação do projeto à Pandemia da COVID-19". A opção de separar prende-se com o facto de webinars terem uma dinâmica diferente das restantes ações de capacitação.

Tabela 6 –Número total de participantes nas ações de capacitação ACTION/Portugal, desagregado por nacionalidade de participante e género, 2019-2021

	Mulher	Homem	Total	Mulher %	Homem %
Angola	75	79	154	49%	51%
Cabo Verde	305	180	485	63%	37%
Guiné-Bissau	29	78	107	27%	73%
Moçambique	41	140	181	23%	77%
São Tomé e Príncipe	33	48	81	41%	59%
Timor-Leste	68	101	169	40%	60%
Outros / Não identificado	16	5	21	76%	24%
Total	567	631	1198	47%	53%

Fonte: Avaliadora, baseada em dados do ACTION/Portugal

Em termos institucionais, as várias formações abrangeram profissionais de mais de 200 entidades⁴⁹, incluindo entidades governamentais (e.g., Ministérios, Institutos, Câmaras Municipais, Embaixadas), organizações de trabalhadores e empregadores, assim como ONGs. Quando considerado o número de profissionais participantes nas ações por entidade de origem, é claro que a capacitação foi mais incisiva junto de entidades governamentais. Efetivamente, apenas 17 entidades públicas concentraram cerca de 65% dos participantes das diversas ações de formação, a saber: INPS (Cabo Verde e Moçambique), INSS (Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor-Leste), Instituto Nacional de Estatística (INE) (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe) / Direção Geral Estatística (Timor-Leste), FAS (Fundo Apoio Social), Ministério da Ação Social Família e Promoção da Mulher(MASFAMU), Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) (Angola), Ministério da Família Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS) (Cabo Verde), e MSSI (Moçambique, Timor-Leste).

De acordo com os dados facultados, a evolução do número de participantes ao longo dos 3 anos de implementação do Projeto (ver Tabela 7) revela que 2020 foi o ano com mais participantes nas ações de formação (45%), seguido de 2021 (28%), e 2019 (27%).

⁴⁹ Tal como no número de beneficiários não foi possível a esta avaliação aferir o número exato de entidades beneficiárias, apenas um número aproximado.

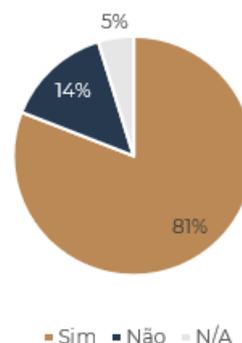
De acordo com as entrevistas realizadas aos beneficiários, as formações foram percebidas como sendo de qualidade e úteis para o desenvolvimento das suas atividades profissionais. O inquérito aplicado espelha a percepção veiculada durante o processo de entrevistas. Quando questionados sobre se ficaram satisfeitos com o nível de qualidades das atividades, 86% concordaram ou concordaram bastante, e 14% expressaram neutralidade. Mais relevante, 77% dos respondentes concordaram ou concordaram bastante que as atividades do Projeto contribuíram para aumentar as suas competências profissionais. O impacto das competências adquiridas foi, também, alvo de questionamento, sendo que 81% dos respondentes afirmaram já terem aplicado as competências adquiridas nas suas funções profissionais. Apenas 14% afirmaram ainda não ter aplicado os conhecimentos adquiridos (ver Ilustração 2).

Os elevados níveis de satisfação reportados a esta avaliação estão em linha com o grau de satisfação que os formandos reportaram ao Projeto. De acordo com informação disponibilizada a esta avaliação, os questionários de avaliação aplicados pelo Projeto indicaram que, na média dos três anos, 85,6% dos participantes indicaram um índice de satisfação de muito bom., o que supera a meta traçada de 80%. Verifica-se, assim o cumprimento do indicador 2.3.

O inquérito solicitou, ainda, aos respondentes que identificassem uma ou duas competências adquiridas que consideravam mais relevantes. Do leque de respostas, destacam-se a recolha e análise de dados de proteção social, a elaboração de boletins estatísticos, a gestão financeira de instituições de segurança social, bem como a capacidade de articulação interinstitucional e trabalho em rede.

A apreciação positiva por parte dos beneficiários foi equivalente à expressa pelos peritos formadores. Em resposta ao inquérito aplicado por esta avaliação, todos os peritos respondentes concordaram que foi possível adequar as atividades de capacitação aos níveis de conhecimento dos participantes. Ademais todos classificaram como *positivo* ou *muito positivo* o nível de relevância de capacitação para os beneficiários participantes (ver Ilustração 3).

Ilustração 2 - Questão inquérito a beneficiários: “Já apliquei as competências adquiridas nas minhas funções profissionais.”



Fonte: Inquérito avaliação

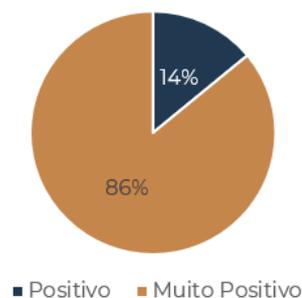
Tabela 7 - Número total de participantes nas ações de capacitação ACTION/Portugal, desagregado por ano, 2019-2021

Ano	# participantes
2019	324
2020	540
2021	334

Fonte: Avaliadora, baseada em dados do ACTION/Portugal

Neste ponto releva notar a importância da realização das atividades de capacitação em língua portuguesa. De acordo com as informações veiculadas pelos beneficiários durante o processo de entrevistas, fora das ações promovidas pelo ACTION/Portugal, as formações no CIF-Turim são tendencialmente promovidas em inglês ou espanhol o que limita a capacidade de participação dos profissionais das entidades beneficiárias por limites linguísticos. Assim, a ministração de cursos em língua portuguesa foi percebida pelos beneficiários como um fator essencial para a disseminação de conhecimento e práticas em matérias de extensão de proteção social. Para o desenvolvimento de formações em língua portuguesa foi indispensável a ação do CEP-MTSSS (doador), através de peritos formadores para as formações ministradas no CIF-Turim em português, nomeadamente técnicos provenientes do MTSSS, do ISS, do IGFS, da DGS e do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social (IGFCSS). Por outro lado, no caso específico de Timor-Leste, crescem dificuldades na capacitação em sala e em contexto de trabalho dos participantes beneficiários na língua portuguesa, visto que nem todos os participantes (tanto ao nível técnico, como ao nível de chefia) falam a língua fluentemente. Para mitigar este constrangimento, o Projeto recorre à tradução de documentos de trabalho para Tétum e realiza a capacitação em contexto de trabalho na mesma língua.

Ilustração 3 - Questão inquirido a peritos formadores: “Como classifica o nível de relevância das atividades de capacitação para os participantes beneficiários?”



Fonte: Inquérito avaliação

Igualmente relevante, foi o acompanhamento no local de trabalho (*on the job training*), que permitiu o acompanhamento da implementação dos conteúdos transmitidos durante as atividades formativas. Esta atividade foi importante, por exemplo, para apoiar os Municípios de Cabo Verde na utilização dos instrumentos de gestão de prestações sociais, administrados pelo MFIDS.

Referente ao indicado 2.3 esta avaliação verificou que todos os países beneficiários conceberam, atualizaram ou implementaram iniciativas para aperfeiçoamento dos seus projetos de proteção social, através da melhoria do desempenho das suas instituições, do reforço do financiamento, e da identificação de espaço fiscal, e da melhoria dos seus processos administrativos. Além da capacitação por meio das formações e acompanhamento em local de trabalho, o apoio do Projeto materializou-se, também, por ações no âmbito da elaboração de estudos, apoio técnico-institucional, reforço de financiamento, bem como de campanhas de sensibilização.

Concernente a estudos, esta avaliação verificou que o Projeto apoiou o Instituto Nacional de Proteção Social (INPS) de Cabo Verde na elaboração de estudos atuariais de investimentos e gastos em saúde para melhorar a gestão do ramo doença e maternidade; assim como estudos e apoio legal para a re-estruturação das evacuações externas efetuadas pelo CNPS. Na Guiné-Bissau, foram realizadas três missões no terreno em 2019 que contribuíram para a produção de um documento com recomendações sobre a estrutura, incluindo os constrangimentos, do INSS-Guiné-Bissau. Em Moçambique o ACTION/Portugal apoiou na análise do impacto do COVID-19 para a estratégia de formalização de trabalhadores informais. Adicionalmente apoiou um novo estudo atuarial, incluindo recomendações, para o INSS-Moçambique, bem como um estudo sobre os obstáculos à inscrição dos cidadãos moçambicanos na segurança social. Para São Tomé e Príncipe, sobre a extensão da proteção social, e contribuíram para a identificação de mudanças a introduzir para integrar os trabalhadores independentes e domésticos no INSS. Por fim, em Timor-Leste, o Projeto contribuiu para o desenvolvimento de estudos atuariais.

Referente ao apoio técnico institucional o apoio do Projeto foi diversificado. Em Cabo Verde o Projeto apoiou o reforço do sistema de informação e do banco de dados do Centro nacional de Prestações Sociais (CNPS). Na implementação dos programas do MFIDS e do CNPS, na implementação do Cadastro Social Único (em conjunto com o Banco Mundial), incluindo o

desenvolvimento de aplicações informáticas, bem como no reforço do sistema informático do CNPS a nível da institucionalização das pensões da diáspora. Na Guiné-Bissau, o Projeto apoiou na elaboração de fluxogramas detalhados dos procedimentos internos de gestão financeira, fazendo o acompanhamento da sua implementação com base em recomendações previamente definidas. Apoiou na melhoria do trabalho do INSS-Guiné-Bissau a nível organizativo, e de processos. Adicionalmente, prestou assistência técnica para a melhoria do sistema de cobranças coercivas do INSS-Guiné-Bissau. Em São Tomé e Príncipe prestaram apoio – apesar de limitado – à Direção de Proteção Social e Solidariedade (DPSS) para a assistência a idosos, bem como o INSS no desenvolvimento de ferramentas para ampliar a proteção social de trabalhadores domésticos e independentes. Em Timor-Leste, apoiou o INSS-Timor-Leste na revisão completa dos processos internos e preparação de novos fluxogramas, em parceria com iniciativas de cooperação bilateral.

Relativo ao reforço financeiro, durante 2021 o Projeto desenvolveu esforços para a identificação de parcerias entre a OIT e a UNICEF no sentido de desenvolver um novo Projeto para a elaboração de estudos diagnósticos de apoio ao processo de extensão da cobertura da segurança social. Em Cabo Verde, em conjunto com a UNICEF, ajudou na captação de fundos (300 mil USD) para reforçar o pagamento do Rendimento Social de Inclusão Emergencial. Em Timor-Leste desenvolveu esforços para captar financiamento para o Programa de Apoio Monetário às Famílias através do *Multi Partner Trust Fund*.

Por fim, a nível de campanhas de sensibilização, em Cabo Verde, o Projeto contribuiu para a promoção dos 100 anos de proteção social da OIT. Em São Tomé e Príncipe está prevista para o primeiro trimestre de 2022 ações de sensibilização da Convenção 102. Em Timor-Leste, o Projeto incidiu em campanhas de sensibilização sobre a relevância da segurança social obrigatória e voluntária, bem como no apoio à formalização de trabalhadores do setor informal. Neste ponto, o Projeto é pioneiro, tendo sido reportado a esta avaliação a intenção futura de elaboração de um estudo sobre os efeitos destas campanhas, bem como o estabelecimento de sinergias com parceiros do complexo das Nações Unidas para que a questão da formalização de trabalhadores seja incluída nas suas iniciativas. Adicionalmente, o Projeto sensibilizou para a importância do Orçamento da Segurança social. Estes tipos de campanhas são relevantes para gerarem massa crítica de apoio ao desenvolvimento de estratégias e iniciativas no domínio da proteção social.

Conclui-se, assim, que as atividades de capacitação do Projeto produziram um impacto positivo no desenvolvimento de capacidades e competências junto dos profissionais e das instituições beneficiárias, o que reforçou as capacidades, competências, e estruturas institucionais em matérias de proteção social, nas suas diversas valências.

5.3.3. OBJETIVO IMEDIATO 3

O Objetivo Imediato 3 visou a melhoria das estatísticas sobre proteção social dos países beneficiários, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade, para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS. Como meta, estabeleceu a disponibilidade e atualidade de indicadores relevantes dos ODS de acordo com a legislação de cada país no que respeita à cobertura global; acidentes de trabalho; crianças; desemprego; maternidade; invalidez; velhice e população vulnerável.

O enfoque na melhoria da recolha, análise e disponibilidade de dados estatísticos de proteção social reveste-se de relevância dada a sua necessidade para a tomada de decisões políticas e estratégicas conscientes. Ademais, a existência de indicadores fidedignos permite a monitorização de progressos e/ou retrocessos. De acordo com o reportado a esta avaliação, durante a primeira fase do ACTION/Portugal foram aferidas graves lacunas nesta área. Uma parte relevante dos dados de proteção social existentes para os países beneficiários eram recolhidos por organizações internacionais como a OIT, devido às fragilidades dos sistemas nacionais de estatísticas de proteção social. Deste modo, a segunda fase do Projeto intentou a construção de sistemas nacionais de estatística de proteção social capazes e fidedignos. Este objetivo foi pioneiro no contexto dos países beneficiários.

Para o cumprimento deste objetivo, o Projeto delineou uma estratégia assente em dois eixos principais: a capacitação de técnicos em estatística de proteção social, e a constituição de grupos interinstitucionais para a recolha, produção, análise e divulgação de dados estatísticos de proteção social. O esforço pretendia que todos os países beneficiários constituíssem um sistema nacional com produção de boletins estatísticos de qualidade e com regularidade.

Em termos de capacitação, o Projeto desenvolveu três formações que capacitaram cerca de 200 funcionários públicos no conjunto dos países beneficiários. Em termos de número de ações de formação todos participaram em três, à exceção de Timor-Leste que participou em duas. A nível institucional, diferentes países envolveram mais ou menos instituições públicas nas capacitações. Tal como coligido na Tabela 8, o Projeto capacitou pelo menos um técnico em entre três a seis instituições em cada país. As instituições envolvidas incluíram instituições dedicadas à proteção social (e.g., INPS, INSS), os institutos nacionais de estatística (INE) dos respetivos países ou instituição homóloga no caso de Timor-Leste, ministérios das finanças, bem como o ministério da saúde no caso de Timor-Leste.

As formações incluíram técnicos de diferentes instituições no sentido de estabelecer conhecimentos, relações interpessoais e diálogo entre as várias instituições nacionais envolvidas na constituição de um sistema nacional de estatísticas de proteção social.

No mesmo sentido, o Projeto apoiou a criação e formalização de grupos interinstitucionais na área da estatística social. Estes grupos, formal ou informalmente, foram constituídos em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Moçambique. De acordo com informações reportadas a esta avaliação, em Timor-Leste a formalização deste grupo está iminente.

Tabela 8 – Número de instituições capacitadas para estatística de proteção social, desagregado por país 2019-2021

	Total	Instituições
Angola	6	FAS (Instituto de Desenvolvimento Local), INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), MAPTSS (Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social), MASFAMU (Ministério da Ação Social Família e Promoção da Mulher), INE (Instituto Nacional de Estatística) e INAC (Instituto Nacional da Criança).
Cabo Verde	6	CNPS (Centro Nacional de Prestações Sociais), IGT (Inspeção Geral do Trabalho), INE (Instituto Nacional de Estatística), INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), MFIDS (Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social), e Ministério das Finanças.
Guiné-Bissau	3	INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), MMFSS (Ministério da Mulher Família e Solidariedade Social), INE (Instituto Nacional de Estatística)
Moçambique	6	INAS (Instituto Nacional de Ação Social), INE (Instituto Nacional de Estatística), INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), Ministério da Economia e Finanças, MGCAS (Ministério do Género, Criança e Ação Social), Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social
São Tomé e Príncipe	3	INE (Instituto Nacional de Estatística), INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), Direção da Proteção Social Solidariedade e Família
Timor-Leste	6	Comissão da Função Pública, Direção Geral de Estatística, INSS (Instituto Nacional de Segurança Social), Ministério da Educação, Juventude e Desporto, Ministério da Saúde, MSSI (Ministério da Solidariedade Social e Inclusão), Konfederacao Sindicato de Timor-Leste (KSTL)

Fonte: A avaliadora, baseada em dados do Projeto (i.e., assistência em cursos de formação de estatística).

Este trabalho de fundo produziu desenvolvimentos positivos em todos os países beneficiários, sendo que o impacto das formações e dos grupos interinstitucionais divergiu em cada país. Por se terem verificado resultados distintos, procede-se a uma breve explicação da situação em cada país.

Em **Angola**, foi reportado a esta avaliação que as formações potenciaram melhorias nos sistemas pré-existentes de recolha de dados a nível institucional. Por exemplo, os dados recolhidos eram

tendencialmente agregados. Após as formações a recolha passou a incluir uma certa desagregação de dados (e.g., género). No que respeita à constituição do grupo interinstitucional, este promoveu o diálogo entre as diversas instituições públicas (e.g., INE, INSS, MAPTSS e MASFAMU), tendo favorecido o desempenho das várias instituições. Na formalização da equipa multissetorial constituinte do grupo verificaram-se impasses, contudo a sua formalização por despacho ministerial teve lugar durante a presente avaliação. O objetivo de publicação de um Boletim Estatístico de Proteção Social em 2021 não foi atingido.

Cabo Verde é identificado como um dos países onde os avanços foram mais notórios. Tal como no caso de Angola, as formações foram percebidas como positivas e geradoras de melhorias institucionais. Por exemplo, o INPS-Cabo Verde melhorou a regularidade com que publicava os dados disponíveis, tendo estipulado publicações trimestrais. Efetivamente, no site do INPS-Cabo Verde estão disponíveis boletins trimestrais do primeiro trimestre de 2019 até ao primeiro trimestre de 2021⁵⁰. O boletim do primeiro trimestre de 2021, por exemplo, desagrega dados em função do tipo de apoio prestado, género, território, entre outros⁵¹. No que concerne ao Boletim Estatístico de Proteção Social, o Ministério das Finanças coordenou o grupo interinstitucional criado. De acordo com as informações recolhidas, o lançamento do Boletim está previsto para março de 2022.

Na **Guiné-Bissau** as formações obtiveram uma receção positiva, tendo sido reportado que estas permitiram aumentar a autonomia institucional neste campo, notavelmente ao nível de conceptualização metodológica. Relativamente à constituição de grupos interinstitucionais com a finalidade de elaboração do Boletim Estatístico de Proteção Social, foi reportado que o grupo foi constituído e é presidido pelo INSS e pela Direção Geral da Solidariedade Social. Houve, contudo, a necessidade de contratar uma equipa de consultores para apoiar a construção do boletim estatístico e facilitar a interlocução entre as várias entidades. O lançamento do Boletim está previsto para o fim do primeiro trimestre de 2022. Contudo, atualmente, olhando para os dados estatísticos de proteção social disponíveis no país, entende-se que até ao momento não tenham sido produzidos efeitos tangíveis verificáveis, conforme se verifica na Tabela 3, onde, em comparação com os restantes PALOP e TL, a Guiné-Bissau é o país que apresenta o menor número de indicadores com dados disponíveis. A ausência de um técnico do Projeto em permanência no país, bem como a fraca capacidade institucional e a instabilidade política são apontados como fatores relevantes para o atraso na realização dos objetivos do Projeto.

Moçambique constituiu-se como caso de grande sucesso nesta matéria. A formação prestada pelo Projeto foi bem recebida, e resultou quer na ambição de elaboração do boletim de Proteção Social, quer na ambição de inclusão de novos indicadores referentes, por exemplo, à economia informal, força laboral, e trabalho infantil. Tal como nos restantes países, foi constituído um grupo interinstitucional para a elaboração do Boletim. O primeiro Boletim foi publicado em 2019⁵². Inclui estatísticas de proteção social, desagregadas por temáticas, género, território, entre outros. Nos anos subsequentes, 2020⁵³ e 2021⁵⁴ Moçambique continuou a publicar o Boletim, estando este já na terceira edição. Os três boletins, em acesso aberto a todos os interessados, reconhecem o apoio do ACTION/Portugal para a sua elaboração. A continuidade indica um forte impacto do Projeto, bem como indicia a sustentabilidade da prática. Moçambique, foi, assim o único país beneficiário a cumprir o objetivo de publicação do Boletim até à data desta avaliação. O sucesso e processo de Moçambique nesta área foi considerado como uma Boa Prática na monitorização de progressos da extensão da cobertura de proteção social em 2021 pela OIT. O reconhecimento engrandece o país, assim como o Projeto, já que este foi parte integrante do sucesso alcançado. Ademais projeta internacionalmente quer o país, quer as práticas e métodos do Projeto⁵⁵.

⁵⁰ <https://inps.cv/estatisticas/> (consultado a 18/01/2022).

⁵¹ INPS (Instituto Nacional de Previdência Social): "Boletim Estatístico I Trimestre 2021", *Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuariais, e Relações Internacionais*, 2021.

⁵² Moçambique: "1º Boletim Estatístico sobre Proteção Social", 2019.

⁵³ Moçambique: "2º Boletim Estatístico sobre Proteção Social", 2020.

⁵⁴ Moçambique: "3º Boletim Estatístico sobre Proteção Social", 2021.

⁵⁵ ILO (International Labour Organization): "The Mozambican Statistical Bulletin: a best practice in monitoring the progress of the extension of social protection coverage", 2021.

Em relação a **São Tomé e Príncipe**, o processo tem-se verificado relativamente moroso. As formações foram bem recebidas, e existe uma clara consciência de que a ausência de estatísticas de proteção social é um impedimento para o avanço das políticas sociais. A constituição do grupo interinstitucional foi efetivada, primeiro sob tutela do INSS e, posteriormente do INE. Foi reportado a esta avaliação que a alteração na tutela do grupo interinstitucional foi positiva, e permitiu alguns avanços. À data desta avaliação, o processo para a elaboração do Boletim Estatístico sobre Proteção Social estava na fase de identificação de indicadores. A introdução da tecnologia de videoconferência (Zoom) potenciou avanços nesta matéria.

Tal como no caso de São Tomé e Príncipe, o processo em **Timor-Leste** está, ainda, nas suas fases primárias. A formação prestada pelo Projeto foi percebida como positiva, tendo sido pioneira no país. Esta potenciou a elaboração de um *roadmap* sobre a potencialidade do país em alargar a sua cobertura estatística. São assumidas de forma clara as graves lacunas do país em termos de capacitação, bem como de recursos humanos e físicos para a elaboração de produtos estatísticos. Relativamente aos grupos interinstitucionais, foram já encetados esforços, nomeadamente através da criação de um grupo Whatsapp para o efeito. Mais uma vez, a introdução de tecnologias de informação potenciou avanços. De acordo com informações reportadas a esta avaliação, estima-se que a formalização da equipa esteja concluída durante o primeiro trimestre de 2022.

De acordo com o quadro lógico, a métrica para a avaliação do Objetivo Imediato 3 incidia sobre a disponibilidade e atualidade de indicadores relevantes dos ODS no que respeita à cobertura global; acidentes de trabalho; crianças; desemprego; maternidade; invalidez; velhice e população vulnerável. O quadro lógico não apresentou uma *baseline*, nesse sentido esta avaliação estipulou os dados disponíveis para o indicador agregado dos ODS 1.3.1, tal como coligidos pela OIT e apresentados na *Tabela 3*, como medida de progresso. Nesse sentido, tal como se expressa na Tabela 9, verifica-se que, com exceção de Angola, a disponibilidade de indicadores de proteção social aumentou em todos os países beneficiários. Em termos de desagregação por género, é perceptível que esta ainda não é uniforme, havendo essa desagregação apenas para alguns indicadores.

Clarifica-se, no entanto, que os dados disponíveis, podem, no entanto, ser superiores aos expressos na Tabela 9. Por exemplo, no caso de Moçambique, o 3º Boletim Estatístico sobre Proteção Social (2021) refere a cobertura no indicador deficiência, contudo a existência desses dados ainda não se reflete nas bases de dados da OIT. Do mesmo modo, o INSS-Angola divulga online dados sobre velhice (desagregado por mês, ano e velhice) para os anos de 2020 e 2021⁵⁶. Adicionalmente, os peritos do Projeto no terreno identificaram algumas disparidades entre os dados disponibilizados a nível nacional e os dados registados nas bases de dados da OIT (utilizados para esta avaliação). Constitui-se como relevante reforçar a capacidade de reporte dos países beneficiários em relação aos dados que dispõe e a harmonização dos dados nacionais nas bases de dados da OIT.

Tabela 9 – Disponibilidade de indicadores, desagregado por país, anos selecionados

País	Ano Base	Último ano	Total último ano
Angola	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2017) ▪ Velhice (2012) ▪ População vulnerável (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2020) ▪ População Vulnerável (2020) 	2
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2017) ▪ Velhice (2017) ▪ Deficiência (2017) ▪ Desemprego (2017) ▪ Crianças (2017) ▪ População Vulnerável (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2020) ▪ Velhice (2020) ▪ Deficiência (2020) ▪ Desemprego (2020) ▪ Acidente de Trabalho (2020) ▪ Crianças (2020) ▪ Pobreza (2020) ▪ População Vulnerável (2020) 	8

⁵⁶ <https://portalssnum.inss.gov.ao>

Guiné-Bissau	N/D	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2020) ▪ Velhice (2020) ▪ Deficiência (2020) 	3
Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2016) ▪ Velhice (2016) ▪ Deficiência (2017) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2020) ▪ Velhice (2020) ▪ Acidente de Trabalho (2020) ▪ Crianças (2020) ▪ População Vulnerável (2020) 	5
São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Velhice (2016) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2020) ▪ Velhice (2020) ▪ Deficiência (2020) ▪ Acidente de Trabalho (2020) ▪ Pobreza (2020) 	5
Timor-Leste	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Velhice (2016) ▪ Deficiência (2017) ▪ Pobreza (2018) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura Global (2020) ▪ Velhice (2020) ▪ Deficiência (2020) ▪ Acidente de Trabalho (2020) ▪ Crianças (2020) ▪ População Vulnerável (2020) 	6

Fonte: A avaliadora, baseada em: ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.3.1 – Proportion of population covered by social protection floors/system (%) – Annual”, SDG_0131_SEX_SOC_RT_A, June 2021, <https://ilostat.ilo.org/data/#>

Em suma, todos os países beneficiaram de uma melhoria nos dados disponíveis para os indicadores relevantes de acordo com a legislação de cada país. Contudo, face à meta estabelecida, só Cabo Verde foi capaz de disponibilizar dados para todos os indicadores relevantes, alcançando a meta na sua totalidade. Assim, considerando que a área de estatística social se encontra em estádios embrionários em alguns dos países beneficiários tais como a Guiné-Bissau e Timor-Leste esta avaliação considera como parcialmente cumprido o Objetivo Imediato 3. Pese embora os percalços que em devido tempo se apontaram, contribuiu para esta apreciação a forte indicação de que a abordagem (capacitação, e grupos interinstitucionais) seguida para o alcance do objetivo se demonstrou ser correta e eficaz. O caso de Moçambique é paradigmático, mas os casos de Angola e Cabo Verde fornecem boas indicações de sucesso da abordagem. Onde, comparativamente, o Projeto obteve menos sucesso, em São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, e Timor-Leste, não seria realisticamente expectável um avanço significativo, quando consideradas as fortes fragilidades a nível das estruturas, conhecimentos técnicos, recursos humanos, bem como de outros recursos. Assim, esta avaliação valora e destaca na sua apreciação o método de trabalho seguido, em detrimento da métrica estipulada no quadro lógico.

Torna-se, assim, clara a necessidade do Projeto em estabelecer metas diferenciadas para os países beneficiários. É necessário que a compreensão – patente nos documentos do Projeto – de que os países se encontram em estádios de envolvimento distintos, encontre respaldo nas metas estipuladas.

5.3.4. OBJETIVO IMEDIATO 4

O Objetivo imediato 4 intentou na melhoria do acesso e conhecimento dos atores de proteção social no sentido da sua participação na campanha mundial para a extensão da proteção social, bem como na transferência de boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular. Com esta finalidade, o Projeto estabeleceu quatro metas: a disponibilização de materiais de proteção social em Português (10 por ano), a adesão à campanha global para a extensão da proteção social – por meio de declarações ou ações concordantes –, a partilha de pelo menos quatro boas práticas no contexto da CPLP, e, por último, a realização de pelo menos quatro iniciativas de reforço das capacidades em proteção social das instituições do setor público, de representantes dos trabalhadores, de empresas, e da sociedade civil no âmbito da CPLP através de cooperação Sul-Sul e triangular.

De acordo com informação constante no *Relatório Final 2020*⁵⁷, bem como informação disponibilizada pela equipa do Projeto a esta avaliação, **o ACTION/Portugal disponibilizou mais de dez materiais de proteção social em português anualmente**; excedendo, assim, a meta traçada. De acordo com os dados disponibilizados no Quadro de Resultados do Projeto, este disponibilizou 128 materiais de formação, relatórios, documentos de trabalho, ferramentas e publicações em língua portuguesa. Por exemplo, em 2020 o projeto disponibilizou para português o compêndio “Construir sistemas de proteção Social: normas internacionais e instrumentos de direitos humanos” (originalmente publicado em 2019 em inglês)⁵⁸, e em 2022 o relatório “Estender a segurança social aos trabalhadores da economia informal” (originalmente publicado em inglês em 2019 e revisto em 2021)⁵⁹. Além de documentos disponibilizados no âmbito do Projeto, o website do ACTION/Portugal disponibiliza materiais cuja elaboração e/ou tradução para português fora apoiada (do ponto de vista financeiro e/ou técnico) pelo GEP-MTSS e/ou pelo escritório da OIT em Lisboa, tais como o estudo “Guia sobre a Inspeção do Trabalho e a Segurança Social” (originalmente publicado em inglês em 2020) disponibilizado em 2021⁶⁰, ou o relatório de 2019 “Trabalhar para um Futuro Melhor”⁶¹.

Salienta-se, neste ponto, a adaptação do Projeto à situação pandémica, que, tal como se abordará na próxima secção, resultou na disponibilização de mais de vários recursos direcionados ao combate à pandemia. As atividades do Projeto incidem maioritariamente na disponibilização em português de recursos emanados pela OIT, contudo, o Projeto contribuiu, também, para a tradução de recursos emanados da Associação Internacional de Segurança Social (AISS)⁶².

Adicionalmente o projeto produziu 19 vídeos e 6 páginas de internet entre 2019 e 2021. Esta avaliação verificou que os recursos gerados estão publicamente acessíveis, por exemplo, no website da OIT. Além da disponibilização e acessibilidade, o Projeto promoveu e divulgou estes recursos através do seu grupo no Facebook⁶³, bem como, mais recentemente, no seu website, onde se encontra uma biblioteca com os múltiplos recursos (escritos e vídeo)⁶⁴. O lançamento do website do Projeto em janeiro de 2022 – com uma biblioteca online que reúne os recursos em português gerados – constitui-se como uma evolução positiva na divulgação e acessibilidade dos recursos em português. Até então, os recursos estavam dispersos por vários websites (i.e., site da OIT, plataforma de proteção social, página da OIT Lisboa). Adicionalmente, o Projeto distribuía diretamente os recursos aos peritos para distribuição quer junto das entidades dos países beneficiários, quer nas redes sociais. Para incentivar o acesso a estes recursos o projeto promoveu eventos de discussão e divulgação dos vários recursos. Estas ações são positivas, contudo a organização de todo o acervo produzido no website do Projeto, pode potenciar melhorias no acesso à informação.

De acordo com informações reportadas a esta avaliação, a existência de recursos sobre proteção social em português é fundamental para o avanço da proteção social nos países beneficiários, já que limitações linguísticas impedem os técnicos das instituições beneficiárias de acederem a conteúdo e conhecimento em línguas estrangeiras. Neste sentido, constituiu-se de igual importância a disponibilização do Monitor de Proteção Social em português⁶⁵. O monitor inclui medidas de proteção social encetados pelos vários países, incluindo as medidas de resposta à

⁵⁷ ACTION/Portugal: “Relatório Final 2020 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2021.

⁵⁸ OIT (Organização internacional do Trabalho): “Construir Sistemas de Proteção Social: Normas Internacionais e Instrumentos de Direitos Humanos”, 2020.

⁵⁹ OIT (Organização internacional do Trabalho): “Estender a Segurança Social aos Trabalhadores da Economia Informal”, 2022.

⁶⁰ OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Guia sobre a inspeção do Trabalho e a Segurança Social”, 2021

⁶¹ OIT (Organização internacional do Trabalho): “Trabalhar para um Futuro Melhor – Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho”, 2019.

⁶² AISS (Associação Internacional de Segurança Social): “Diretrizes da ISSA: Erro, evasão e fraude nos sistemas de segurança social”. 2020.

⁶³ <https://www.facebook.com/groups/620237081466171>

⁶⁴ <https://www.actionportugal.org/>

⁶⁵ <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=3542&lang=EN>

pandemia COVID-19. Do mesmo modo, e tal como previamente referido, o desenvolvimento de formações em português acresce ao contributo do Projeto em projetar a língua portuguesa, o que potencia maior acessibilidade ao conhecimento sobre proteção social.

Efetivamente, a existência de recursos em português é valorada positivamente pelos beneficiários do Projeto. Respeitante aos recursos elaborados, de acordo com o inquérito aplicado por esta avaliação 81% dos respondentes declararam já ter descarregado ou consultado os recursos disponibilizados pelo Projeto. Destes, 29% consideraram que a consulta tinha tido grande utilidade, 32% de utilidade razoável, 29% pouca utilidade, e 11% não responderam. A diversidade de classificações, reflete a grande diversidade de instituições incluídas no Projeto, podendo indicar que o Projeto ainda não disponibilizou material de nicho, mas estruturante, para todos os países beneficiários. Do ponto de vista linguístico é relevante, ainda, mencionar o esforço empreendido pelo Projeto na disponibilização de documentação e material de formação em tétum. Em sede de entrevista, foi reportado que em Timor-Leste a existência de material em tétum facilitou a comunicação entre o Projeto e os parceiros e beneficiários.

De acordo com o reportado a esta avaliação, em virtude dos sucessos alcançados e da vontade em projetar as boas práticas seguidas pelos beneficiários, o Projeto iniciou um processo de tradução de documentos em português para inglês, eg., “Boas Práticas na monitorização da extensão da cobertura de proteção Social: o caso do Boletim Estatístico de Moçambique”. Desta forma procurou constituir-se enquanto emissor de conhecimento. Esta atividade é relevante para a projeção e reconhecimento internacional, quer do Projeto quer dos países beneficiários, pelo que se considera uma prática merecedora de continuidade em futuras iterações do Projeto.

No que concerne à meta de **adesão à campanha global para a extensão da proteção social** – por meio de declarações ou ações concordantes –, esta avaliação verificou o cumprimento da mesma. Por exemplo, as declarações conjuntas de todos os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP nas 108^a (2019)⁶⁶ e 109^a (2021)⁶⁷ Conferência Internacional do Trabalho reafirmaram o compromisso em ampliar a proteção social nos países da CPLP. Do mesmo modo, as medidas de proteção social implementadas como resposta à COVID-19 contribuíram para a extensão da cobertura social, tanto nos regimes contributivo como não contributivo. A nível individual várias atividades são nota do cumprimento desta meta, tais como as oito edições da “Semana de Proteção Social de Moçambique”, a aprovação do Orçamento da Segurança Social pelo Governo e Parlamento de Timor-Leste, entre outros.

De acordo com informações reportadas a esta avaliação, a **partilha de boas práticas** entre os países beneficiários, assim como entre os Estados-membros da CPLP constituiu-se, igualmente, como meta bem-sucedida do Projeto. A meta de quatro boas-práticas partilhadas foi excedida em 2019 (6 boas práticas), e 2020 (9 boas práticas), e alcançada em 2021 (quatro boas práticas). Por exemplo, em 2019 Moçambique partiu do caso prático de Portugal para encetar melhorias na interoperabilidade de bases de dados e cruzamento de informações no sistema de proteção social. Em 2020, as lições aprendidas em Moçambique, Equador, e com o GEP-MTSSS potenciaram a elaboração de avaliações atuariais em todos os PALOP, Portugal e Timor-Leste. Finalmente, em 2021, Cabo Verde partilhou com os restantes países a sua experiência bem-sucedida com o Cadastro Social Único, experiência essa derivada a partir de exemplos da América Latina. Os exemplos elencados – que se reforçam no Anexo 5 – permitem verificar a existência de partilha de boas práticas num contexto de cooperação Sul-Sul e Triangular, que promovem um sistema de interajuda e troca de informações e experiência entre os países.

Igualmente direcionado a fomentar cooperação Sul-Sul e Triangular, com incidência no reforço das capacidades do setor público, organizações de trabalhadores, empregadores, e sociedade civil dos Estados-membros da CPLP, o Projeto almejou a realização anual de pelo menos quatro **ações/iniciativas/seminários**. A meta foi superada em 2019 (cinco ações) e em 2020 (onze ações),

⁶⁶ “Declaração dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP por ocasião da 108^a Conferência Internacional do Trabalho”, Genebra, 17 de Junho de 2019.

⁶⁷ “Declaração dos Ministros do Trabalho da CPLP por ocasião da 108^a Conferência Internacional do Trabalho”, conferência virtual, 11 de Junho de 2021.

contudo não foi atingida em 2021 (três ações). Apesar da meta anual de 2021 ter sido apenas parcialmente atingida, no global dos três anos, os objetivos foram superados, pelo que avalia esta meta como cumprida.

De acordo com o reportado em entrevistas para esta avaliação, a aposta em iniciativas potenciadoras de cooperação Sul-Sul e Triangular foi bem recebida pelos beneficiários. Os beneficiários consideram positivas as trocas de experiência entre as estruturas de vários países, tendo expressado vontade de alargamento das componentes de missões ao terreno. As missões ao terreno foram apontadas como importantes para aferição das práticas quotidianas e infraestruturas das instituições congéneres em outros países, o que foi considerado relevante para mimigar de forma adaptada as boas práticas dos países beneficiários. Foram reportados a esta avaliação exemplos de como esta troca de informações incentivou melhorias nos sistemas de proteção social. Por exemplo, na Guiné-Bissau foi desenvolvido um projeto piloto de transferência monetária que apoiou cerca de 1 200 famílias. A ideia para o Projeto piloto derivou de uma visita efetuada ao MFIDS de Cabo Verde.

De acordo com o questionário aplicado, 76% dos respondentes consideraram que as atividades do Projeto facilitaram o estabelecimento de contactos entre as várias instituições, e entre as instituições homólogos dos vários países da CPLP. Os restantes 24% expressaram neutralidade. A neutralidade explica-se pelo facto de nem todos os beneficiários terem beneficiado de iniciativas envolvendo outros países. Em entrevista, alguns técnicos expressaram que não tinham tido contacto com técnicos de outros países, mas que tal seria positivo, por potenciar trocas de informações em termos de organização de trabalho, processos, e ultrapassagem de obstáculos comuns.

A pandemia causou muitos entraves ao desenvolvimento de missões no terreno, contudo, a adaptação do Projeto para formato digital (e.g., formações à distância, Webinars ESTAMOS ON!) permitiu mitigar os efeitos negativos desse facto. Ademais, foi reportado a esta avaliação que as sessões em formato digital potenciaram trocas de informação salutares que auxiliaram as entidades beneficiárias a adaptarem os seus sistemas de proteção social em resposta à COVID-19,

Conclui-se, assim, que as metas traçadas para o Objetivo Imediato 4 foram alcançadas, e que produziram um impacto positivo na disponibilidade de conhecimento acessível em português, bem como no reforço de esquemas de cooperação Sul-Sul e Triangular.

5.3.5. ADAPTAÇÃO DO PROJETO À PANDEMIA DA COVID-19

Como resultado dos graves constrangimentos causados pela COVID-19 em termos de mudanças de prioridades nos países, inviabilização da realização de viagens internacionais, o Projeto teve necessidade de adaptar as suas atividades e ações. Tal como parcialmente explanado anteriormente, o Projeto encetou/potenciou ações de apoio aos países beneficiários na adaptação das suas respostas nacionais à situação pandémica, nomeadamente na adaptação dos seus respetivos sistemas de proteção social. Estas ações decorreram fora do âmbito do PRODOC e dos planos de atividades anuais, o que revela boa capacidade de adaptação do Projeto face a circunstâncias imprevistas.

A avaliação verificou adaptações a vários níveis, dos quais se destacam o apoio técnico para a adaptação de estratégias e instrumentos nacionais de proteção social (objetivo imediato 1), adaptação das ações de capacitação previstas (objetivo imediato 2), e tradução de documentos estratégicos e de informação (objetivo imediato 4).

Relacionado com o **Objetivo imediato 1** destacam-se as seguintes adaptações:

Assessoria técnica. O Projeto desenvolveu várias iniciativas de apoio técnico para apoiar os países beneficiários na sua resposta ao contexto pandémico. A situação pandémica evidenciou fragilidades e resultou na adaptação de estratégias nacionais (e.g., relevância da proteção social do domínio da saúde). De entre as diversas ações do projeto salientam-se, por exemplo, em

Moçambique o Projeto participou na elaboração de um estudo sobre o impacto da COVID-19 na economia informal. O estudo formulou um conjunto de recomendações tendo por base a recolha de dados efetuada junto de organizações representantes de trabalhadores do setor informal⁶⁸. De acordo com o Relatório de Final 2020 do Projeto, o conhecimento produzido pelo estudo serviu de base para o desenvolvimento e implementação do *Plano de Resposta À COVID-19 em Moçambique – Proteção Social*⁶⁹. Efetivamente, o plano moçambicano incluía a expansão da proteção para trabalhadores informais de baixa renda⁷⁰, o que foi recomendado no estudo apoiado pelo ACTION/Portugal como medida de mitigação e prevenção de instabilidade social. Outros exemplos incluem, nomeadamente, o apoio técnico para o desenvolvimento do Programa de Apoio Monetário às Famílias implementado pelo MSSI de Timor-Leste, assim como assistência técnica para a conceção e implementação do *Rendimento Solidário* de Cabo Verde e o apoio das Nações Unidas no quadro de uma plataforma de coordenação de resposta e recuperação da COVID-19, incluindo os Ministérios das Finanças, da Saúde e da Segurança Social, da Família e da Inclusão Social, em articulação com outros ministérios setoriais (Educação, Agricultura e Ambiente, Economia Marítima (plataforma onde a OIT se fez representar, em particular, através da proteção social).

Monitorização e divulgação de medidas de proteção social em resposta à COVID-19. O Projeto desenvolveu esforços na divulgação, em português, das medidas encetadas pelos países beneficiários na sua resposta à crise pandémica. Nesse sentido criou um espaço na plataforma do Departamento Social da OIT intitulado: “Monitor de Proteção Social”. O monitor procurou coligir num único espaço as medidas encetadas a nível global. No monitor é possível verificar as diversas medidas encetadas, a sua função (e.g., doença, desemprego, apoio ao rendimento), o tipo de programa (i.e., contributivo ou não contributivo), bem como o tipo de ajustamento (e.g., novo programa, ajuste administrativo)⁷¹.

Calculadora rápida de Proteção Social para COVID-19. Dada a urgência de uma adequada e rápida monitoria do impacto da pandemia nos custos dos programas de proteção social o Projeto disponibilizou uma ferramenta para auxiliar os países a fazerem avaliações rápidas sobre o impacto da pandemia nas suas contas. Em tempos normais estas avaliações têm por base informações abrangentes e modelos atuariais sofisticados, contudo as exigências da pandemia forçaram a uma maior velocidade neste tipo de avaliações. Assim o Projeto disponibilizou em português um software (ficheiro Excel) onde, através do preenchimento de parâmetros pré-definidos os países interessados podiam monitorizar e avaliar o impacto financeiro da pandemia nos programas de apoio social, bem como proceder a ajustes rápidos nos seus sistemas de proteção social em resposta à crise COVID-19⁷².

Série de Webinars ACTION/Portugal ESTÁ ON! No âmbito da resposta à pandemia o Projeto criou a série de Webinars ACTION/PORTUGAL ESTÁ ON!. Estes webinars pretenderam-se como espaços de diálogo e troca de informações entre as entidades dos países beneficiários. A lógica dos webinars caracterizou-se por apresentações temáticas, e discussão de possíveis soluções e estratégias para endereçar os problemas de proteção social causados e/ou exacerbados pela pandemia. Por exemplo, o segundo webinar, realizado a 24 de junho de 2020, debruçou-se sobre

⁶⁸ OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Uma Avaliação Rápida do Impacto da COVID-19 no Sector da Economia Informal em Moçambique”, agosto 2020, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/---ilo-lusaka/documents/publication/wcms_755922.pdf.

⁶⁹ ACTION/Portugal: “Relatório Final 2020 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2021.

⁷⁰ MGCAS (Ministério do Género, Criança e Acção Social) e INAS (Instituto Nacional de Acção Social): “Plano de Resposta À COVID-19 em Moçambique – Proteção Social”, outubro 2020.

⁷¹ OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Monitor de Proteção Social”, 2020, <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=3542&lang=EN>, (consultado a 05/01/2022).

⁷² ILO (International Labour Organization): “Calculadora Rápida de Proteção Social para COVID-19”, 2020, <https://www.social-protection.org/gimi/ShowResource.action?id=56436>.

o alargamento da cobertura de proteção social a trabalhadores informais⁷³. A série de webinars continuou em 2021.

Em 2020 os webinars incluíram nacionais dos PALOP, Timor-Leste, Brasil, Espanha e Portugal. No total, registaram-se 90 participações destes nove países. Se, inicialmente, os webinars se concentraram nos países já identificados, em 2021 o alcance geográfico e número de participações expandiu-se consideravelmente, porquanto os webinars de 2021 incluíram 704 participantes de 66 nacionalidades. De acordo com o que foi possível apurar por esta avaliação, os webinars chegaram a cerca de 762 participantes: 253 mulheres (33%) e 509 homens (67%). Destes, cerca de 4% registaram-se em mais que um webinar⁷⁴. Em termos de nacionalidade, excluindo os países beneficiários, as cinco nacionalidades com mais representatividade foram: Egito (44), Portugal (43), Marrocos (36), Nigéria (28), e Mauritânia (27). A lista de nacionalidades inclui na sua maioria nacionais de África e da Ásia, contudo as participações estenderam-se a nacionais das Américas, e da Europa.

Esta tipologia de atividade possibilitou, assim, a internacionalização do Projeto, bem como o veicular das práticas e processos de proteção social incluídos no Projeto. No âmbito das entrevistas, os beneficiários do Projeto valoraram positivamente esta iniciativa. Expressaram que os webinars lhes deram um senso de proximidade com os seus homólogos institucionais. Adicionalmente, indicaram que as discussões e apresentações nos webinars lhes foi útil para o desenvolvimento das suas próprias respostas à situação pandémica.

Em relação ao **Objetivo imediato 2**, destaca-se a capacidade do Projeto de adaptação da sua oferta formativa de formato presencial para formato e-learning. A transição para um formato e-learning acarretou algumas dificuldades, das quais se destacam a debilidade das infraestruturas de internet em alguns países beneficiários, assim como as debilidades de conhecimentos informáticos dos profissionais alvo de capacitação. Com efeito, alguns beneficiários das ações de capacitação fizeram notar a esta avaliação que a utilização de ferramentas online, tais como a plataforma Zoom, se constituiu como um desafio que tiveram que superar. Adicionalmente, tal como tradicionalmente ocorre em formações à distância, as componentes práticas, de apoio do formador, e interações entre participantes foi prejudicada quando comparadas com ações presenciais. Inobstante as dificuldades inerentes, os beneficiários consultados expressaram satisfação com o modelo e-learning, pese embora a sua preferência por modelos presenciais.

Ainda referente ao Objetivo imediato 2, o Projeto decidiu aplicar a metodologia de acompanhamento no local de trabalho (*on the job training*). Esta atividade foi adaptada de acompanhamento presencial, para acompanhamento à distância. A alteração do formato deste tipo de apoio permitiu aumentar a frequência dos contactos, bem como a comunicação interinstitucional. Tal produziu efeitos positivos de aceleração de processos em curso. Por exemplo, os grupos de trabalho dedicados à melhoria da componente estatística de segurança social, transitaram para um acompanhamento à distância, tendo sido reportadas melhorias no processo. De acordo com o reportado a esta avaliação, as melhorias relacionam-se com o aumento de comunicações, tendo sido reportado que o acompanhamento presencial produzia outro tipo de benefícios a nível da interação e proximidade. Assim, no futuro, poderá ser equacionado um modelo misto que combine presença no terreno, com apoio à distância.

Diversificação de fontes de financiamento internacional. O aumento das necessidades de proteção social face à situação pandémica, aliada à fragilidade económica de alguns países beneficiários resultou num forte engajamento do Projeto em aumentar as fontes de financiamento para apoiar os países beneficiárias na expansão da proteção social. De acordo com informações recolhidas, a atividade do ACTION/Portugal foi relevante para a atração de novas

⁷³ ACTION/Portugal: "Covid-19 e o Alargamento da Cobertura de Proteção Social aos Trabalhadores na Economia Informal", 2020. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_749325.pdf.

⁷⁴ Contabilização feita através da análise do nome completo (nome e sobrenome) dos participantes. Subtrai-se nesta contabilização o número de pessoas que se inscreveram em mais do que um webinar, por forma a aferir o número de pessoas que o Projeto efetivamente alcançou.

fontes de financiamento para Timor-Leste (e.g., apoio ao Programa de Apoio Monetário às Famílias através do *Multi Partner Trust Fund*), e Cabo Verde (e.g., iniciativa conjunta da OIT e UNICEF que conseguiram aprovação de um projeto de 300 mil USD para reforço do pagamento do Rendimento Social de Inclusão Emergencial e o apoio à recuperação de pequenos negócios e sua formalização para 150 mulheres nas ilhas do Fogo e Santo Antão).

No âmbito do **Objetivo Imediato 4**, o Projeto propôs-se aumentar o acesso ao conhecimento dos PALOP e Timor-Leste através da elaboração ou tradução de documentos relevantes à proteção social. Esta avaliação verificou que o Projeto encetou esforços no sentido de disponibilizar recursos dedicados ao melhor entendimento sobre os efeitos e impactos da pandemia COVID-19 em português. Na página da OIT dedicada ao Projeto encontram-se, , mais de 20 publicações em português que endereçam a situação pandémica, incluindo preocupações sectoriais (e.g., transporte marítimo e pescas, agricultura, retalho, turismo, indústria automóvel, aviação civil), bem como questões macro tais como o diálogo social sobre segurança e saúde no trabalho, financiamento da proteção social, respostas de proteção social, entre outras⁷⁵. Do conjunto, uma parte foi disponibilizada no âmbito do Projeto ACTION/Portugal⁷⁶. Outras foram disponibilizadas no âmbito do escritório da OIT Lisboa, com financiamento todo MTSSS,

5.3.6. INTEGRAÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL E TRIPARTISMO

Tal como referido anteriormente, o Projeto foi desenhado sob a égide das normas de proteção social da OIT, com vista à extensão da cobertura da proteção social, de acordo com a Convenção n.º 102 e Recomendação n.º 202 da OIT sobre Pisos de Proteção Social, adotada pelos representantes dos governos, trabalhadores e empregadores dos Estados membros da OIT.

A avaliação constatou que, de forma geral, o tripartismo foi tido em consideração nas atividades realizadas. Para além do trabalho realizado pelo STEP na criação de uma abordagem tripartida nos órgãos superiores de todos os institutos da segurança social, que permanece em todos os países onde o Projeto intervém, o Projeto procurou auscultar e envolver os parceiros sociais, com especial atenção aos sindicatos e organizações de empregadores em cada país no desenvolvimento das estratégias e instrumentos de proteção social. Em Moçambique, o Projeto trabalhou com a CONSILMO numa estratégia de advocacia para a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Social Obrigatória e apoiou o lançamento do Kiosque Único de Formalização de MicroEmpresas e Trabalhadores (KUFMET) para apoiar a formalização de negócios. Em Cabo Verde foram realizadas ações de formação específicas com o Centro de Formação para Sindicatos (CENFOS) e em todos os eventos que ocorreram no país, ambas as centrais sindicais do país como as organizações de empregadores se fizeram representar.

Os parceiros sociais foram, igualmente, envolvidos em formações e webinars nas áreas da extensão da proteção social e da aplicação das normas internacionais da OIT sobre proteção social, como, por exemplo, o Curso “Como Alargar a Proteção Social aos trabalhadores da Economia Informal”; a formação sobre a formalização da economia para a Comissão Nacional da OIT em Angola (constituída pelo MAPTSS, sindicatos e empregadores angolanos); e a Série de Webinars “ACTION/Portugal estamos ON!”.

5.3.7. COERÊNCIA COM OUTRAS INICIATIVAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

⁷⁵ ILO (International Labour Organization): “Action/Portugal (Phase 2): Strengthening of the Social Protection Systems of the PALOP and Timor-Leste - Global Component”, 2021: <https://www.usp2030.org/gimi/Contribution.action?id=396> (consultado a 17/01/2022).

⁷⁶ Foram detetadas, por exemplo, as seguintes publicações realizadas no âmbito do ACTION/Portugal: (1) “Respostas à crise causada pela COVID-19 no âmbito da Proteção Social: respostas dos países e considerações em matéria de políticas” (abril 2020); (2) “Respostas de Proteção Social à pandemia da COVID-19 nos países em desenvolvimento: Reforçar a resiliência construindo uma proteção social universal” (maio 2020); (3) “Défices de financiamento da proteção social: Estimativas mundiais e estratégias para os países em desenvolvimento no contexto da crise da COVID-19 e mais além” (Setembro 2020); (4) “Proteção contra o desemprego no contexto da crise da COVID-19: Respostas dos países e considerações em matéria de políticas” (setembro 2020).

A implementação do Projeto beneficiou do estabelecimento de várias parcerias com outras iniciativas de proteção social e atores da cooperação para o desenvolvimento com o objetivo de complementar a sua intervenção, catalisar novos financiamentos e criar coerência entre as diversas ações levadas a cabo nos países beneficiários, evitando duplicação de atividades e recursos.

De uma forma geral, o Projeto tem sido bem sucedido no estabelecimento de sinergias com outras iniciativas em quase todos os países, procurando adicionar recursos às intervenções do ACTION/Portugal. Em Moçambique, a intervenção do ACTION junta-se a outros projetos que apoiam o portefólio de segurança social do programa conjunto das Nações Unidas de proteção social, especificamente nas áreas da estatística, interoperabilidade e atuarial. Em Angola e Cabo Verde, têm sido exploradas sinergias com o Projeto *Improving Synergies Between Social Protection and Public Finance Management* (implementado em conjunto com a UNICEF, e financiado pela União Europeia), permitindo reforçar a presença do ACTION/Portugal em Angola em 2021 que resultou na delineação de um plano trabalho conjunto com vista a promover um maior dinamismo do Projeto no país. Em Cabo Verde, através deste projeto mobilizaram-se 200 000 euros para atividades realizadas em 2021 em estreita relação com o ACTION/Portugal.

No caso de São Tomé e Príncipe, a implementação de grande parte das atividades foi feita em complementaridade com outras iniciativas. Isto verificou-se na realização do estudo para a identificação das ferramentas e procedimentos apropriados para a implementação do regime de segurança social dos trabalhadores independentes, que foi realizado apoio do Projeto RBSA da OIT em São Tomé e Príncipe; assim como na definição do pacote mínimo de saúde, que beneficiou do apoio da OMS. Será ainda o caso para a realização da formação TRANSFORM de liderança na construção e gestão de pisos de proteção social prevista para Março de 2022, para a qual os custos serão partilhados com a UNICEF; e, igualmente, na promoção de partilhas sobre gestão de pensões sociais entre o CNPS de Cabo Verde e a DPSS de São Tomé e Príncipe a realizar em fevereiro de 2022, que será financeiramente apoiada pelo Fundo dos ODS das Nações Unidas.

Não foram identificadas sinergias de relevo na Guiné-Bissau estabelecidas pelo Projeto até ao momento, apesar de ter sido realizada uma missão em Dezembro de 2021 que procurou explorar as oportunidades para colaboração e alavancar as sinergias com instituições locais e internacionais dentro e fora do sistema das Nações Unidas, nomeadamente para apoio na criação do Cadastro Único Social com apoio da UNICEF. Isto pode ser explicado pelo facto de a grande maioria das iniciativas existentes na área da proteção social só terem iniciado após a crise pandémica (como por exemplo no caso das iniciativas do Banco Mundial, do PNUD; da UNICEF e do PAM)⁷⁷, e ainda pelo bloqueio de missões na região africana entre março de 2020 e maio de 2021, criando dificuldades acrescidas para fomentar parcerias (tendo em conta que a OIT não está presente no país).

Tal como referido anteriormente, novas fontes de financiamento foram conseguidas pelo Projeto para apoiar os países na resposta à pandemia COVID-19, por forma a apoiar o Programa de Apoio Monetário às Famílias em Timor-Leste, no valor de 748 000 USD; e o reforço do pagamento do Rendimento Social de Inclusão Emergencial para 1000 agregados familiares e apoio à recuperação de negócios de 150 mulheres do setor informal em Cabo Verde no valor de 300 000 USD (distribuídos entre a OIT e a UNICEF)..

A presença de peritos da OIT nos países alavanca o estabelecimento de sinergias locais e mobilização de fundos, criando um efeito multiplicador. O reforço de procura de sinergias com outras iniciativas ainda não é feito de forma sistemática em todos os países, pelo que se recomenda a criação de um diálogo sistemático com os parceiros chave e financiadores para prever as oportunidades de coordenação no momento do planeamento, eventualmente através da criação de um órgão consultivo.

⁷⁷ ACTION/Portugal: "Mission Report, Guinea-Bissau 4-11 December 2021", dezembro 2021.

5.5. EFICÁCIA DAS DISPOSIÇÕES EM TERMOS DE GESTÃO

5.5.1. CAPACIDADE DE GESTÃO DO PROJETO E COORDENAÇÃO COM O MTSSS, A OIT, O CIF/OIT E OS PERITOS NO TERRENO

De acordo com os dados recolhidos, a avaliação constatou que o formato da equipa do projeto mostrou ser adequado em qualidade e quantidade face às necessidades do ACTION/Portugal, na medida em que não foram identificados constrangimentos relevantes que impedissem a realização das atividades planificadas, de acordo com a planificação do Projeto. Contudo, nos países onde não existe presença física permanente de um perito alocado ao Projeto ou um ponto focal de apoio da OIT (nomeadamente Angola até 2021 e Guiné-Bissau na totalidade do período de implementação), o avanço das atividades é tendencialmente menor, quando comparado com os restantes países. Esta situação também é verificada em São Tomé e Príncipe. No caso da Guiné-Bissau, verificou-se a necessidade de garantir um maior acompanhamento presencial dada a fraca capacidade institucional, que pode ser traduzido num aumento do número de missões ao país, a alocação de um recurso do Projeto no país e/ou uma maior sinergia com outras iniciativas no terreno. De acordo com as entrevistas realizadas, ter uma pessoa presente no país é crucial para garantir o comprometimento dos parceiros e manter a rede de contactos, tal como se verifica no caso de Angola, onde a presença da perita da OIT no país contribuiu para o estabelecimento de um diálogo mais próximo com os parceiros.

O Projeto tem, ainda, beneficiado do apoio técnico de uma perita de proteção social do escritório da OIT Lisboa que apoia a área das estatísticas de proteção social e que tem vindo a reforçar o trabalho da equipa na Guiné-Bissau. Adicionalmente, apesar de não ter sido contemplado no desenho do projeto, o apoio do escritório da OIT em Lisboa tem-se consolidado no que respeita ao apoio na promoção da visibilidade do Projeto, nomeadamente ao nível da CPLP; e a disseminação de conhecimento, através do apoio em publicações e notas técnicas, em estreita articulação com o doador, criando sinergias entre o orçamento disponibilizado para traduções pelo GEP/MTSSS ao Escritório da OIT em Lisboa e as atividades de tradução previstas no ACTION/Portugal.

Relativamente aos peritos do ACTION/Portugal nos países beneficiários, constatou-se que existem dificuldades ligadas à descentralização da supervisão técnica e do orçamento nos respetivos escritórios sub-regionais. Isto verifica-se, em alguns casos, na frequência de comunicação entre os escritórios sub-regionais e os peritos nos países; e, noutros casos, ao nível da falta de apoio administrativo no terreno, o que constrange a disponibilidade dos peritos no terreno, visto que a assistência técnica aos parceiros beneficiários é prestada essencialmente pelos peritos do ACTION/Portugal, com recurso pontual a consultorias, como é o caso do apoio à elaboração do boletim estatístico na Guiné-Bissau.

Apesar da configuração complexa da gestão do projeto, que conta com várias componentes em diferentes países, os dados recolhidos pela avaliação indicam que de forma geral o formato da equipa é bastante funcional devido à excelente coordenação do Projeto, que atua enquanto interlocutor com o doador, garante a comunicação e articulação entre as diferentes partes do Projeto, nomeadamente entre o CIF/OIT e o SOCPRO-OIT, assim como com os peritos no terreno. Porém, foram identificadas constrangimentos no que diz respeito à dedicação exclusiva dos peritos cujo salário é inteiramente financiado pelo Projeto, como por exemplo na preparação de candidaturas de fundos adicionais.

Do ponto de vista da colaboração com o SOCPRO-OIT, o ACTION/Portugal tem, por um lado, permitido à SOCPRO-OIT aprofundar o seu trabalho na rede lusófona, tanto, tanto na área contributiva como não contributiva. Por outro lado, disponibiliza ferramentas, publicações e recursos técnicos para aplicação nos países beneficiários do Projeto, como por exemplo o desenvolvimento do modelo atuarial de pensões da OIT (*ILO Pensions*) e formações para a sua utilização, criando ainda uma maior visibilidade para o trabalho dos PALOP e TL na proteção social.

Destaca-se, ainda, a boa coordenação entre a SOCPRO-OIT e o CIF-OIT no que diz respeito às sinergias conseguidas entre as atividades de assistência técnica e de capacitação e formação. Esta coordenação tem evoluído a par das diferentes fases do Projeto, tendo-se conseguido, por exemplo, a apresentação conjunta dos relatórios de atividades.

Do ponto de vista da coordenação com o doador (MTSSS) constatou-se que existe um diálogo focado nas respostas do Projeto às necessidades dos países, assim como um grande nível de envolvimento na implementação do Projeto, seja através da participação de peritos do MTSSS nas capacitações, seja através de apoio técnico, como por exemplo a revisão do modelo atuarial de pensões da OIT. Este diálogo mostra-se muito relevante para garantir a coerência entre a cooperação bilateral e multilateral do doador com os PALOP e TL. Contudo, o recurso a especialistas do MTSSS para a realização de capacitações tem sido bastante frequente, tendo sido identificada alguma dificuldade na disponibilidade dos especialistas na área da proteção social, pelo que se recomenda a identificação de outros formadores que possam apoiar nos processos formativos.

5.5.2. COORDENAÇÃO COM OS PARCEIROS NACIONAIS E VISIBILIDADE

De acordo com os beneficiários consultados, o Projeto acomodou as orientações estratégicas e prioridades dos parceiros beneficiários nas suas atividades, através de um processo de auscultação e diálogo no desenho e implementação do Projeto. Os processos de consulta são realizadas anualmente, na planificação das atividades, mas, com grande frequência, de forma informal ao longo da implementação das atividades. Contudo, a configuração do modelo de governação do Projeto não prevê mecanismos formais de envolvimento dos parceiros nacionais na discussão conjunta dos planos de trabalho anuais, bem como no acompanhamento e monitorização da sua execução, impedindo, por um lado, um maior entendimento dos objetivos e resultados do Projeto de forma transversal. Por outro lado, esta configuração não promoveu uma coerência entre as agendas da cooperação bilateral e multilateral do doador com os países beneficiários. Mostra-se, assim, relevante fomentar uma estrutura de governação mais inclusiva dos parceiros nacionais.

As intervenções do ACTION/Portugal nos PALOP e Timor-Leste são utilizadas pela OIT enquanto boas práticas internacionais na consolidação dos sistemas de proteção social, promovendo a sua visibilidade enquanto pioneiros, por exemplo, do trabalho da OIT com as estatísticas da proteção social, para utilização noutros contextos.

Os parceiros beneficiários consultados revelaram um bom nível de entendimento da dinâmica financiador e executor do Projeto, i.e., dos contributos do MTSSS e da OIT, contudo também se constatou um baixo nível de conhecimento das atividades e realizações do Projeto no seu todo e por país, principalmente junto dos beneficiários da Guiné-Bissau e Angola. De acordo com as consultas realizadas, deveria existir uma maior divulgação das ações do ACTION/Portugal. Mostra-se, assim, relevante potenciar a divulgação e visibilidade do ACTION/Portugal junto dos parceiros com vista à promoção do seu reconhecimento, garantindo um maior compromisso e apropriação política, nomeadamente através da elaboração e aplicação de uma estratégia de comunicação e visibilidade.

5.5.3. MECANISMOS DE MONITORIA E AVALIAÇÃO

Ao nível das ferramentas de Monitoria e Avaliação (M&A) do Projeto, a equipa utiliza uma ferramenta inovadora (o Smartsheet) que permite o registo de todas as atividades realizadas por produto, por objetivo e por país, com um grande nível de detalhe. Tendo em conta o nível de descentralização da equipa, esta ferramenta apoia a monitoria das atividades através da utilização em simultâneo a qualquer momento e de forma contínua. Os dados são recolhidos e registados de forma sistemática. Para além da utilização por parte da equipa de projeto, o Smartsheet promove a transparência junto do doador e/ou de qualquer outra parte interessada, que tem a possibilidade de seguir as atividades em simultâneo. O registo das atividades de formação e capacitação é realizado pelo CIF Turim de forma sistemática, incluindo dados do tipo de formação,

características dos participantes, agendas, conteúdos formativos e registos fotográficos. Os dados são desagregados por género e país. Toda a informação é disponibilizada aos participantes no e-campus do CIF/OIT.

No que diz respeito às atividades de reporte ao doador, o Projeto envia anualmente um Plano de Ação e um Relatório de Atividades com os principais resultados e concretizações estratégicas de cada ano e um ponto de situação das atividades de cada país e dos indicadores do quadro lógico. Em complemento às reuniões do Comité de Pilotagem realizadas anualmente, onde são validados os planos e os relatórios de atividades; são ainda realizadas reuniões periódicas, sempre que necessárias, entre a Gestão do Projeto e o doador.

No que diz respeito ao reporte financeiro, verificou-se que os relatórios financeiros não apresentam um nível de desagregação detalhada que permita uma análise aprofundada da realização financeira por país.

5.6. EFICIÊNCIA DO USO DE RECURSOS

O Projeto contou com um orçamento total de 3 232 839,67 EUR, repartido pelo Sub-projeto Global (gerido pela SOCPRO), subprojectos dos países (geridos pelos respetivos escritórios regionais da OIT) e pelo CIF/OIT. De acordo com os dados fornecidos, foi possível aferir que no período de 2019 a 2021 foi utilizado o valor de 2 471 199,13 EUR (ver Tabela 10). A execução financeira do Projeto corresponde a 76% do valor total orçamentado, sendo pretensão do Projeto executar os restantes 24% dentro do período de prorrogação do mesmo, o que indica uma utilização eficiente dos recursos financeiros face ao orçamento previsto em sede de desenho do Projeto. O Projeto beneficiou de uma extensão de 4 meses para realizar o fecho da Fase 2, e garantir a continuidade do staff até ao início da próxima fase que se encontra em negociações com o MTSSS. Alguns custos de staff serão utilizados para garantir a sua permanência nas funções atuais.

No que respeita à distribuição do orçamento por tipo de despesa, 51% do orçamento executado até ao momento está essencialmente ligado aos custos com o pessoal: i) pessoal internacional em Genebra e Lisboa, Díli, Maputo e Praia (43%); ii) consultores nacionais e internacionais (7%), e iii) apoio de staff local (1%). Adicionalmente, 19% do orçamento executado foi utilizado em atividades de formação, capacitação e intercâmbio; 13% destinou-se a despesas de apoio ao Programa; 11% destinou-se a subcontratação; e 6% a outras despesas.

Tabela 10 – Orçamento Previsto vs Realizado (EUR)⁷⁸

	Previsto	Executado	Taxa Execução
OIT Sub-projetos			
<i>International Professional Staff</i>	1 167 199,29 €	913 306,94 €	78%
<i>International Consultants</i>	203 445,97 €	125 650,64 €	62%
<i>Local Support Staff</i>	14 545,24 €	14 545,24 €	100%
<i>National Professional Staff</i>	9 719,24 €	9 015,37 €	93%
<i>Consultants / National Professional Staff</i>	54 836,06 €	42 825,66 €	78%
<i>Travel Project Staff</i>	23 040,17 €	11 160,30 €	48%
<i>Travel Other Staff</i>	31 081,24 €	19 543,47 €	63%
<i>Subcontracts</i>	350 844,80 €	265 053,51 €	76%
<i>General Operating Expenses</i>	90 095,58 €	49 661,47 €	55%
<i>Furniture and Equipment</i>	14 452,14 €	12 494,54 €	86%

⁷⁸ Este orçamento reflete os valores disponibilizados nos relatórios financeiros do Projeto em USD. pelo que existem algumas diferenças no valor previsto em comparação com o valor total do financiamento.

<i>Seminars</i>	112 878,20 €	43 123,21 €	38%
<i>Training Activities</i>	20 001,73 €	18 729,54 €	94%
<i>Grants</i>	95 211,49 €	95 210,59 €	100%
<i>Programme Support Costs</i>	284 691,84 €	210 641,66 €	74%
<i>Provision for Cost Increases or Contingencies</i>	10 796,71 €	0,00 €	N/A
Sub-Total OIT Sub-projetos	2 482 839,67 €	1 830 962,13 €	74%
CIF/OIT			
Atividades de formação, capacitação e intercâmbio dirigidas aos países beneficiários do Projeto	561 714,00 €	471 052,00 €	84%
Coordenação e apoio administrativo as atividades do Projeto e participação em Comitês de Pilotagem	188 286,00 €	169 185,00 €	90%
Sub-Total CIF/OIT	750 000,00 €	640 237,00 €	85%
Total	3 232 839,67 €	2 471 199,13 €	76%

Do ponto de vista da análise do orçamento por Sub-projeto, destaca-se a baixa taxa de execução em Angola e São Tomé e Príncipe (36%) que se justifica por dois motivos: i) as atividades implementadas em Angola até 2021 foram exclusivamente dedicadas à capacitação, tendo sido executadas com fundos do CIF/OIT, visto que o orçamento inicial não previa qualquer valor para este país; ii) as atividades executadas em São Tomé e Príncipe foram essencialmente financiadas pelo escritório da OIT em laundé, pelo facto de existir um projeto financiado através do fundo regular da OIT dedicado a atividades de proteção social no país (RBSA), ao qual se deu prioridade na execução. Contudo, de acordo com a equipa de projeto, estes fundos remanescentes foram já alocados a novas atividades em 2022, juntamente com despesas de staff time no país, pelo que se prevê uma execução financeira total até ao final do período de prorrogação.

No caso do Sub-projeto Global, com uma execução de 66%, a rubrica relativa aos recursos humanos tem a menor taxa de execução até ao momento, com um saldo disponível de cerca de 177 945 EUR. De realçar, contudo, que fundos remanescentes da fase anterior do ACTION/Portugal que transitaram para a fase 2, no valor de 115 000 USD (aproximadamente 96 255 EUR), serão utilizados no período de prorrogação do Projeto em 2022. Neste caso, a utilização dos fundos remanescentes está igualmente planeada na fase de prorrogação.

Tabela 11 – Orçamento realizado por Sub-projetos, excluindo CIF (EUR)

País	Previsto	Executado	Balanço	Taxa Execução
Sub-projeto Global	914 856,91 €	605 005,61 €	309 851,30 €	66%
Angola e São Tomé e Príncipe	41 043,84 €	14 950,15 €	26 093,68 €	36%
Cabo Verde e Guiné-Bissau	605 829,81 €	529 273,49 €	76 556,31 €	87%
Moçambique	283 263,62 €	220 468,24 €	62 795,38 €	78%
Timor-Leste	637 845,49 €	461 264,63 €	176 580,86 €	72%
Total	2 482 839,67 €	1 830 962,13 €	651 877,54 €	74%

Não foram identificadas alternativas mais eficientes em termos de tempo e custo para implementação das atividades previstas, com exceção da necessidade da alocação de peritos ou pontos focais nos países abrangidos para garantir o alcance dos resultados em todos os países. A execução do orçamento reflete precisamente que os países com peritos no terreno tiveram um nível de realização superior.

Ademais, de acordo com os dados recolhidos, o ACTION/Portugal procurou uma abordagem estratégica de priorização nas suas intervenções para alavancar os recursos financeiros existentes, suportada pelo nível de flexibilidade necessário para dar resposta aos constrangimentos causados pela COVID-19. Neste sentido, a assistência técnica nos países procurou adotar também uma lógica de apoio na busca de financiamentos adicionais, alavancando os recursos existentes. Tal

como descrito anteriormente, esta situação verificou-se em Timor-Leste (e.g. apoio ao Programa de Apoio Monetário às Famílias) e Cabo Verde (e.g., reforço do pagamento do Rendimento Social de Inclusão Emergencial). Esta questão foi particularmente importante no caso de São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola onde, apesar de não existirem recursos humanos totalmente alocados ao Projeto, a presença de peritos da OIT nos países com financiamento de outros projetos apoiaram a implementação das atividades nos mesmos.

5.7. ORIENTAÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE E O IMPACTO

Os dados recolhidos durante esta avaliação indicam a existência de estratégias, ações e desenvolvimentos conducentes à sustentabilidade da intervenção, tal como descrito no capítulo referente à Eficácia. As estratégias e ações desenvolvidas têm vindo a produzir efeitos positivos duradouros nos sistemas de proteção social nos PALOP e Timor-Leste, tanto a médio como a longo prazo. Na análise sobre as orientações para a sustentabilidade e o impacto não pode deixar de ser referido o processo que antecedeu a implementação do ACTION/Portugal (fase II). O Projeto é herdeiro de um conjunto de projetos sequenciais que têm vindo a ser implementados na área da proteção social nos países beneficiários desde 1999. Ao longo de mais de duas décadas foi estabelecida uma parceria estratégica entre o GEP-MTSSS (financiador), a OIT (implementador) e os países beneficiários no sentido de melhorarem os sistemas de proteção social de forma gradual. Percebe-se, assim, que a lógica de implementação de projetos com balizas temporais relativamente reduzidas, é conjugada com uma lógica de ação a longo prazo. Nesse sentido, o ACTION/Portugal constitui-se uma peça num longo caminho, que é assumido como sendo de longo-prazo por todos os intervenientes. Assim, o Projeto cumpre uma função específica, num espectro mais alargado e de longo-prazo de intervenção. Efetivamente, o término da segunda fase do ACTION/Portugal é coincidente com o processo de conceptualização da próxima fase, cujo desenho e implementação é aguardado e incentivado por todos os intervenientes.

Esta avaliação destaca alguns fatores que contribuem para a sustentabilidade. Em primeiro lugar, a adoção de uma abordagem flexível e colaborativa para a identificação dos planos de trabalho anuais de acordo com as necessidades das instituições. Este tipo de abordagem garante, por um lado, a participação efetiva dos beneficiários, e, por outro, uma maior apropriação dos resultados. Em segundo lugar, o Projeto alinhou-se com as políticas e estratégias públicas setoriais e nacionais (como por exemplo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável em Cabo Verde ou o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 – 2022 em Angola). O alinhamento indica que o Projeto está a responder às necessidades estruturais dos países beneficiários; necessidades essas identificadas e assumidas pelos próprios beneficiários. O contributo do Projeto para as prioridades nacionais, constitui-se como um indicador fundamental para garantir que os resultados serão sustentados a longo-prazo, porquanto são resultados almejados pelos beneficiários, para os quais existem compromissos públicos nacionais.

Tal como referido anteriormente, mostra-se, contudo, fundamental fomentar uma visão holística dos resultados do Projeto por parte dos parceiros beneficiários, que poderá ser promovida através de uma presença formal dos parceiros na estrutura de governação do Projeto. Adicionalmente, potenciar a visibilidade estratégica do ACTION/Portugal, através de um plano de comunicação e visibilidade estruturado, quer nos próprios países beneficiários, quer a nível internacional; poderá potenciar os efeitos positivos resultantes do Projeto a longo-prazo.

A promoção de reformas institucionais e legais nos países (como por exemplo, a aprovação da Estratégia Nacional para a Proteção Social 2021 – 2030 em Timor-Leste, a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Social Obrigatória 2019-2024 em Moçambique, entre outros) garante que as reformas relacionadas com a proteção social contributiva e não contributiva sejam efetivamente institucionalizadas nos países. Isto será igualmente promovido através da ratificação dos países à Convenção n.º 102 da OIT relativa à Norma Mínima da Segurança Social. No que respeita a melhoria das estatísticas sobre proteção social para monitoria dos seus progressos, a

criação de grupos de trabalho interinstitucionais irá promover a integração dos boletins estatísticos nos seus planos de trabalho a longo-prazo.

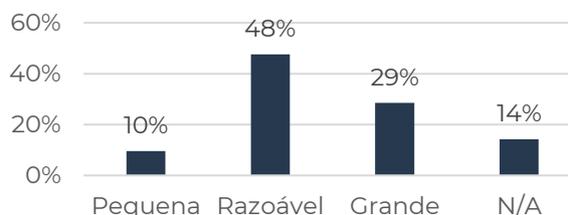
O impacto a longo-prazo é verificado nos países onde este Projeto (e as fases anteriores), apoiada por Portugal, tem intervindo de forma consistente na promoção de uma visão integrada dos regimes contributivo e não contributivo. No caso de Moçambique, a presença contínua do staff no terreno, que se traduziu no reconhecimento do Projeto junto do governo, permite fazer avançar a agenda prioritária na área da proteção social de forma mais eficaz. Por outro lado, em Angola e na Guiné-Bissau ainda persistem desafios no que respeita ao comprometimento e apropriação das ações do Projeto.

Esta é também uma realidade para os parceiros sociais, uma vez que o apoio prestado na sua capacitação visa fomentar o seu envolvimento no desenvolvimento das estratégias e instrumentos de proteção social, tal como o lançamento do Kiosque Único de Formalização de Micro Empresas e Trabalhadores, que apoiará a transição da economia informal para a formal em Moçambique.

Do ponto de vista do reforço de capacidades, as melhorias dos quadros de pessoal dos parceiros através do trabalho contínuo do ACTION/Portugal, propiciam a sustentabilidade do Projeto. Salienta-se a apropriação do Projeto por parte do governo, melhoria dos quadros de pessoal dos parceiros, a existência de um conjunto de recursos que favorecem a institucionalização e durabilidade das ações executadas, bem como a recetividade das ações por parte dos beneficiários, com especial enfoque em Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste. No que respeita a aquisição e partilha de conhecimentos, os dados do inquérito de avaliação aplicado indicam que as competências adquiridas por 77% dos beneficiários consultados são mantidas ou replicadas na sua instituição de forma grande ou razoável, enquanto que 10% são aplicadas/mantidas de forma reduzida.

Ao longo do seu desenvolvimento, o ACTION/Portugal constituiu um acervo importante de recursos que tem sido transferido para os diversos parceiros nos países beneficiários. Este acervo inclui publicações na língua portuguesa; bem como instrumentos para monitorização e divulgação de medidas de proteção social e resposta à COVID-19, tal como o Monitor de Proteção Social, e a Calculadora rápida de Proteção Social para COVID-19. A permanência e transferência do acervo gerado para o website que está atualmente em desenvolvimento e no website da Proteção Social da OIT permite perspetivar a constituição de uma memória institucional que favorece a sustentabilidade. Os dados recolhidos através do inquérito de avaliação indicam que 81% dos beneficiários consultados já consultaram os documentos ou instrumentos colocados à disposição pelo Projeto, enquanto 19% ainda não o fizeram.

Ilustração 4 - Questão Inquérito a Beneficiários: “Em que medida as competências adquiridas na atividade em que participou estão a ser mantidas/replicadas na sua instituição?”



Fonte: Inquérito avaliação

O impacto do Projeto tem-se verificado na extensão da cobertura e na melhoria dos regimes de segurança social nos países beneficiados, que apesar de lenta tem sido positiva. Por um lado, o número de ramos de proteção social âmbito da meta dos ODS 1.3 aumentou desde o início do ACTION/Portugal Fase 2 ou manteve-se em todos os países onde os dados estão disponíveis, e.g., Angola, Cabo Verde e Moçambique; por outro, os dados existentes para monitorização da evolução deste indicador mostram que Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste aumentaram a sua cobertura de proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social. Para a Guiné-Bissau não foi possível aferir a evolução, o que indicia a necessidade de maior enfoque na melhoria do sistema de proteção social deste país.

A nível dos parceiros beneficiários, as consultas realizadas permitiram verificar que, globalmente, os beneficiários consideram a participação no Projeto como positiva quer ao nível de melhorias de competências técnicas e institucionais. Quando questionados sobre recomendações futuras, estes indicaram elementos para a continuidade da assistência técnica para resposta à COVID-19, aprofundamento da análise do dados estatísticos de proteção social; e intensificação da capacitação e empoderamento das instituições de acordo com as necessidades formativas.

A avaliação constatou que a abordagem do Projeto à cooperação sul-sul e triangular promoveu uma troca de conhecimentos e experiências que de outra forma não teriam ocorrido. Ofereceu oportunidades para os diferentes beneficiários aprenderem uns com os outros e compartilharem boas práticas, tal como descrito no capítulo da Eficácia. Estas experiências foram descritas como relevantes para fortalecer o diálogo entre os atores da proteção social nos países beneficiários. Acresce que as consultas realizadas apontaram para um crescente interesse por parte dos parceiros em aumentar a interação com os seus pares nos restantes países. Adicionalmente, as sinergias criadas com a Associação Internacional de Segurança Social (AISS), nomeadamente a criação de um ponto focal para os países lusófonos com o objetivo de promover a cooperação técnica entre estes países e conceber atividades para dar resposta às necessidades identificadas, assim como a integração dos PALOP enquanto membros, irá reforçar a sustentabilidade das práticas nos países beneficiários, bem como a troca de experiências em português e a formação contínua.

Pese embora os desafios aqui referidos para a continuidade das ações do Projeto - ao nível da falta de apropriação em alguns países, os constrangimentos na disponibilização de dados estatísticos, a necessidade de maior foco na comunicação e visibilidade - os indicadores aqui expostos indicam uma orientação estratégica para a continuidade cuja boa execução poderá garantir a efetiva sustentabilidade dos resultados alcançados. Neste sentido a boa coordenação do setor como um todo por parte das autoridades públicas nacionais e internacionais constitui-se como um elemento fulcral para o adequado alinhamento dos vários projetos com os compromissos nacionais, racionalização de recursos (humanos, técnicos, e financeiros, e sustentabilidade.

5.8. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO INTERCALAR

A Avaliação Intercalar realizada em dezembro de 2020⁷⁹ apresentou um conjunto de recomendações, para as quais se analisa de seguida em que medida é que o Projeto lhes deu resposta às mesmas.

Recomendação Avaliação Intercalar	Resposta do Projeto
<p><i>“Melhorar a informação prévia sobre as atividades formativas, por exemplo através da recolha antecipada dos nomes dos participantes indicados por cada país e estabelecendo uma comunicação direta com os mesmos, fornecendo-lhes antecipadamente todos os detalhes da ação em que irão participar, divulgando – sempre que possível – o calendário de formações no início de cada ano para facilitar a disponibilidade dos técnicos nacionais e, assim, proporcionando-lhes tempo para se programarem devidamente para essas atividades.”</i></p>	<p>De acordo com os dados recolhidos, as atividades formativas são discutidas nos planos de trabalho anuais, permitindo o tempo necessário para a programação das atividades formativas por parte dos participantes. Do ponto de vista dos beneficiários, não foram identificados constrangimentos na divulgação atempada da informação sobre as capacitações.</p> <p>De acordo com o inquérito da avaliação aplicado aos peritos formadores, o nível de informação providenciada na fase de preparação da capacitação foi muito bem classificado (57% dos respondentes classificaram com muito positivo e 43% como positivo), permitindo a adequação das atividades de capacitação ao nível de conhecimento dos participantes (100% dos respondentes concordaram com esta afirmação).</p>
<p><i>“Melhorar o envolvimento das pessoas chave no processo decisório nacional em matéria de proteção social, intervindo junto dos responsáveis dos governos e países com dificuldades, visando identificar as vias possíveis para que os objetivos do projeto de reforçar e alargar os Pisos de Proteção Social possam ser efetivamente alcançados.”</i></p>	<p>A intervenção do Projeto teve maior expressão em determinados países, nomeadamente Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste. No caso de Angola, o país apresentou uma maior abertura ao Projeto desde 2021, ano em que a OIT estabeleceu a sua presença física no país. A partir de então tem sido possível iniciar uma planificação de atividades estratégicas em matéria de proteção social. Em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau, ainda são identificados vários constrangimentos ligados à falta de recursos humanos presenciais, que impedem uma implementação fluída e com resultados expressivos, apesar de ter existido um ponto focal no caso de São Tomé e Príncipe.</p>
<p><i>“Promover uma maior sensibilização dos representantes de trabalhadores e de empregadores sobretudo na importância da área não contributiva para a luta contra a pobreza e pela inclusão (por exemplo através</i></p>	<p>O Projeto procurou auscultar e envolver os parceiros sociais nos países beneficiários, com especial atenção aos sindicatos e organizações de empregadores, no desenvolvimento das estratégias e instrumentos de proteção social,</p>

⁷⁹ ACTION/Portugal: “Relatório de Avaliação Intermédia ACTION/Portugal - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste (Fase 2)”, 2020.

<p>do envolvimento de ACT/EMP e ACTRAV em algumas atividades formativas) e incrementar a realização de discussões tripartidas em matéria de proteção social.”</p>	<p>assim como em ações de capacitação. Contudo, não foi identificada uma estratégia clara de envolvimento sistemático de atores do diálogo social, tal como ONG, especialmente na área não contributiva.</p>
<p>“Estimular, não obstante os problemas estruturais existentes nesse domínio, uma ainda maior participação de mulheres nas atividades do Projeto e, sobretudo, reforçar o tratamento das questões de género nos manuais e documentos de apoio às atividades formativas, insistindo mais na superação das desigualdades de género (ou seja, reforçar as capacidades para que sejam detetadas e eliminadas as desigualdades de género ao nível das políticas e estratégias e programas no domínio da Proteção Social).”</p>	<p>O desenho inicial do Projeto não integra intervenções especificamente direcionadas à igualdade de género ou de indicadores sensíveis ao género. Contudo, o envolvimento das mulheres nas atividades do Projeto foi promovido através da sua participação nas capacitações, onde se verificou um equilíbrio no número global de participantes.</p> <p>Adicionalmente, o trabalho nas estatísticas de proteção social promoveu um maior foco na desagregação dos dados estatísticos por género, permitindo uma análise mais informada dos desafios específicos das mulheres no acesso à proteção social.</p> <p>Verifica-se, ainda, um grande potencial para se explorarem novas atividades sensíveis ao género, que promovam políticas e estratégias de proteção social mais inclusivas.</p>
<p>“Incluir novos temas (ligados à problemática do subsídio de desemprego, informatização de serviços, etc.) e aprofundar temas já tratados nas atividades anteriores (por exemplo, recolha e tratamento de dados na proteção social/estatísticas e o alargamento da cobertura de proteção a todos e ao longo do ciclo de vida, Cadastro Social Único, Carta Social, etc.).”</p>	<p>O Projeto alargou a sua temática de trabalho, notavelmente com a produção de recursos de adaptação dos sistemas de proteção social (contributivos e não-contributivos) dos países beneficiários à situação pandémica. Adicionalmente, tornou-se patente uma maior preocupação com questões sanitárias.</p>
<p>“Reforçar as atividades online, tais como cursos à distância, webinars, disponibilização de documentos e informações pertinentes e assistência técnica (via plataformas tipo Zoom, Skype, Teams, etc.); acima de tudo, manter contactos regulares via internet com os países que não dispõem de presença permanente de Técnicos do Projeto.”</p>	<p>A capacidade do Projeto de adaptação da sua oferta formativa de formato presencial para formato e-learning foi destacada como muito positiva pelos beneficiários consultados, pese embora a sua preferência por modelos presenciais. O acompanhamento no local de trabalho (<i>on the job training</i>) foi, igualmente, adaptado para acompanhamento à distância, permitindo aumentar a frequência dos contactos, bem como a comunicação interinstitucional.</p>
<p>“Reforçar as assistências e capacitação dos serviços nas medidas de proteção no âmbito da COVID e no pós COVID e trabalhar na regulamentação das medidas de emergências implementadas durante a crise da Pandemia.”</p>	<p>Para além do apoio técnico providenciado pelo ACTION/Portugal aos países beneficiários na sua resposta ao contexto pandémico, e.g., apoio para o desenvolvimento e implementação do <i>Plano de Resposta À COVID-19 em Moçambique – Proteção Social</i>; apoio técnico para o desenvolvimento do programa <i>Ação Monetário às Famílias</i></p>

	<p>implementado pelo MSSI de Timor-Leste; entre outros; uma fase seguinte do Projeto deveria prever o reforço da assistência técnica nas medidas de proteção de resposta à COVID-19, nomeadamente no apoio à retoma económica e social e na construção de sistemas de proteção social resilientes.</p>
<p><i>“Melhorar a disseminação dos produtos de conhecimento aos técnicos nacionais, fomentando a utilização das diferentes plataformas disponíveis (ACTION/Portugal no Facebook, SOCPRO, Escritório de Lisboa da OIT, ...) para uma maior e mais fácil acesso/divulgação desses produtos.”</i></p>	<p>O Projeto adotou recentemente um website oficial. No website existe um espaço de biblioteca online, onde estão reunidos vários recursos em português gerados pelo Projeto e/ou em parceria com o escritório da OIT Lisboa, com financiamento do MTSSS. A sistematização de toda a informação no website permite centralizar a informação/recursos disponíveis, o que contribui para a facilidade no acesso e divulgação dos materiais.</p>
<p><i>“Continuar e reforçar a colaboração com outras iniciativas de ajuda ao desenvolvimento dos sistemas de proteção social (bi ou multilaterais), procurando sempre a geração de sinergias, a complementaridade e a não duplicação de esforços.”</i></p>	<p>De uma forma geral, o Projeto tem sido bem sucedido no estabelecimento de sinergias com outras iniciativas em quase todos os países com o objetivo de complementar a sua intervenção, procurando adicionar recursos às intervenções do ACTION/Portugal, com exceção da Guiné-Bissau.</p>

6. CONCLUSÕES

De acordo com as evidências explanadas, esta avaliação verificou que as ações do Projeto contribuíram positivamente para o objetivo geral do Projeto. Os objetivos imediatos, bem com as atividades propostas, relacionavam-se entre si, e constituíram-se como pedras angulares na prossecução do objetivo geral, tendo produzido resultados positivos nos beneficiários, incluindo a nível de alteração de práticas, métodos, bem como oferta de proteção social.

O Projeto alinou-se com as prioridades nacionais dos países beneficiários, da entidade implementadora, e do financiador. Ademais respondeu a necessidades verificáveis a nível do alargamento da proteção social. Apesar das melhorias verificadas ao longo do período de implementação em múltiplos indicadores de proteção social, os objetivos e práticas do Projeto mantêm-se relevantes. A manutenção da relevância não é alheia à linha de partida relativamente baixa em matéria de cobertura de proteção social.

A postura metodológica flexível do Projeto, notavelmente a definição de planos de trabalho anuais, contribuíram positivamente para o diálogo e consulta com os beneficiários, tendo produzido efeitos positivos em termos de adequação das atividades às necessidades dos beneficiários, bem como em termos de apropriação. O desenho do Projeto foi já identificado como uma boa prática, contudo deve ser aprimorado no sentido de estabelecer metas distintas para cada país beneficiário.

As atividades e ações do Projeto produziram resultados positivos e foram eficazes no objetivo de melhoria dos sistemas de proteção social dos países beneficiários, incluindo expansão de cobertura e oferta, assim como existência de dados estatísticos sobre proteção social. O impacto positivo não só resistiu à pandemia COVID-19, como foi reforçado através, por exemplo, de mecanismos adicionais de diálogo e consulta entre os países beneficiários. Verificaram-se, transversalmente, melhorias a nível da capacitação dos recursos humanos das instituições beneficiárias. As melhorias a nível de recursos humanos permitiram empreender alterações a nível organizativo das instituições, bem como das respostas sociais disponíveis. Ademais, o Projeto promoveu um espírito de interoperabilidade entre instituições nacionais, o que potenciou melhorias no sistema como um todo. Estas melhorias são particularmente visíveis nos sistemas de produção de estatísticas de proteção social.

Aliado aos mecanismos nacionais de cooperação e coordenação interinstitucional, o Projeto conseguiu promover e implementar mecanismos de cooperação Sul-Sul e Triangular. Estes mecanismos potenciaram, a transferência de conhecimentos, e desencadearam movimentos de expansão da oferta de proteção social e/ou de melhoria dos sistemas existentes. Sobre o impacto do Projeto destaca-se, ainda, o forte contributo na promoção de conhecimento em português, o que favoreceu o acesso dos profissionais das entidades beneficiárias a conhecimento até então fechado devido a barreiras linguísticas.

O Projeto foi eficiente na realização das atividades propostas. A execução orçamental fixou-se nos 76%, com perspectivas de atingir os 100% até ao término do Projeto. A equipa de Projeto demonstrou-se ser adequada. Verificou-se que a presença física de peritos do Projeto ou pontos focais da OIT nos países beneficiários tendencialmente ajuda na obtenção de melhores resultados e melhor execução financeira. Em sentido oposto, a sua ausência é um dos fatores explicativos para níveis inferiores de sucesso em alguns países. Assim, deve ser equacionada a alocação de pelo menos um perito ou ponto focal em permanência em cada país beneficiário. Adicionalmente, mostra-se relevante fomentar uma estrutura de governação mais inclusiva dos parceiros nacionais.

A coordenação entre entidade implementadora e doador produziu resultados positivos. A forte articulação, diálogo, e participação do doador nas várias atividades do Projeto contribuiu para a capacidade de adaptação ágil do Projeto às mudanças conjunturais. Adicionalmente contribuiu para garantir a coerência entre a cooperação bilateral e multilateral. A coordenação e

complementaridade entre a OIT e o GEP-MTSSS constitui-se como uma boa prática do Projeto que deve ser replicada em outros contextos.

No mesmo sentido, a coordenação com as entidades beneficiadoras foi globalmente positiva. Inobstante, verificaram-se alguns desajustamentos, que devem ser colmatados através de uma maior participação dos beneficiários em mecanismos de monitoria e avaliação do Projeto. O aumento da participação pode assumir a forma de um comité de pilotagem, no qual as várias entidades beneficiárias se fazem representar.

Os dados recolhidos permitem perspetivar que as estratégias e ações desenvolvidas têm vindo a produzir efeitos positivos e duradouros nos sistemas de proteção social dos PALOP e de Timor-Leste, tanto a médio como a longo prazo; podendo-se perspetivar a sustentabilidade das ações desenvolvidas. Contribui para a perspetiva de sustentabilidade a apropriação dos resultados pelos beneficiários, as alterações legislativas encetadas, os compromissos políticos nacionais e internacionais assumidos, o aumento da capacitação dos técnicos das diversas instituições, o reforço dos métodos e processos das instituições, bem como a constituição de um acervo importante de recursos sobre proteção social em português, que perdurará após o Projeto.

7. LIÇÕES APRENDIDAS E BOAS PRÁTICAS

Este capítulo foca-se nas lições aprendidas e boas práticas retiradas da implementação do Projeto ACTION/Portugal, com base nas evidências recolhidas no processo de avaliação, e tem como objetivo aproveitar a experiência adquirida com o mesmo para identificar pistas para a melhoria da relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade, para a expansão do Projeto ou para futuros projetos em diferentes contextos.

Lição Aprendida (LA)

LA1. A presença física de peritos dedicados ao Projeto nos países beneficiários favorece o estabelecimento de relações de confiança com as entidades beneficiárias, e potencia avanços mais significativos e sustentáveis dos objetivos propostos, principalmente no contexto pandémico.

LA2. Em contextos de países beneficiários com diferentes estádios de desenvolvimento sectorial, bem como com diferentes níveis de comprometimento político, o estabelecimento de metas anuais diferenciadas mostra-se relevante por forma a permitir que todos os beneficiários consigam alcançar resultados tangíveis.

LA3. A ausência de uma estratégia de comunicação e visibilidade estruturada dificulta a correta projeção nacional e internacional do Projeto, doador, e beneficiários, bem como das boas práticas geradas durante a implementação. Deste modo, limita, por um lado, a apropriação dos resultados pelas entidades beneficiárias, e, por outro lado, a potencial replicabilidade do projeto em contextos fora da CPLP.

Boa Prática (BP)

BP1. Mecanismos de cooperação Sul-Sul e triangular (visitas ao terreno, intercâmbios, formações conjuntas) entre países com o mesmo domínio linguístico são muito valorizados e relevantes do ponto de vista político, legal e institucional, pelo facto de promoverem um sistema de interajuda e troca de informações e experiência (inclusive acordos bilaterais de cooperação entre os países) que potencia a adoção de soluções institucionais para a promoção dos pisos de proteção social.

BP2. A adoção de abordagens integradas à expansão da proteção social nas componentes contributivas e não contributivas promove a integração das várias áreas de proteção social, bem como a coordenação e interoperabilidade entre as várias instituições nacionais com responsabilidade na área da proteção social.

BP3. O envolvimento contínuo do doador no Projeto, através de uma abordagem participativa e contribuição técnica, assim como os níveis de flexibilidade conferidos mostram-se relevantes para melhorar a intervenção do ponto de vista da relevância (ajuste do Projeto face às alterações nas necessidades dos beneficiários) e eficácia (através do apoio técnico adicional conferido pela própria instituição doadora), assim como na consecução da coerência entre a cooperação bilateral e multilateral entre o doador e os países beneficiários.

8. RECOMENDAÇÕES

As recomendações apresentadas são apoiadas por evidências, conclusões, lições aprendidas e boas práticas, e dirigidas aos utilizadores da avaliação (SOCPRO/OIT, CIF/OIT, o GEP-MTSSS de Portugal e entidades beneficiárias em cada país). A equipa de avaliação recolheu sugestões de recomendações através das consultas com as partes interessadas.

Recomendação (R)	Destinatário	Nível de Prioridade	Horizonte Temporal	Recursos implicados
Critério: Relevância, congruência e adequação estratégica				
R1. Integrar as principais entidades beneficiárias no Comité de Pilotagem do Projeto, ou criação de comités técnicos por país. Esta recomendação visa aumentar os níveis de conhecimento e apropriação do Projeto pelos beneficiários, bem como contribuir para a adaptabilidade das metas anuais às realidades idiossincráticas dos países beneficiários.	SOCPRO/OIT CIF-OIT GEP-MTSSS Entidades Beneficiárias	Alta	Curto-prazo	Representantes das instituições: financiadora, implementadoras, e beneficiárias
Critério: Validade do Desenho da Intervenção				
R2. Definir metas dos indicadores do distintas para os diferentes países ao nível do impacto, objetivos e produtos do Quadro Lógico, que permitam, por um lado, refletir realisticamente os contextos e as prioridades estratégicas de cada país; e, por outro lado, entender o nível de realização do projeto a longo prazo (impacto/objetivo de desenvolvimento), a médio prazo (objetivos específicos/imediatos) e a curto prazo (produtos). Adicionalmente, procurar definir, na medida do possível, as linhas de base para cada indicador, por forma a fundamentar a definição das metas, assim como aferir mais claramente a relação causal da intervenção do Projeto com o alcance das metas.	SOCPRO/OIT CIF-OIT GEP-MTSSS	Média	Curto-prazo	Especialista em Monitoria e Avaliação
Critério: Eficácia				
R3. Reforçar as atividades de cooperação Sul-Sul e Triangular de forma a potenciar a interação entre técnicos dos diversos países,	SOCPRO/OIT GEP-MTSSS	Média	Médio-Longo prazo	N/A

inclusive a nível das capacitações, intercâmbios e trocas de experiências, especialmente no formato presencial.	CIF/OIT Entidades Beneficiárias			
R4. Continuar a reforçar a capacidade de reporte dos países beneficiários em relação aos dados de proteção social que dispõe (eg. cobertura, desagregação por género), assim como a integração de todos os dados disponíveis nos países nas bases de dados da OIT.	SOCPRO/OIT CIF/OIT Entidades Beneficiárias	Média	Médio-Longo prazo	N/A

Critério: Eficácia das disposições em termos de gestão

R5. Reforçar a equipa do Projeto de forma a garantir a presença física e permanente de um perito ou ponto focal em cada país beneficiário. A presença de peritos aumenta o engajamento dos países com as atividades do Projeto, e favorece o estabelecimento de sinergias que podem ser importantes para a prossecução dos objetivos do Projeto. Caso não seja possível, identificar estratégias para colmatar o menor acompanhamento local nos países com maiores dificuldades na implementação de atividades, e.g. aumentar a frequência das missões ou encontrar sinergias nacionais mais fortes e alinhadas com os objetivos do Projeto.	SOCPRO/OIT CIF/OIT GEP-MTSSS	Alta	Curto-prazo	Acréscimo de recursos humanos adstritos ao Projeto
R6. Diversificar a bolsa de formadores do Projeto, tendo em conta a importância da componente da formação e capacitação no Projeto, por forma a colmatar a menor disponibilidade dos especialistas na área da proteção social do MTSSS.	SOCPRO/OIT CIF-OIT GEP-MTSSS	Média	Médio-Prazo	Bolsa de formadores
R7. Reforçar o envolvimento dos escritórios sub-regionais no Projeto, por forma a colmatar as dificuldades identificadas ao nível da falta de apoio administrativo no terreno e, nalguns casos, falta de comunicação entre os escritórios sub-regionais e os peritos nos países.				

Critério: Orientação para a Sustentabilidade e Impacto

R8. Desenvolver de uma Estratégia de Comunicação e Visibilidade. Uma efetiva estratégia de visibilidade promove um maior entendimento e apropriação do Projeto junto dos *stakeholders*, permite projetar os sucessos do projeto, bem como os países beneficiários e doador. Ademais, potencia a replicabilidade das boas práticas desenvolvidas por entidades fora do escopo do Projeto.

SOCPRO/OIT
CIF/OIT
GEP-MTSSS
CIF/OIT

Média

Curto-
prazo

Especialista em
comunicação

ANEXOS

1. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO
2. LISTA DE ENTREVISTAS E INQUÉRITOS COM BENEFICIÁRIOS
3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS
4. QUADRO DE RESULTADOS PLANEADOS VS. ALCANÇADOS
5. LIÇÕES APRENDIDAS E BOAS PRÁTICAS
6. SUMÁRIO PARA OS WEBSITE DA OIT
7. BIBLIOGRAFIA
8. TERMOS DE REFERÊNCIA

1. CRONOGRAMA DE AVALIAÇÃO

FASE e ATIVIDADE	PRODUTO	DATAS
1 PREPARAÇÃO OBJETIVO: Análise Documental e preparação da recolha de dados		
1.1 Kick-off meeting com equipa do projeto		15.11.2021
1.2. Análise preliminar da documentação		19.11.2021
1.3. Elaboração do relatório inicial	P1. Relatório inicial	23.11.2021
<i>Feedback e validação pela equipa de projeto</i>		24.11.2021 - 10.12.2021
2 RECOLHA DE DADOS OBJETIVO: Recolha e análise de dados para a avaliação		
2.1. Inquéritos Online – beneficiários e peritos		13.12.2021 – 31.12.2021
2.2. Entrevistas Qualitativas equipa OIT e doador		13.12.2021 – 31.12.2021
2.3. Entrevistas Qualitativas Beneficiários		3.01.2022 – 14.1.2022
2.4. <i>Debriefing</i> da equipa de projeto e stakeholders relevantes das principais constatações.	P2. <i>Debriefing</i> das principais constatações	17.1.2022
3 ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO OBJETIVO: Elaboração do relatório preliminar e final		
3.1. Preparação e entrega do relatório preliminar	P3. Relatório Preliminar	28.01.2022
<i>Feedback e validação pela equipa de projeto</i>		18.02.2022
3.2. Preparação e entrega da versão final, com incorporação do feedback recolhido.	P4. Relatório Final	22.02.2022

2. LISTA DE ENTREVISTAS E INQUÉRITOS COM BENEFICIÁRIOS

2.1. LISTA DE ENTREVISTAS COM INFORMADORES-CHAVE

TIPO/PAÍS	ORGANIZAÇÃO	NOME
Doador	GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento	Hugo Curado
Doador	GEP – Gabinete de Estratégia e Planeamento	Manuela Afonso
Parceiro estratégico	OIT Lisboa	Mafalda Troncho
Parceiro estratégico	OIT Lisboa	Mariana Pereira
Project team	OIT – SOCPRO	Helmut Schwarzer
Project team	OIT Lisboa	Nuno de Castro
Project team	OIT – SOCPRO	Zhiming Yu
Project team	OIT – SOCPRO	Ana Carolina De Lima Vieira
Project team	CIT-OIT (Turim)	Inês Fragoso Mendes
Project team	OIT CO-Dakar (Cidade da Praia)	Fernando de Sousa Jr.
Project team	OIT CO-Jakarta (Timor-Leste)	Rita Fernandes
Project team	OIT CO-Lusaka (Moçambique)	Ruben Vicente
Project team	CO-Yaoundé (São Tomé)	Lurdes Viegas Santos
Project team	OIT CO-Kinshasa (Angola)	Denise Monteiro
Apoio técnico da OIT	OIT DWT-Yaoundé (cobrindo Angola e São Tomé)	Joana Borges Henriques
Escritório OIT Jakarta	OIT CO Jakarta responsável pelas atividades em Timor-Leste	Michiko Miyamoto
Angola	Instituto Nacional de Estatística (INE)	Patrick Pedro
Angola	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Ercília Sacoco
Angola	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Ester Santiago
Angola	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Lucas João
Angola	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)	Édmio Fernando
Cabo Verde	Centro Nacional de Prestações Sociais (CNPS)	Elisandra de Pina
Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social (INSS)	Orlanda Ferreira
Cabo Verde	Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social (MFIDS)	Mónica Furtado
Guiné-Bissau	Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social (MMFSS)	Lúcio Balencante Rodrigues
Guiné-Bissau	Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social (MMFSS)	Feliciano Mendes
Guiné-Bissau	Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	Mamadou Udi Ba
Guiné-Bissau	Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)	Tufigo Mendes
Moçambique	INSS	Hermenegilda Carlos
Moçambique	INSS	Calisto Recama
Moçambique	MITSS	Assa Guambe
Moçambique	CONSILMO	Anésio de Castro
São Tomé e Príncipe	Instituto Nacional de Segurança Social	Juvenal do Espírito Santo
Timor-Leste	Instituto Nacional de Segurança Social	Aida Maria Soares Mota
Timor-Leste	Ministério da Solidariedade Social e Inclusão	João Coimbra

2.2. INQUÉRITOS DIRIGIDOS AOS BENEFICIÁRIOS

	Inquéritos Enviados	Inquéritos respondidos
Angola	7	2
Cabo Verde	8	2
Guiné-Bissau	5	3
Moçambique	22	14
São Tomé e Príncipe	2	1
Timor-Leste	5	-
Total	49	22

2.3. INQUÉRITOS DIRIGIDOS AOS PERITOS FORMADORES

	Inquéritos Enviados	Inquéritos respondidos
MTSSS	1	1
ISS	3	3
DGSS	2	1
IGFSS	3	1
Outra	2	1
Total	11	7

3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

3.1. GUIÃO DE ENTREVISTAS QUALITATIVAS

Duração da entrevista: 45 min.

Entrevista sem-estruturada suportada por um guião que determina os eixos temáticos do diálogo, sendo flexível no desenvolvimento das questões específicas a colocar.

A reação do entrevistado deve ser induzida a partir de uma frase interrogativa genérica, mas muito clara. Para a prossecução dos propósitos das questões colocadas devem ser solicitados, sempre que necessário, novos dados complementares, opiniões e juízos, recorrendo principalmente a técnicas da interrogação e reformulação.

Procedimentos

Os objetivos da avaliação devem ser apresentados no início da reunião.

Os participantes devem decidir se querem participar na avaliação e podem a qualquer momento desistir da participação.

Os dados recolhidos devem ser registados nesta ficha de protocolo da entrevista. Esta ficha fará parte da biblioteca do projeto. Na ficha devem ser colocados todos os comentários considerados pertinentes para uma melhor interpretação das intervenções dos participantes. Chama-se a atenção para os cuidados a tomar de modo a evitar interpretações subjetivas e abusivas das palavras do entrevistado.

Todas as frases que pela sua potencial singularidade ou por revelar uma abordagem muito pessoal do participante devem ser, sempre que possível, reproduzidas nos termos por si utilizados.

BLOCO A - Apresentação da discussão

Apresentação do objetivo da entrevista

- Referir os objetivos da avaliação do Projeto ACTION
- Referir que a discussão levará cerca de 45 minutos
- Perguntar se há a necessidade de mais esclarecimentos

BLOCO B - Perguntas para Equipa de Projeto

Relevância, coerência e concepção:

1. De que forma é que o projeto integra as prioridades nacionais de desenvolvimento, as prioridades do UNDAF/UNSDCF, as prioridades do doador e a agenda 2030?
2. Como foram identificados os beneficiários da intervenção?
3. Foi realizada uma avaliação preliminar das necessidades dos beneficiários? De que forma é que os parceiros e beneficiários estiveram envolvidos nesse processo?
4. De que forma é que os stakeholders foram envolvidos no desenho do projeto e atividades?
5. As atividades previstas foram adequadas para atingir os objetivos do projeto e respondem adequadamente às necessidades dos beneficiários?

6. De que forma é que o desenho do projeto integra as convenções e recomendações das normas internacionais de trabalho e o tripartismo?

Eficácia:

7. Que resultados foram alcançados pelo projeto?

8. De que forma é que os resultados se diferenciam nas diferentes países do projeto?

9. Quais os maiores desafios que o projeto tem enfrentado? De que forma têm sido ultrapassados?

10. Que ajustes foram realizados no decorrer do projeto e porquê?

11. Em que medida é que o projeto deu resposta às recomendações da avaliação intercalar realizada em 2020?

12. Qual foi a resposta do projeto à COVID-19? Foi adequada às novas necessidades emergentes da pandemia?

13. Tem conhecimento de quais são os mecanismos de monitoria e avaliação do projeto? De que forma é que estes são relevantes para implementar ajustes e medidas corretivas?

Eficiência:

14. Os recursos do projeto foram suficientes e adequados?

15. Que vantagens e constrangimentos foram identificados ao nível da gestão do projeto?

16. De que forma é que o apoio de *backstopping* da OIT e do CIF/OIT foi relevante para a prossecução dos objetivos do projeto?

Impacto e Sustentabilidade:

17. Qual será o impacto do projeto no que toca o reforço das capacidades institucionais e extensão da proteção social?

18. Até que ponto é que o impacto das intervenções será sustentado a longo prazo?

19. De que forma é que as instituições apropriaram dos resultados do projeto?

20. Qual é a estratégia de saída de projeto?

21. De que forma é que seria possível replicar e/ou expandir o projeto para outros países/regiões?

Transversais:

22. De que forma é que o projeto integra questões de género e não discriminação?

23. De que forma é que o projeto respondeu às necessidades dos grupos mais vulneráveis (jovens e mulheres)?

24. Que estratégias foram incluídas no projeto para garantir a sensibilização e informação dos parceiros sobre igualdade de género, promoção de direitos humanos e não discriminação?

25. Quais as lições aprendidas/boas praticas do projeto, na sua opinião?

26. Tem alguma recomendação? Qual?

BLOCO B - Perguntas para Beneficiários

Relevância, coerência e concepção:

1. De que forma é que o projeto integra as prioridades nacionais de desenvolvimento do seu país?
2. Foi realizado um diagnóstico preliminar das necessidades da sua instituição?
3. As atividades previstas respondem adequadamente às necessidades da sua instituição?

Eficácia:

4. Que resultados foram alcançados na sua instituição com apoio do projeto?
5. Quais os maiores desafios que o projeto tem enfrentado? De que forma têm sido ultrapassados?
6. Que ajustes foram realizados em relação às atividades previstas no decorrer do projeto e porquê?
7. Qual foi a resposta do projeto à COVID-19? Foi adequada às novas necessidades emergentes da pandemia?

Eficiência:

8. Os recursos do projeto foram suficientes e adequados?
9. Que vantagens e constrangimentos foram identificados ao nível da gestão do projeto?

Impacto e Sustentabilidade:

10. Quais será o impacto do projeto no que toca o reforço das capacidades institucionais e extensão da proteção social na sua organização, em específico, e no país, em geral?
11. Até que ponto é que o impacto das intervenções será sustentado a longo prazo?
12. De que forma é que a sua instituição se apropriou dos resultados do projeto?
13. O que sabe sobre a estratégia de saída de projeto?

Transversais:

14. Quais as lições aprendidas/boas praticas do projeto, na sua opinião?
15. Tem alguma recomendação? Qual?

3.2. INQUÉRITO DIRIGIDO AOS BENEFICIÁRIOS

O presente questionário tem como base as perguntas utilizadas no inquérito dirigido aos beneficiários no exercício de avaliação intercalar do projeto ACTION em 2020. Este inquérito tem como objetivo aferir dados quantitativos, que serão complementares aos dados qualitativos recolhidos no âmbito das entrevistas semi-estruturadas realizadas individualmente com os beneficiários.

Procedimentos

O presente questionário pretende avaliar os resultados obtidos pelo Projeto ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A participação neste inquérito é facultativa e os dados recolhidos serão confidenciais.

Sexo: F/M/Outro

Instituição: (colocar opções para seleção)

País: CV, MZ, TL, AO, STP, GB

Numa escala de 1 a 5, indique como avalia as seguintes afirmações:

1- Discordo totalmente; 2- Discordo; 3- Não concordo nem discordo; 4- Concordo; 5- Concordo bastante

1. As atividades corresponderam à missão e objetivos da minha instituição e da sua intervenção.
1 2 3 4 5
 2. As atividades estavam alinhadas com as necessidades da minha instituição.
1 2 3 4 5
 3. A minha participação nesta atividade permitiu a criação de redes de trabalho e posteriormente facilitou/melhorou os contatos com os outros participantes e as suas instituições?
1 2 3 4 5
 4. Fiquei satisfeito com o nível de qualidade das atividades?
1 2 3 4 5
 5. As atividades contribuíram para aumentar as minhas competências profissionais.
 6. Quais foram as competências mais importantes que adquiriu nas atividades? (Dê um ou dois exemplos)
-
7. Já apliquei as competências adquiridas nas minhas funções profissionais.
Sim Não
 8. Em que medida as competências adquiridas na atividade em que participou estão a ser mantidas/replicadas na sua instituição?
Pequena Razoável Grande
 9. Já descarregou/consultou documentos e instrumentos colocados à disposição pelo projeto ACTION/Portugal?

Sim

Não

10. Em caso afirmativo, a utilidade da sua consulta foi:

Pequena

Razoável

Grande

11. Que necessidades de formação/assistência técnica e tema(s) específico(s) deveriam ser considerados numa futura intervenção do ACTION/Portugal? (Pode dar um ou dois exemplos).

12. Que sugestões/recomendações finais daria aos gestores deste projeto para melhorar/complementar as atividades numa futura intervenção? Tenha presente o contexto COVID-19 que, infelizmente, estamos a viver. (Pode dar uma ou duas sugestões).

3.3. INQUÉRITO DIRIGIDO AOS PERITOS FORMADORES

O presente questionário pretende avaliar os resultados obtidos pelo Projeto ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A participação neste inquérito é facultativa e os dados recolhidos serão confidenciais.

Sexo: F/M/Outro
Instituição: (colocar opções para seleção)

**Numa escala de 1 a 5, indique como avalia as seguintes afirmações/questões:
1- Muito negativo; 2- Negativo ; 3- Neutro ; 4- Positivo ; 5- Muito positivo**

1. Como classifica o apoio da gestão do projeto na identificação e planeamento das atividades de capacitação?

1 2 3 4 5

2. Como classifica o nível de adequação da informação providenciada pela gestão do projeto para a preparação das atividades de capacitação?

1 2 3 4 5

3. Como classifica o apoio prestado pela gestão do projeto na implementação das atividades?

1 2 3 4 5

4. Foi possível adequar as atividades de capacitação ao nível de conhecimentos dos participantes?

Sim Não

1.1. Se não, porquê?

2. Como classifica o nível de relevância das atividades de capacitação para os participantes beneficiários?

1 2 3 4 5

3. Foram implementados mecanismos de avaliação das atividades de capacitação?

Sim Não

3.1. Se sim, de que forma é que esses mecanismos foram uteis para recolher lições aprendidas e feedback?

3.2. Se não, o que falhou?

4. Que sugestões/recomendações finais daria aos gestores deste projeto para melhorar/complementar as atividades numa futura intervenção? Tenha presente o contexto COVID-19 que, infelizmente, estamos a viver. (Pode dar uma ou duas sugestões).
-

4. MATRIZ DE AVALIAÇÃO

Critério	Questões de Avaliação	Indicador	Método e fonte de recolha de dados	Responsável pela recolha e análise
Relevância, congruência e encaixe estratégico	<ol style="list-style-type: none"> Em que medida é que o desenho do projeto integra as prioridades nacionais de desenvolvimento, o Programa País de Trabalho Digno (caso esteja disponível), as prioridades do UNDAF/UNSDCF, os ODS e as prioridades/preocupações específicas do doador nos PALOP e em Timor-Leste? Até que ponto é que o desenho do projeto reflete os interesses dos diversos intervenientes e beneficiários finais dos projetos de proteção social? Em que medida a estratégia de implementação do projeto inclui as devidas intervenções para contribuir para o objetivo de pôr em ligação os regimes de segurança social contributivos e não contributivos? Em que medida o projeto deu uma resposta oportuna e pertinente às necessidades e prioridades dos mandantes no contexto da COVID-19? 	<ul style="list-style-type: none"> Evidência de alinhamento do Projeto com políticas e estratégias nacionais e internacionais, e a Agenda 2030. Evidência de consultas realizadas com os beneficiários e parceiros. Nível de relevância das atividades e produtos previstos para a obtenção dos resultados esperados. Evidência de utilização de abordagens participativas no planeamento e execução Evidência de alinhamento e complementaridade do Projeto com outras intervenções da OIT, PNUD, do SNU em geral, assim com outros parceiros nos países? Existência de um estudo de base, que tenha identificado e mapeado adequadamente as necessidades dos beneficiários. Evidência de consultas realizadas com os beneficiários e parceiros. Critérios de seleção dos beneficiários Identificação de medidas de mitigação no projeto para responder adequadamente a eventuais adaptações que podem ser encontrados. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas Semi-estruturadas 	Avaliadora Externa
Validade do desenho da intervenção	<ol style="list-style-type: none"> Validade do desenho da intervenção Em que medida é que os elementos estratégicos do projeto (objetivos, produtos, estratégias de implementação, metas e indicadores) eram alcançáveis, dados o tempo e recursos disponíveis, a incluir o seu desempenho e o seu sistema de M&A, partilha de conhecimentos e estratégia de comunicação? Os indicadores das realizações estão claramente definidos, descrevendo as mudanças a serem ocasionadas? A teoria de mudança do projeto é exaustiva, integra fatores externos e baseia-se numa análise sistêmica? Até que ponto o projeto integrou no seu desenho os temas transversais da OIT, tais como género, não discriminação e deficiência? Até que ponto os indicadores de resultados imediatos (outputs) e resultados finais (outcomes) são inclusivos em termos do género? 	<ul style="list-style-type: none"> Correlação entre dados do estudo de base e objetivos do Projeto Existência de uma teoria de mudança com uma lógica de intervenção vertical e horizontal clara e coerente, com definição de linhas de base e metas adequadas. Evidência de que uma análise completa foi feita para identificar os grupos mais desfavorecidos e vulneráveis. Evidência da utilização dos quadros normativos internacionais (nacionais e regionais) de direitos humanos e igualdade de género. 	<ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas Semi-estruturadas Inquéritos <ul style="list-style-type: none"> Análise Documental Entrevistas Semi-estruturadas 	Avaliadora Externa Avaliadora Externa

Eficácia	<ol style="list-style-type: none"> 1. Até que ponto as metas globais, objetivos imediatos e produtos previstos do projeto foram qualitativa e quantitativamente alcançados? 2. Que tipo de avaliação se pode efetuar das realizações do projeto em termos de: <ol style="list-style-type: none"> a) Melhorias na eficácia e resultados das instituições de proteção social nos PALOP e Timor-Leste, conseguidas através da aquisição de novas competências, da definição de políticas e ações e, o do uso de métodos apropriados de gestão e uma capacidade melhorada de coordenar esforços a nível nacional. b) Garantia do acesso para vários intervenientes envolvidos na extensão da proteção social a novos recursos de informação sobre melhores práticas e pesquisa a nível mundial, permitindo-lhes aprender e por em prática no seu dia-a-dia, para ter o fim último de melhorar a abrangência e eficácia dos sistemas de proteção social. c) Melhorias nas estatísticas sobre a proteção social das instituições de proteção social e, dados sobre a qualidade para monitorar os seus avanços na realização dos ODS. 3. Quais foram as realizações e desafios registados no decorrer da implementação? 4. Em que áreas o tripartismo foi integrado com êxito? 5. Até que ponto os parceiros sociais têm estado envolvidos na implementação do projeto? 6. Até que ponto a pandemia de COVID-19 influenciou os resultados e eficácia do projeto, e de que forma é que o projeto respondeu a esta influência para se ajustar às mudanças? O modelo utilizado para responder à COVID-19 pode ser replicado? 7. Em que medida é que a implementação do projeto está coordenada com outras iniciativas na proteção social da OIT, da ONU e dos governos, assim como outros parceiros de cooperação e projetos? 8. Qual foi o nível de coordenação e colaboração alcançado com o MTSSS na implementação do projeto, e entre a OIT e o CIF/OIT e os peritos da OIT no terreno? 	<ul style="list-style-type: none"> • Evidência de resultados atingidos vs previstos. • Mudanças nos conhecimentos, atitudes e comportamentos dos beneficiários nas áreas chave do Projeto. • Evidência de resultados não intencionais • Evidência de resultados atingidos vs previstos ao nível dos beneficiários jovens e mulheres. • Envolvimento dos constituintes tripartidos. • Identificação do diálogo social normativo nas abordagens do Projeto. • Evidência de adaptações implementadas no contexto de constrangimentos inesperados 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Documental • Entrevistas Semi-estruturadas • Inquéritos 	<p>Avaliadora Externa</p>
-----------------	---	--	---	---------------------------

Eficiência das disposições em termos de gestão	<ol style="list-style-type: none"> 1. As capacidades de gestão foram suficientes e facilitaram os resultados positivos e entrega eficiente? Existe um entendimento claro dos papéis e responsabilidades por parte dos intervenientes? 2. O projeto globalmente recebe apoio político, técnico e administrativo suficiente dos seus parceiros nacionais, da OIT e do doador? 3. A cooperação com os parceiros implementadores tem sido eficiente? Tem sido aplicada uma abordagem participativa/consultiva? 4. Com que eficácia os gestores do projeto monitorizam o desempenho e os resultados? Foram definidos meios convenientes de verificação para controlar o progresso, desempenho e concretização de valores nos indicadores? 5. Até que ponto os parceiros são estratégicos em termos de mandato, influência, capacidades e compromisso? 6. As informações e dados estão a ser recolhidas e compiladas de forma sistemática? Os dados são desagregados por sexo (e por outras características relevantes, caso relevante) e comunicados adequadamente? 7. Quais são as modalidades de parceria na implementação do projeto a diversos níveis – comunitário, autárquico, interministerial, interdepartamental e interagências? Quais eram os desafios na formulação destas parcerias? Quais foram os resultados destas parcerias? 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de apoio dos serviços da OIT ao Projeto. • Frequência de interação entre os diferentes serviços competentes. • Nível de funcionalidade da estrutura de gestão ao nível central e local. • Existência e utilização de mecanismos de monitoria para recolha de dados da implementação • Existência de diálogo entre o Projeto e parceiros estratégicos. • Existência de mecanismos de monitoria para recolha de dados da implementação. • Frequência e nível de detalhe dos instrumentos de monitoria. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Documental • Entrevistas Semi-estruturadas 	Avaliadora Externa
Eficiência do uso de recursos	<ol style="list-style-type: none"> 1. A implementação do projeto beneficiou eficientemente dos recursos técnicos e experiências internacionais da OIT? Se sim, de que forma(s)? 2. Que evidência existe de eficiência em termos de custos na implementação e gestão do projeto (utilização dos fundos e entrega atempada dos produtos)? Existem alternativas mais eficientes em termos de tempo e custo? 3. Em que medida foram promovidas sinergias e complementaridade com outros projetos/agências de cooperação ao nível de recursos? 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação custo-benefício • Evidência de adequação de recursos às atividades planeadas, incluindo planeamento dos recursos. • Informação financeira completa e precisa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Documental • Entrevistas Semi-estruturadas • 	Avaliadora Externa

<p style="text-align: center;">Orientação para a sustentabilidade e o impacto</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. As realizações do projeto são sustentáveis, incluindo ao nível da igualdade de género? Quais são os elementos das realizações do projeto que é improvável que sejam sustentáveis? 2. Até que ponto é que os beneficiários se apropriaram dos resultados do projeto? 3. Quais são as ações/intervenções necessárias por parte da OIT e dos doadores para garantirem que as realizações do projeto possam ser sustentadas e fornecer uma plataforma significativa para uma capacitação adicional dos parceiros nacionais dos PALOP e de Timor-Leste? 4. Quais são os impactos do projeto? <ol style="list-style-type: none"> a) Quais são os impactos emergentes do projeto e as mudanças que podem ter relação causal com a intervenção do projeto? b) Quais são os efeitos realistas a longo prazo do projeto em termos de reforço das capacidades institucionais e da extensão da proteção social? c) Até que ponto o projeto prestou um contributo importante para o impacto sobre o desenvolvimento em termos mais amplos e de longo prazo? 5. Foram abordados os fatores de risco que é necessário que sejam mitigados de forma a assegurar o reforço máximo e sustentável da capacidade após a conclusão do projeto? 6. Qual é a probabilidade de que o projeto da OIT leve a resultados que sejam sustentados ou integrados em outra resposta pós-pandemia ao longo do tempo? O projeto da OIT elaborou uma estratégia de sustentabilidade e trabalhou com os atores nacionais para sustentar os resultados durante a fase de recuperação? 	<ul style="list-style-type: none"> • Nível de compromisso e apropriação dos beneficiários e parceiros com as abordagens do Projeto. • Nível de aprovação ou estabilidade social e política dos dirigentes • Evidência de compromisso dos beneficiários e parceiros implementadores. • Evidência de atividades planeadas para continuidade pós-Projeto • Existência de recursos técnicos e financeiros adequados para a sustentabilidade dos resultados • Evidência de uma estratégia de saída adaptado ao contexto atual, com medidas de mitigação da COVID-19. • Evidência de integração de estratégias de equidade, género e direitos humanos na conceção e/ou implementação do Projeto • Evidência da identificação de riscos e medidas de mitigação 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise Documental • Entrevistas Semi-estruturadas • Inquéritos 	<p>Avaliadora Externa</p>
--	--	---	---	---------------------------

5. QUADRO DE RESULTADOS PLANEADOS VS. ALCANÇADOS

Estrutura do Projeto	Indicadores	Metas	Realização		
Objetivo de desenvolvimento/impacto esperado					
Contribuir para melhorar a cobertura da proteção social e a qualidade das suas estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste					
Objetivo Imediato 1 Os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e projetos para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social em concordância com as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.	Número de países que têm estendido e/ou melhorado a cobertura e a adequação das prestações da proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, em concordância com a Recomendação n.º 202 e em linha com a implementação da meta 1.3 dos ODS.	Meta 2021: Todos os seis (6) países beneficiários do Projeto	Meta atingida para 5 dos 6 países beneficiários (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)		
	Número de países que melhoraram benefícios ou a administração de pelo menos um dos seus regimes de segurança social, de acordo com a Convenção n.º 102 e os ODS.	Meta 2021: Todos os seis (6) países beneficiários do Projeto	Meta atingida para 5 dos 6 países beneficiários (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)		
Estrutura do Projeto	Indicadores	Metas	Realização		
Objetivo Imediato 2 Os países, em particular as instituições de proteção social e organizações de trabalhadores e de empregadores, têm desenvolvido, mediante ações de formação, as suas capacidades e competências para a implementação, acompanhamento e avaliação das políticas, estratégias e	Número de atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas.	Meta Anual: 10 atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências	2019		
			2020		
			12 atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas.	16 atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas, (exclui webinars)	11 atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas (exclui webinars)
	Número de funcionários públicos e membros dos parceiros sociais apoiados pelos governos para receber formação nas áreas da extensão da proteção social e da aplicação das normas internacionais da OIT sobre proteção social.	Meta anual: - 200 funcionários públicos - 5 parceiros sociais.	308 funcionários públicos 10 parceiros sociais (5 sindicatos e 5 empregadores) (inclui webinars)	679 funcionários públicos 24 parceiros sociais (14 sindicatos e 10 empregadores) 46 organizações internacionais 11 representantes da Segurança Social de Portugal 4 membros das Embaixadas de Portugal (inclui webinars)	287 funcionários públicos 11 parceiros sociais (7 sindicatos e 4 empregadores) 21 organizações internacionais 0 representantes da Segurança Social de Portugal 2 membros das Embaixadas de Portugal (inclui webinars)

projetos relacionados o reforço e a extensão dos sistemas e projetos de proteção social.											
	Nível de satisfação por parte dos participantes nas atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências.	Meta para final 2021: Pelo menos 80% dos participantes indicam um índice de satisfação muito bom.	Média das avaliações entre 2019 e 2021: 85,6%								
	Número de governos que concebem, atualizam ou implementam iniciativas para aperfeiçoar os seus projetos de proteção social através da melhoria do desempenho das instituições, do reforço do financiamento e da identificação de espaço fiscal, e da melhoria dos seus processos administrativos.	Meta para final 2021: todos os seis (6) países beneficiários do Projeto	6 dos 6 países beneficiários (Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste)								
Estrutura do Projeto	Indicadores	Metas	Realizações								
Objetivo Imediato 3 Os países têm melhorado as suas estatísticas sobre proteção social, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade, para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS.	Nível de estatísticas e indicadores disponibilizados e atualizados pelos países para a monitorização das políticas e programas de proteção social e para a monitorização do progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (sobretudo a meta 1.3), preferencialmente com desagregação por género.	Meta para final 2021: Dados disponíveis e atualizados para os indicadores relevantes (cobertura global; acidentes de trabalho; crianças; desemprego; maternidade; invalidez; velhice e população vulnerável) de acordo com a legislação de cada país.	2019			2020			2021		
			Angola - dados disponíveis para 2 dos 8 indicadores relevantes de acordo com a legislação nacional (cobertura global e maternidade) - Desagregação por sexo disponível em alguns indicadores								
			Cabo Verde - dados disponíveis para 8 dos 8 indicadores relevantes de acordo com a legislação nacional (cobertura global, acidentes de trabalho, crianças, desemprego, invalidez, velhice, população vulnerável e maternidade) - Desagregação por sexo disponível.								
			Guiné-Bissau - dados disponíveis para 3 dos 5 indicadores relevantes de acordo com a legislação nacional (cobertura global, velhice e deficiência) - Desagregação por função e sexo não disponível para beneficiários.								
			Moçambique - dados disponíveis para 5 dos 6 indicadores relevantes de acordo com a legislação nacional de acordo com a legislação nacional (cobertura global, acidentes de trabalho, crianças, maternidade, invalidez, velhice e população vulnerável) - Desagregação por sexo parcialmente disponível.								

			<p>São Tomé e Príncipe – Dados disponíveis para 5 dos 6 indicadores relevantes de acordo com a legislação nacional (cobertura global, maternidade, acidentes de trabalho, invalidez, pensão de velhice e população vulnerável)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dados de beneficiários indisponíveis para crianças. - Desagregação por sexo indisponível. 		
			<p>Timor-Leste – dados disponíveis para 2019 para 6 dos 7 indicadores relevantes de acordo com a legislação nacional (cobertura global, acidentes de trabalho, crianças, invalidez, velhice e população vulnerável)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desagregação por sexo indisponível. - Dados de beneficiários indisponíveis para maternidade 		
Estrutura do Projeto	Indicadores	Metas	Realizações		
<p>Objetivo Imediato 4 Os atores da proteção social melhoraram o acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participar na campanha mundial para a extensão da proteção social, e têm transferido boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.</p>	<p>Número de materiais de apoio a políticas de proteção social que são difundidos e/ou disponibilizados em língua portuguesa.</p>	<p>Meta anual: 10 novos materiais disponibilizados em língua portuguesa.</p>	2019	2020	2021
			<p>21 novos materiais de formação, relatórios, guias, documentos de trabalho e publicações</p>	<p>57 novos materiais de formação, 9 vídeos, 4 páginas de internet e 23 documentos e ferramentas disponibilizados em língua portuguesa.</p>	<p>15 novos materiais de formação, 10 vídeos, 2 páginas de internet e 12 documentos e ferramentas disponibilizados em língua portuguesa.</p>
	<p>Número de países formalmente aderentes à campanha global para a extensão da proteção social, por meio de anúncios e declarações públicas oficiais.</p>	<p>Meta para final 2021: todos os seis (6) países beneficiários do Projeto</p>	<p>6 dos 6 países beneficiários. Destaca-se em 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A declaração conjunta de todos os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP na 108ª Conferência Internacional do Trabalho. - No quadro da Campanha de Ratificação do Centenário da OIT, o trabalho desenvolvido para a ratificação da Convenção 102 da OIT (já aprovada por Cabo Verde e prestes a sê-lo também por São Tomé e Príncipe). - A aprovação do novo regime dos trabalhadores independentes por parte do INSS de São Tomé e Príncipe. - A realização de duas Conferências organizadas pelo Ministério da Família e Inclusão Social e pelo INPS de Cabo Verde em que apresentaram publicamente 	<p>6 dos 6 países beneficiários. Destaca-se em 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> - As medidas implementadas por todos os países beneficiários no campo da Proteção Social, contributivas e não contributivas, de redução do impacto da COVID-19. - Semana de Proteção Social de Moçambique em que o governo reafirmou claramente a importância estratégica do investimento na Proteção Social. - As atividades de capacitação e simpósios realizados pelo Ministério da Família e Inclusão Social de Cabo Verde com vista à preparação e acompanhamento dos processos de implementação das novas medidas e instrumentos de Proteção Social. - A aprovação do Orçamento da Segurança Social pelo Governo e Parlamento de Timor-Leste. 	<p>6 dos 6 países beneficiários. Destaca-se em 2020:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A declaração conjunta de todos os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP na 109ª Conferência Internacional do Trabalho. - As medidas implementadas por todos os países beneficiários no campo da Proteção Social, contributivas e não contributivas.

			novos instrumentos e novas políticas para o reforço e extensão da proteção social. - A inclusão da extensão da cobertura de segurança social como um dos objetivos no programa eleitoral do partido que ganhou as eleições em Moçambique).		
	Número de boas práticas de proteção social que são partilhadas e adaptadas pelos Estados-membros da CPLP, num contexto de Cooperação Sul-Sul e Triangular, através do apoio prestado pelo Projeto.	Meta anual: Pelo menos 4 boas práticas	<p>6 áreas de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estatísticas com as atividades globais de partilha de experiências e de apoio técnico. - Gestão financeira de instituições de segurança social com o INSS da Guiné-Bissau a partir das experiências e do conhecimento acumulado em Portugal e em Cabo Verde. - Novo regime de segurança social dos trabalhadores independentes em São Tomé e Príncipe baseada em parte na experiência de Portugal e de Cabo Verde. - Governança dos investimentos dos fundos de reserva da segurança social em Moçambique com o apoio do IGFCSS de Portugal. - Interoperabilidade de bases de dados e cruzamento de informações no sistema de Proteção Social em Moçambique a partir dos casos práticos de Portugal. - Cadastro Social Único em Cabo Verde a partir de experiências da América Latina. 	<p>9 áreas de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de Proteção Social associadas à resposta à COVID-19 entre todos os PALOP, Portugal e Timor-Leste a partir também de experiências internacionais. - Estatísticas de Proteção Social com as atividades globais de partilha de experiências, realizadas em parceria com o GEP-MTSS e baseadas em parte na experiência acumulada por Moçambique. - Gestão financeira de instituições de Segurança social com o INSS de Timor-Leste a partir das experiências, ferramentas e do conhecimento acumulado em Portugal pelo IGFCSS. - Avaliações atuariais entre todos os PALOP, Portugal e Timor-Leste a partir das lições aprendidas com o trabalho realizado em Moçambique, Equador e com o GEP-MTSS de Portugal. - O papel do diálogo social no desenvolvimento do sistema de Proteção Social com a partilha da experiência de Timor-Leste. - Investimentos dos fundos de reserva da Segurança Social em Moçambique com o apoio do IGFCSS de Portugal. 	<p>4 áreas de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estatísticas de Proteção Social com as atividades globais de partilha de experiências, realizadas em parceria com o GEP-MTSS e baseadas em parte na experiência acumulada por Moçambique. - Promoção de partilhas sobre como gerir pensões sociais: instrumentos e procedimentos entre o CNPS de Cabo Verde e a DPSS de São Tomé e Príncipe. - Sistematização da experiência com o Cadastro Único de Cabo Verde e partilha com os restantes países. - Série de Webinars “ACTION/Portugal estamos ON!” sobre temas de atualidade e interesse no campo da proteção social

				<ul style="list-style-type: none"> - Carta Social em Cabo Verde a partir da experiência de Portugal. - Plano de Cuidados com a partilha da experiência de Portugal pelo ISS. - Princípios básicos de Segurança Social para os sindicatos de Cabo Verde a partir da experiência acumulada pelo CIF/OIT/ACTRAV com os países da América Latina, sobretudo Uruguai 	
	<p>Número de ações/iniciativas/ seminários implementados no âmbito da proteção social para reforçar as capacidades do setor público, organizações de trabalhadores e de empregadores e da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP, através da Cooperação Sul-Sul e Triangular.</p>	<p>Meta anual: 4 ações/iniciativas/seminários</p>	<p>5 formações / seminários / visitas de estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso global Estatísticas na Proteção Social – Fase II - Visita de estudo a Lisboa de delegação de Moçambique sobre Interoperabilidade de bases de dados e cruzamento de informações no sistema de Proteção Social - Curso de Gestão Financeira de uma instituição de segurança social para o INSS da Guiné-Bissau - Seminário sobre governação dos investimentos de fundos do sistema previdencial para as entidades moçambicanas que gerem fundos de reserva (INSS, INPS e Banco de Moçambique). - Seminário Interoperabilidade de bases de dados e cruzamento de informações no sistema de Proteção Social em Moçambique - Semana Global de Proteção Social em Genebra. 	<p>11 formações / seminários / webinars:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Curso global “Estatísticas na Proteção Social – Fase III” - Curso global à distância sobre o “Modelo Atuarial de Pensões da OIT: o Futuro dos estudos atuariais” - Curso “E-Coaching em Proteção Social: Respostas para Sistemas Reativos” - Webinar “Respostas no campo da proteção social à COVID-19” - Webinar "COVID-19 e o alargamento da cobertura de proteção social aos trabalhadores da economia informal" - Webinar “Respostas no campo da proteção social à COVID-19 nos PALOP: Lições aprendidas" - Webinar "Espaço fiscal para a proteção social: Opções possíveis e casos concretos" - Seminário de Otimização dos Processos Internos do INSS Guiné-Bissau e Melhoria dos Serviços Prestados aos Cidadãos. - Simpósio Nacional Próximos passos para o Futuro da Segurança Social em Timor-Leste. 	<p>3 formações / seminários / webinars</p> <ul style="list-style-type: none"> - Formação sobre gestão financeira de uma instituição de segurança social - Fase II - ACTION/Portugal - Curso de Estatísticas de Proteção Social - Fase IV - ACTION/Portugal - Série de Webinars "ACTION/Portugal estamos ON!"

				<ul style="list-style-type: none">- Curso de Gestão Financeira de uma instituição de segurança social para o INSS de Timor-Leste.- Mesa redonda sobre o sistema de gestão e informação dos Cuidados em Cabo Verde.	
--	--	--	--	---	--

6. LIÇÕES APRENDIDAS E BOAS PRÁTICAS

Modelo de Lições Aprendidas da OIT

Título de Projeto: ACTION/Portugal (Fase 2) - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Projeto TC/SYMBOL: GLO/19/50/PRT

Nome da Avaliadora: Patrícia Carvalho

Data: 28/01/2022

A seguinte lição aprendida foi identificada durante o curso da avaliação. No relatório de avaliação completo pode ser incluído mais texto a explicar a lição.

Elemento LA	Texto
Breve descrição da lição aprendida (ligação a ação ou tarefa específica)	A presença física de peritos dedicados ao Projeto nos países beneficiários favorece o estabelecimento de relações de confiança com as entidades beneficiárias, e potencia avanços mais significativos e sustentáveis dos objetivos propostos, principalmente no contexto pandémico.
Contexto e quaisquer condições prévias relacionadas	A estrutura de Gestão do Projeto não incluía peritos permanentes destacados em todos os países beneficiários.
Usuários visados / Beneficiários	SOCPRO/OIT, GEP-MTSSS
Desafios / Lições negativas – Fatores causais	Nos países onde não existiu presença física permanente de peritos do Projeto (e.g., Angola, Guiné-Bissau) tendencialmente verificaram-se menores avanços em relação aos objetivos do Projeto.
Sucessos / Questões positivas - Fatores causais	Nos países onde existiu presença física permanente de peritos do Projeto ou pontos focais da OIT (e.g., Cabo Verde, Moçambique) tendencialmente verificaram-se avanços superiores, tais como o Boletim Estatístico sobre Proteção social, publicado em Moçambique, e em publicação eminente em Cabo Verde.
Questões Administrativas da OIT (funcionários, recursos, conceção, implementação)	n.a.

Modelo de Lições Aprendidas da OIT

Título de Projeto: ACTION/Portugal (Fase 2) - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Projeto TC/SYMBOL: GLO/19/50/PRT

Nome da Avaliadora: Patrícia Carvalho

Data: 28/01/2022

A seguinte lição aprendida foi identificada durante o curso da avaliação. No relatório de avaliação completo pode ser incluído mais texto a explicar a lição.

Elemento LA	Texto
Breve descrição da lição aprendida (ligação a ação ou tarefa específica)	Em contextos de países beneficiários com diferentes estádios de desenvolvimento sectorial, bem como com diferentes níveis de comprometimento político, o estabelecimento de metas anuais diferenciadas mostra-se relevante por forma a permitir que todos os beneficiários consigam alcançar resultados tangíveis.
Contexto e quaisquer condições prévias relacionadas	O Projeto reconheceu que os países beneficiários exibem realidades idiossincráticas, com sistemas de proteção social em estádios de desenvolvimento distintos. No entanto não estabeleceu metas diferenciadas para os países no seu quadro de resultados.
Usuários visados / Beneficiários	SOCPRO/OIT, GEP-MTSSS
Desafios / Lições negativas – Fatores causais	O estabelecimento de metas iguais em todos os países beneficiários não permite a adequação das metas às realidades específicas dos países. Assim, as metas traçadas, não se adequam às capacidades dos países beneficiários em cumprirem as metas.
Sucessos / Questões positivas - Fatores causais	O estabelecimento de metas diferenciadas (i.e., com graus de exigência diferenciados em função do estádio de desenvolvimento dos sistemas de proteção social e da respetiva <i>baseline</i>), tendo em consideração processos participativos com os países beneficiários, permite melhorar a adequabilidade das metas, bem como a monitorização mais incisiva dos progressos verificados por meio do Projeto.
Questões Administrativas da OIT (funcionários, recursos, conceção, implementação)	n/a

Modelo de Lições Aprendidas da OIT

Título de Projeto: ACTION/Portugal (Fase 2) - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Projeto TC/SYMBOL: GLO/19/50/PRT

Nome da Avaliadora: Patrícia Carvalho

Data: 28/01/2022

A seguinte lição aprendida foi identificada durante o curso da avaliação. No relatório de avaliação completo pode ser incluído mais texto a explicar a lição.

Elemento LA	Texto
Breve descrição da lição aprendida (ligação a ação ou tarefa específica)	A ausência de uma estratégia de comunicação e visibilidade estruturada dificulta a correta projeção nacional e internacional do Projeto, doador, e beneficiários, bem como das boas práticas geradas durante a implementação. Deste modo, limita, por um lado, a apropriação dos resultados pelas entidades beneficiárias, e, por outro lado, a potencial replicabilidade do projeto em contextos fora da CPLP.
Contexto e quaisquer condições prévias relacionadas	O Projeto não estabeleceu uma estratégia de Comunicação e Visibilidade, o que causou estrangimentos na projeção interna e externa dos resultados positivos obtidos, nomeadamente a nível de projeção internacional de boas práticas fora do espaço da CPLP.
Usuários visados / Beneficiários	SOCPRO/OIT, GEP-MTSSS
Desafios / Lições negativas – Fatores causais	A partilha de boas práticas do Projeto foi mais evidenciada no âmbito da CPLP, tendo existido limitações na sua projeção além da CPLP.
Sucessos / Questões positivas - Fatores causais	Uma estratégia de comunicação e visibilidade pode favorecer a apropriação dos resultados do projeto pelas entidades beneficiárias, assim como a replicabilidade das boas práticas para fora do espaço da CPLP e a projeção internacional do projeto, financiador e beneficiários. O Projeto tem endereçado esta matéria através da publicação em inglês das boas práticas seguidas. A atividade não integra, contudo, um modelo sistemático de comunicação internacional.
Questões Administrativas da OIT (funcionários, recursos, conceção, implementação)	n/a

Modelo de Boas Práticas Emergentes da OIT

Título do Projeto: ACTION/Portugal (Fase 2) - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Projeto TC/SYMBOL: GLO/19/50/PRT

Nome da Avaliadora: Patrícia Carvalho

Data: 28/01/2022

A seguinte boa prática emergente foi identificada durante o curso da avaliação. Mais texto a explicar pode ser encontrado no relatório de avaliação completo.

Elemento BP	Texto
Breve descrição (ligação ao objetivo do projeto ou produto específico, antecedentes, finalidade, etc.)	Mecanismos de cooperação Sul-Sul e triangular (visitas ao terreno, intercâmbios, formações conjuntas) entre países com o mesmo domínio linguístico são muito valorizados e relevantes do ponto de vista político, legal e institucional, pelo facto de promoverem um sistema de interajuda e troca de informações e experiência (inclusive acordos bilaterais de cooperação entre os países) que potencia a adoção de soluções institucionais para a promoção dos pisos de proteção social.
Condições relevantes e Contexto: limitações ou conselhos em termos de aplicabilidade e replicabilidade	Os canais de diálogo, cooperação e comunicação entre as instituições dos países beneficiários foram reforçados pelos mecanismos de cooperação Sul-Sul e Triangular desenvolvidas pelo Projeto. A introdução de tecnologias de informação e comunicação (e.g., Zoom) potenciaram o aumento de contacto, contudo a situação pandémica limitou a capacidade de intercâmbios físicos. Estes são indispensáveis para cimentar relações interpessoais, e permitir a aferição in loco dos processos e práticas seguidas em casa países na área da proteção social.
Estabelecer uma relação causa-efeito clara	As entrevistas conduzidas durante a avaliação indicaram que o contacto entre técnicos de instituições homólogas noutros países, bem como a partilha de boas práticas, serviu de força motriz para o desenvolvimento e/ou melhoria de iniciativas de proteção social nacionais.
Indicar o impacto mensurável e os beneficiários visados	As práticas de cooperação Sul-Sul e Triangular potenciaram melhorias nos sistemas de proteção social dos países beneficiários. A avaliação encontrou evidências de ligação direta entre partilha de boas práticas e melhoria/adaptação dos sistemas de proteção social.
Potencial de replicação e por quem	Potencial de replicação elevado. A boa prática pode ser implementada em projetos de cooperação que envolvam parceiros de regiões de proximidade linguística
Ligações ascendentes para objetivos mais elevados da OIT (DWCPs, Resultados dos Programas Nacionais ou Quadro Estratégico do Programa da OIT)	<i>Programme and Budget (P&B) 2018-2019: "Outcome 3: Creating and extending social protection floors"</i>
Outros documentos ou comentários relevantes	n/a

Modelo de Boas Práticas Emergentes da OIT

Título do Projeto: ACTION/Portugal (Fase 2) - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Projeto TC/SYMBOL: GLO/19/50/PRT

Nome da Avaliadora: Patrícia Carvalho

Data: 28/01/2022

A seguinte boa prática emergente foi identificada durante o curso da avaliação. Mais texto a explicar pode ser encontrado no relatório de avaliação completo.

Elemento BP	Texto
Breve descrição (ligação ao objetivo do projeto ou produto específico, antecedentes, finalidade, etc.)	A adoção de abordagens integradas à expansão da proteção social nas componentes contributivas e não contributivas promove a integração das várias áreas de proteção social, bem como a coordenação e interoperabilidade entre as várias instituições nacionais com responsabilidade na área da proteção social.
Condições relevantes e Contexto: limitações ou conselhos em termos de aplicabilidade e replicabilidade	A proteção social incide sobre múltiplas áreas de atuação (e.g., crianças, velhice, acidentes de trabalho), incluindo contributiva e não contributiva, para as quais várias instituições nacionais contribuem. Para potenciar economia de recursos, e prestar melhores respostas de proteção social abordagens integradas são necessárias.
Estabelecer uma relação causa-efeito clara	Uma abordagem integrada permite a melhor alocação dos recursos existentes, o que permite expandir e/ou melhorar as respostas.
Indicar o impacto mensurável e os beneficiários visados	Num sistema de abordagem integrada as instituições de proteção social comunicam entre si, e dialogam no sentido de formularem e atingirem objetivos nacionais definidos.
Potencial de replicação e por quem	Potencial de replicação elevado em projetos que incidam sobre mais do que um piso de proteção social.
Ligações ascendentes para objetivos mais elevados da OIT (DWCPs, Resultados dos Programas Nacionais ou Quadro Estratégico do Programa da OIT)	<i>Programme and Budget (P&B) 2018-2019: "Outcome 3: Creating and extending social protection floors"</i>
Outros documentos ou comentários relevantes	n/a

Modelo de Boas Práticas Emergentes da OIT

Título do Projeto: ACTION/Portugal (Fase 2) - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste

Projeto TC/SYMBOL: GLO/19/50/PRT

Nome da Avaliadora: Patrícia Carvalho

Data: 28/01/2022

A seguinte boa prática emergente foi identificada durante o curso da avaliação. Mais texto a explicar pode ser encontrado no relatório de avaliação completo.

Elemento BP	Texto
Breve descrição (ligação ao objetivo do projeto ou produto específico, antecedentes, finalidade, etc.)	O envolvimento contínuo do doador no Projeto, através de uma abordagem participativa e contribuição técnica, assim como os níveis de flexibilidade conferidos mostram-se relevantes para melhorar a intervenção do ponto de vista da relevância (ajuste do projeto face às alterações nas necessidades dos beneficiários) e eficácia (através do apoio técnico adicional conferido pela própria instituição doadora), assim como na consecução da coerência entre a cooperação bilateral e multilateral entre o doador e os países beneficiários.
Condições relevantes e Contexto: limitações ou conselhos em termos de aplicabilidade e replicabilidade	O financiador do projeto dispõe de recursos humanos com capacidade técnica reconhecida. Esta capacidade técnica foi posta ao serviço do Projeto, nomeadamente na designação de peritos formadores. Porque o financiador dispõe de conhecimentos técnicos específicos para a área que financia, é capaz de melhor perceber as necessidades flutuantes, a permitir a necessária flexibilidade e adaptação do projeto aos contextos mutantes.
Estabelecer uma relação causa-efeito clara	A presença e participação direta do financiador nas várias atividades do Projeto permitiu de forma ágil adaptar o Projeto a novas exigências, tendo favorecido a relevância e eficácia do projeto nas suas várias valências. A resposta do Projeto à pandemia COVID-19 é exemplificadora, já que uma parte significativa das atividades de resposta não estavam incluídas no PRODOC, contudo foram apoiadas pelo financiador.
Indicar o impacto mensurável e os beneficiários visados	O financiador tem um acompanhamento direto e participa no desenvolvimento de atividades e da estratégia do Projeto.
Potencial de replicação e por quem	Potencial de replicação elevado, para todos os financiadores com competências técnicas específicas na área em que o projeto de desenvolve.
Ligações ascendentes para objetivos mais elevados da OIT (DWCPs, Resultados dos Programas Nacionais ou Quadro Estratégico do Programa da OIT)	<i>Programme and Budget (P&B) 2018-2019: "Outcome 3: Creating and extending social protection floors"</i>
Outros documentos ou comentários relevantes	n/a

7. SUMÁRIO PARA WEBSITE DA OIT

Enviado em separado.

8. BIBLIOGRAFIA

- “Declaração dos Ministros do Trabalho da CPLP por ocasião da 108ª Conferência Internacional do Trabalho”, conferência virtual, 11 de Junho de 2021.
- “Declaração dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP por ocasião da 108ª Conferência Internacional do Trabalho”, Genebra, 17 de Junho de 2019.
- ACTION/Portugal: “Avaliação Final Independente ACTION/Portugal - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, dezembro de 2018.
- ACTION/Portugal: “Covid-19 e o Alargamento da Cobertura de Proteção Social aos Trabalhadores na Economia Informal”, 2020, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/genericdocument/wcms_749325.pdf.
- ACTION/Portugal: “Mission Report, Guinéa-Bissau 4-11 December 2021”, dezembro 2021.
- ACTION/Portugal: “Plano de Ação 2019 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2019.
- ACTION/Portugal: “Plano de Ação 2020 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2020.
- ACTION/Portugal: “Plano de Ação 2021 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2021.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - Curso Estatísticas da Proteção Social: situação atual e caminhos de desenvolvimento futuro - Fase II”, julho de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - Formação das equipas municipais do Cadastro Social Único”, dezembro de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - II Simpósio Nacional da Família e Inclusão Social: a nova prática na gestão das políticas sociais em Cabo Verde”, agosto de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - Interoperabilidade e cruzamento de informações: Fator essencial para um sistema de Proteção Social eficaz, eficiente e ao serviço dos cidadãos e cidadãs”, agosto de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - Seminário Interoperabilidade e cruzamento de informações no sistema de Proteção Social: Fator essencial para um sistema de Proteção Social eficaz, eficiente e ao serviço dos cidadãos e cidadãs”, novembro de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - Seminário o modelo atuarial de pensões da OIT”, novembro de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Atividade - Seminário sobre Governança dos investimentos de fundos do sistema presidencial”, novembro de 2019.
- ACTION/Portugal: “Relatório de Avaliação Intermédia ACTION/Portugal - Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste (Fase 2)”, 2020.
- ACTION/Portugal: “Relatório Final 2019 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2020.

ACTION/Portugal: “Relatório Final 2020 do ACTION/Portugal - Projeto de Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste”, 2021.

AISS (Associação Internacional de Segurança Social): “Diretrizes da ISSA: Erro, evasão e fraude nos sistemas de segurança social”. 2020.

Angola: “Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 Vol. I”, 2018.

Cabo Verde: “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021”, 2018.

Guiné-Bissau (Ministério da Economia, Plano e Integração Regional): “Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023”, 2020.

Guiné-Bissau: “Guiné-Bissau 2025 Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka””, 2015.

ILO (International Labour Organization): “Action/Portugal (Phase 2): Strengthening of the Social Protection Systems of the PALOP and Timor-Leste - Global Component”, 2021: <https://www.usp2030.org/gimi/Contribution.action?id=396> (consultado a 17/01/2022).

ILO (International Labour Organization): “Calculadora Rápida de Proteção Social para COVID-19”, 2020, <https://www.social-protection.org/gimi/ShowResource.action?id=56436>.

ILO (International Labour Organization): “Decent Work Results and Effectiveness of ILO Operations: An Ex-post Meta-analysis of Development Cooperation Evaluations 2019-2020”, September 2020, ISBN 978-92-2-033095-1, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---eval/documents/publication/wcms_756537.pdf.

ILO (International Labour Organization): “Programme and Budget for the Biennium 2018-19”, 2017.

ILO (International Labour Organization): “Programme and Budget for the Biennium 2022-23”, 2021.

ILO (International Labour Organization): “Ratifications of C102 – Social Security (Minimum Standards) Convention, 1952 (No. 102)”, https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312247 (consultado a 03/01/2022).

ILO (International Labour Organization): “Report of the first phase 2018-2020: Building Social Protection Floors for All - ILO Global Flagship Programme”, 2020.

ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.1.1 - Working poverty rate (percentage of employed living below US\$1.90 PPP) (%) - Annual”, SDG_0111_SEX_AGE_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 18/01/2022).

ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 1.3.1 – Proportion of population covered by social protection floors/system (%) – Annual”, SDG_0131_SEX_SOC_RT_A, June 2021, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 06/01/2022).

ILO (International Labour Organization): “SDG indicator 8.3.1 - Proportion of informal employment in total employment by sex and sector (%) – Annual”, SDG_0831_SEX_ECO_RT_A, January 2022, <https://ilostat.ilo.org/data/#> (consultado a 18/01/2022).

ILO (International Labour Organization): “The Mozambican Statistical Bulletin: a best practice in monitoring the progress of the extension of social protection coverage”, 2021.

ILO (International Labour Organization): “Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition)”, 2018.

ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2014-2015”, 2015.

ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2017-2019”, 2017.

ILO (International Labour Organization): “World Social Protection Report 2020-2022”, 2021.

INPS (Instituto Nacional de Previdência Social): “Boletim Estatístico I Trimestre 2021”, *Gabinete de Estudos Estratégicos, Atuariais, e Relações Internacionais*, 2021.

MGCAS (Ministério do Género, criança e Acção Social) e INAS (Instituto Nacional de Acção Social): “Plano de Resposta À COVID-19 em Moçambique – Proteção Social”, outubro 2020.

Moçambique (Ministério de Economia e Finanças): “Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019”. 2016.

Moçambique: “1º Boletim Estatístico sobre Proteção Social”, 2019.

Moçambique: “2º Boletim Estatístico sobre Proteção Social”, 2020.

Moçambique: “3º Boletim estatístico sobre Proteção Social”, 2021.

Moçambique: “Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)”, 2014.

Moçambique: “Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024”, 2020.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Boas práticas na monitorização da extensão da cobertura de Proteção Social: o caso do Boletim Estatístico de Moçambique”, abril de 2021.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Construir sistemas de proteção social: Normas internacionais e instrumentos de direitos humanos”, 2020.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Diretrizes da OIT para as políticas de avaliação baseada nos resultados: Princípios, fundamentação, planeamento e gestão para as avaliações (4ª edição)”, 2020.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Documento de Projeto ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”, No date.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Espaço Orçamental para a Proteção Social: Um manual para a avaliação das opções de financiamento”, 2022.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Guia sobre a inspeção do Trabalho e a Segurança Social”, 2021

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Monitor de Proteção Social”, 2020, <https://www.social-protection.org/gimi/ShowWiki.action?id=3542&lang=EN>, (consultado a 05/01/2022).

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Proteção contra o desemprego no contexto da crise da COVID-19: Respostas dos países e considerações em matéria de políticas”, setembro de 2020.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Termos de Referência para a Avaliação Final Independente do Projeto ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”, 2021.

OIT (Organização internacional do Trabalho): “Trabalhar para um Futuro Melhor – Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho”, 2019.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Uma Avaliação Rápida do Impacto da COVID-19 no Sector da Economia Informal em Moçambique”, agosto 2020, https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---africa/---ro-abidjan/---ilo-lusaka/documents/publication/wcms_755922.pdf.

OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Webinar:Cadastro Social Único em Cabo Verde”, 2021, https://www.ilo.org/lisbon/sala-de-imprensa/oit-em-notcias/WCMS_824744/lang--pt/index.htm.

Portugal (Presidência do Conselho de Ministros): “Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014”, *Diário da República*, 1ª Série, n.º 47, 7 de março de 2014.

São Tomé e Príncipe e OIT (Organização Internacional do Trabalho): “Programa de Promoção do Trabalho Digno 2018-2021 de São Tomé e Príncipe”, 2018.

São Tomé e Príncipe: “Plano de Desenvolvimento 2017-2021”, novembro 2017.

São Tomé e Príncipe: “Plano Nacional de Desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe 2020-2024”, 2019.

Timor-Leste: “Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030”, 2010.

Timor-Leste: “Reunião do Conselho de Ministros de 11 de novembro de 2021”, 2021.

UNDP (United National Development Programme), “Human Development Report 2019”, 2019.

UNDP (United National Development Programme), “Human Development Report 2020”, 2020.

WHO (World Health Organization): “UHC Service Coverage Index (SDG 3.8.1)”, UHC_INDEX_REPORTED, November 2021, <https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/uhc-index-of-service-coverage> (consultado a 07/01/2022).

9. TERMOS DE REFERÊNCIA



International
Labour
Organization

Avaliação Final Independente

ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

Título do Projeto	ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030
Código do Projeto	GLO/19/50/PRT ⁸⁰
Unidade Administrativa	HQ-Genebra
Unidade de Apoio Técnico	SOCPRO
Parceiro de Desenvolvimento	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal
Período de execução	janeiro de 2019 a dezembro de 2021
Beneficiary Countries	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste
Orçamento	3.198.290 EUR
Tipo de avaliação	Avaliação Final Independente
Datas da avaliação	outubro a dezembro de 2021
Gestor de Avaliação	Egídio Simbine – Coordenador Nacional de Projeto

I. ANTECEDENTES E JUSTIFICAÇÃO

O Departamento de Proteção Social da OIT (SOCPRO/OIT) e o Centro Internacional de Formação da OIT (CIF/OIT), em colaboração com os Escritórios em Lisboa, Dakar, Yaoundé, Kinshasa, Lusaka, Bangkok, Maputo, Díli e Jacarta, está a implementar o projeto “ACTION/Portugal (Fase 2) – Reforço dos Sistemas de Proteção Social dos PALOP e Timor-Leste, no quadro do Programa Mundial de Pisos de Proteção Social e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda

⁸⁰ Este código refere-se ao projeto principal. Os componentes do projeto são: Genebra (GLO/19/50/PRT), CIF/OIT Turim (P9512245), Lusaka (Moçambique: MOZ/19/50/PRT), Dakar (Cabo Verde e Guiné-Bissau: RAF/19/50/PRT), Yaoundé (São Tomé e Príncipe: SPT/19/50/PRT) e Jakarta (Timor-Leste: TLS/19/50/PRT).

2030”.

A intervenção do projeto procura contribuir para melhorar a cobertura de proteção social e a qualidade das estatísticas em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e está estruturada em torno de quatro linhas de intervenção inter-relacionadas: (i) apoiar as instituições nacionais na conceção, implementação e avaliação de programas de proteção social com vista à implementação de sistemas nacionais abrangentes de Proteção Social, incluindo pisos, contribuindo para os processos de diálogo nacional relacionados com a extensão da cobertura; (ii) reforçar as capacidades e as competências das instituições nacionais para a implementação de sistemas abrangentes e integrados de proteção social, a melhoria das estatísticas de proteção social e da capacidade de monitorização dos progressos dos ODS, através de atividades de formação e capacitação e de assistência técnica; (iii) favorecer o acesso dos PALOP e Timor-Leste à informação, práticas e recursos didáticos de apoio aos processos de implementação ou extensão da proteção social disponíveis a nível regional e internacional e (iv) contribuir para o intercâmbio de conhecimentos relativos a inovações e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço de Pisos de Proteção Social.

1. Antecedentes da Avaliação Final Independente

No âmbito da política de avaliação da OIT, o projeto ACTION/Portugal (Fase 2) precisa de ser avaliado durante toda a sua duração. Duas rondas de avaliação precisam de ser realizadas. Primeiro, uma avaliação interna intercalar destinada a reforçar as capacidades de análise do pessoal do projeto e a fornecer recomendações para o período restante (concluída no 2º semestre de 2020). Em segundo e último lugar, uma avaliação final independente com o objetivo de analisar os resultados do projeto.

Esta avaliação final independente será realizada de 27 de setembro de 2021 a 15 de dezembro de 2021. Um Gestor de Avaliação da OIT, que é independente do projeto ACTION/Portugal e que está sob a direção geral da Unidade de Avaliação da OIT, irá gerir o processo de avaliação. Um consultor externo independente conduzirá a avaliação, respeitando as normas e padrões da ONU e as referidas salvaguardas éticas.

A avaliação final independente centrar-se-á nos resultados do projeto em termos de realização dos objetivos imediatos, resultados, resultados e atividades através dos indicadores selecionados do projeto, tal como resumidos abaixo.

Objetivos imediatos e indicadores

Objetivo Imediato 1: Os governos têm desenvolvido e implementado políticas, planos e programas para estender a cobertura da proteção social (incluindo a saúde) e/ou modificaram o quadro legal para estender a proteção social em concordância com as garantias dos sistemas e pisos de proteção social, no quadro dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Indicadores:

- Número de países que têm estendido e/ou melhorado a cobertura e a adequação das prestações da proteção social em pelo menos uma das garantias dos pisos de proteção social, em concordância com a Recomendação n.º 202 e em linha com a implementação da meta 1.3 dos ODS.
- Número de países que melhoraram benefícios ou a administração de pelo menos um dos seus regimes de segurança social, de acordo com a Convenção n.º 102 e os ODS.

Objetivo Imediato 2: Os países, em particular as instituições de proteção social e organizações de trabalhadores e de empregadores, têm desenvolvido, mediante ações de formação, as suas capacidades e competências para a implementação, acompanhamento e avaliação das políticas, estratégias e programas relacionados o reforço e a extensão dos sistemas e programas de proteção social.

Indicadores:

- Número de atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências realizadas.
- Número de funcionários públicos e membros dos parceiros sociais apoiados pelos governos para receber formação nas áreas da extensão da proteção social e da aplicação das normas internacionais da OIT sobre proteção social.
- Nível de satisfação por parte dos participantes nas atividades de formação, capacitação e intercâmbio de experiências.
- Número de governos que concebem, atualizam ou implementam iniciativas para aperfeiçoar os seus programas de proteção social através da melhoria do desempenho das instituições, do reforço do financiamento e da identificação de espaço fiscal, e da melhoria dos seus processos administrativos.

Objetivo Imediato 3: Os países têm melhorado as suas estatísticas sobre proteção social, incluindo a recolha, elaboração, análise e disponibilização de dados fiáveis e de qualidade, para monitorizar os seus progressos na consecução dos ODS.

Indicadores:

- Nível de estatísticas e indicadores disponibilizados pelos países para a monitorização das políticas e programas de proteção social, preferencialmente com desagregação por género.

- Nível de produção dos indicadores para monitorização do progresso dos ODS relacionados direta ou indiretamente com proteção social, preferencialmente com desagregação por género.

Objetivo Imediato 4: Os atores da proteção social melhoraram o acesso ao conhecimento e as suas capacidades para participar na campanha mundial para a extensão da proteção social, e têm transferido boas práticas para outros países no domínio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Indicadores:

- Número de materiais de apoio a políticas de proteção social que são difundidos e/ou disponibilizados em língua portuguesa.
 - Número de países formalmente aderentes à campanha global para a extensão da proteção social, por meio de anúncios e declarações públicas oficiais.
 - Número de boas práticas de proteção social que são partilhadas e adaptadas pelos Estados-membros da CPLP, num contexto de Cooperação Sul-Sul e Triangular, através do apoio prestado pelo Projeto.
- Número de ações/iniciativas/seminários implementados no âmbito da proteção social para reforçar as capacidades do setor público, organizações de trabalhadores e de empregadores e da sociedade civil dos Estados-membros da CPLP, através da Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Produtos e atividades

PRODUTOS	ATIVIDADES
<p>1.1 Relatórios técnicos sobre as políticas nacionais, planos e reformas legislativas para estender a cobertura da proteção social, preparados e submetidos a consulta por meio de um diálogo social tripartido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recolher, analisar e validar, através do diálogo social, as necessidades atuais expressas pelas diferentes instituições nacionais em termos de assistência técnica, do reforço de competências e do desenvolvimento e partilha de conhecimentos.
<p>1.2 Realização de processos de diálogo social a nível nacional, através das metodologias desenvolvida pela OIT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar e validar, através de diálogo tripartido, diagnósticos sobre os níveis de articulação e coordenação dos sistemas e pisos de segurança social e propor recomendações para a melhoria nessas áreas que aumentem a eficácia e a eficiência dos sistemas e pisos de proteção social.
<p>1.3 Análises institucionais para melhorar a articulação, coordenação e supervisão dos programas de proteção social contributivos e não contributivos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e validar, através de diálogo social, diagnósticos nacionais orientados para a identificação de lacunas na proteção social (jurídicas, na cobertura, nas políticas, governação, igualdade de género, etc.), aplicando as ferramentas técnicas disponibilizadas por SOCPRO (SPER, ferramentas de custeio, guias de boas práticas, monitorização, avaliação, criação de espaço fiscal e estudos atuariais).
<p>1.4 Prestação de assistência técnica aos países no domínio da implementação administrativa de políticas, estratégias e programas de proteção social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado na atividade anterior, elaborar e validar uma linha de base sobre o estado da proteção social nos PALOP e Timor-Leste, incluindo a análise de lacunas na implementação do piso, sempre com uma perspectiva de género.
<p>1.5 Assistência técnica para a revisão da legislação nacional para melhorar a sua implementação e avançar na ratificação das convenções da OIT.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Baseado na atividade anterior, elaborar e validar uma linha de base sobre o estado da proteção social nos PALOP e Timor-Leste, incluindo a análise de lacunas na implementação do piso, sempre com uma perspectiva de género.

	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar e divulgar, junto dos parceiros sociais e opinião pública, as análises comparativas da legislação nacional sobre a aplicação das normas internacionais da OIT. - Apresentar e divulgar as análises jurídicas em reuniões tripartidas visando promover a adoção das Convenções da OIT sobre segurança social e dos objetivos da Agenda 2030, direta ou indiretamente relacionados com os ODS. - Propor avaliações e recomendações para melhorar a gestão das instituições de proteção social, as questões de financiamento, gestão de investimentos, entrega dos benefícios e de outras prestações, entre outros. - Conduzir análises das capacidades de gestão das instituições de proteção social e propor melhorias na sua administração para estender a cobertura da proteção social, com ênfase nos grupos de cobertura difícil (trabalhadores domésticos, economia informal, migrantes, etc.), incorporando sempre uma perspetiva de género. - Desenvolver análises das desigualdades de género no acesso à proteção social e formular e discutir recomendações para reduzir as desigualdades.
<p>2.1 Análise das necessidades de formação por parte das instituições de proteção social.</p> <p>2.2 Implementação de programas de formação (PALOP e Timor-Leste) para</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar seminários e workshops nacionais para apresentar e discutir os diagnósticos, análise e recomendações desenvolvidos com o apoio do Projeto, com a participação de dirigentes e técnicos das instituições

<p>os gestores e técnicos de instituições, organizações de trabalhadores e de empregadores e da sociedade civil (cursos, seminários e workshops coordenados pelo CIF/OIT).</p>	<p>responsáveis pela proteção social e dos mandantes tripartidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceber e implementar atividades de formação, nacionais e inter-regionais, em colaboração com o CIF/OIT, destinadas a reforçar a capacidade dos atores envolvidos na gestão da proteção social e suas políticas, incluindo os representantes das organizações de trabalhadores e de empregadores e de outros parceiros da sociedade civil envolvidos. - Organizar academias, seminários e workshops nacionais, regionais e globais para apresentar e discutir os diagnósticos, análise e recomendações desenvolvidos com o apoio do Projeto, com a participação de dirigentes e técnicos das instituições responsáveis pela proteção social e dos mandantes tripartidos. - Preparar e implementar ações de intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas.
--	---

<p>3.1 Análise das necessidades de assistência técnica das instituições nacionais envolvidas na recolha, análise, tratamento e divulgação de dados estatísticos dos diferentes ramos da proteção social.</p> <p>3.2 Fortalecimento das capacidades operacionais das instituições de proteção social na gestão, em termos da utilização de plataformas de tecnologias da informação e comunicação (TIC), sistemas estatísticos, bem como no desenvolvimento de indicadores e na monitorização do progresso dos ODS.</p> <p>3.3 Reforço dos mecanismos nacionais de coordenação interinstitucional, incluindo as agendas nacionais de estatística para a produção e consolidação de dados sobre os pisos do sistema de proteção social.</p> <p>3.4 Conceção e implementação de um programa de formação a nível nacional para os técnicos envolvidos na produção de estatísticas fiáveis e de qualidade de proteção social (em colaboração com o CIF/OIT).</p> <p>3.5 Relatórios sobre os indicadores de proteção social dos ODS e estatísticas sobre proteção social atualizados e disponíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Conduzir exercícios para análise das necessidades nacionais de assistência técnica no domínio da produção de estatísticas dos diferentes ramos da proteção social. – Analisar as agendas nacionais de estatística para a produção de informação estatística e identificar os principais desafios para uma efetiva consolidação de dados sobre o sistema de proteção social. – Propor medidas para que os países estabeleçam mecanismos de coordenação, de partilha e de consolidação de dados relativos aos diferentes ramos da proteção social. – Realizar avaliações e disponibilizar recomendações para melhorar as questões de tecnologias da informação e comunicação (TIC), das estatísticas e indicadores, entre outros. – Organizar atividades de formação, a nível nacional e regional, em colaboração com o CIF/OIT, destinadas a reforçar a capacidade dos técnicos diretamente ligados à produção de estatísticas de proteção social. – Prestar assistência técnica às instituições nacionais envolvidas na produção de estatísticas de proteção e, em particular, na monitorização do progresso nacional nos ODS. – Apoiar as instituições nacionais no preenchimento dos Inquéritos sobre Segurança Social (ISS) que a OIT realiza periodicamente. – Contribuir para que os países beneficiários possam monitorizar anualmente e de forma efetiva os seus progressos nos ODS e, em particular, na meta 1.3.1.
---	--

<p>4.1. Materiais de apoio à gestão de políticas de proteção social produzidos, traduzidos e difundidos em língua portuguesa.</p> <p>4.2. Um conjunto de recursos audiovisuais, sistematizando as experiências na criação e extensão de Sistemas e Pisos de Proteção Social na CPLP, produzidos e difundidos em língua portuguesa e inglesa.</p> <p>4.3. Seminários inter-regionais (PALOP e Timor-Leste) para o intercâmbio de experiências inovadoras e boas práticas adotadas no âmbito da CPLP em matéria de implementação e reforço dos Pisos de Proteção Social (em colaboração com o CIF/OIT).</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e traduzir os principais recursos didáticos e documentos produzidos pela OIT cobrindo temas de interesse para os países beneficiários do Projeto. - Traduzir um conjunto de resumos técnicos nas seguintes áreas: extensão da proteção social no quadro das estratégias da formalização, extensão da proteção social em saúde, implementação de pisos nacionais de proteção social. - Difundir os documentos correspondentes, através da Plataforma de Proteção Social da OIT, do E-campus do ACTION/PORTUGAL do CIF/OIT e do grupo ACTION/Portugal no Facebook. - Identificar e sistematizar as experiências de criação e extensão de Pisos de Proteção Social na CPLP na forma de resumos técnicos. - Produzir recursos audiovisuais sobre a situação atual da proteção social nos países da CPLP. - Sistematizar as experiências dos países da CPLP relacionadas com a extensão da proteção social a grupos específicos da população de difícil cobertura. - Traduzir e difundir amplamente os recursos audiovisuais produzidos, através da plataforma de Proteção Social da OIT, do E-campus ACTION/Portugal do CIF/OIT e do grupo ACTION/Portugal no Facebook. - Articular com o CIF/OIT, ações para o intercâmbio/partilha de experiências e boas práticas nas atividades de formação e capacitação.
---	---

II. PROPÓSITO E ÂMBITO DA AVALIAÇÃO

Propósito

A avaliação final independente visa examinar em que medida os objetivos, resultados, produtos e atividades do projeto foram alcançados no que diz respeito à eficiência, eficácia e sustentabilidade. A avaliação final formulará igualmente conclusões e recomendações, assim como gerará lições aprendidas e boas práticas. Em termos específicos, esta avaliação final independente visa averiguar: o que o projeto concretizou ou não; a forma como foi implementado; como é percebido e valorizado pelos grupos-alvo e intervenientes; se os resultados previstos estão a ocorrer (ou já ocorreram), com base em dados sobre o desempenho e das entrevistas; a adequação do desenho do projeto; e a eficácia da sua estrutura gerencial. Esta avaliação procura igualmente avaliar em que medida os objetivos do projeto são sustentáveis, levando em conta os fatores contextuais e políticos relevantes. Por último, a avaliação vai investigar quão bem a equipa do projeto geriu as atividades do projeto e, se a mesma tinha no seu lugar as parcerias e sistemas de gestão necessários para garantir a realização dos produtos e objetivos. Importa também analisar se a capacidade do governo e de outras contrapartes principais foi suficiente para interiorizar, aplicar e sustentar todo o apoio recebido. Caso não, a avaliação ressaltará os obstáculos e constrangimentos identificados.

Âmbito

O âmbito da avaliação final independente inclui uma revisão e avaliação de todos os resultados, produtos e atividades realizadas ao abrigo do projeto ACTION/Portugal (Fase 2).

Esta avaliação final independente deve focar as realizações e contribuição do projeto até aqui aos esforços globais a nível nacional dos PALOP e Timor-Leste para reforçar os seus respetivos sistemas de proteção social. A mesma deverá focar as componentes do projeto geridas pela OIT-Genebra, pelo CIF-Turim, e pelas equipas do projeto em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste, os quais lidam com as PALOP e Timor-Leste.

O cronograma a ser considerado é de janeiro de 2019 até dezembro de 2021. Levando em consideração a prolongação do projeto até ao fim de abril de 2022, a avaliação deve contar com uma componente de análise prevista.

A avaliação final independente examinará o projeto como um todo, incluindo quaisquer problemas na conceção inicial do projeto ou durante a implementação do mesmo, assim como examinará as lições aprendidas, a reprodutibilidade de algumas boas práticas e, proporcionará recomendações para a programação atual e futura. Serão igualmente considerados a contribuição do projeto para o reforço dos sistemas de proteção social, e a sua implementação,

assim como a medida em que esta contribuição foi conseguida conforme previsto (ou seja, conforme planejado) e/ou os resultados imprevistos em termos de produtos e resultados não programados (ou seja, efeitos secundários ou externalidades).

O âmbito analítico incluirá a identificação dos níveis de realização dos objetivos e resultados previstos, explicando como e porque foram alcançados de tal maneira. Recomenda-se examinar a teoria de mudança das intervenções, especificamente à luz da ligação lógica entre níveis de resultados e o seu alinhamento com os objetivos estratégicos e resultados aos níveis global e nacional, assim como com os ODS relevantes e metas relacionadas.

O propósito principal é de ajudar aos intervenientes e parceiros nacionais a aprenderem a partir desta experiência de cooperação técnica e, nesta base, abrir o caminho para avançar e as fases seguintes de desenvolvimento do projeto.

III. CRITÉRIOS E QUESTÕES CHAVE PARA A AVALIAÇÃO

Em termos gerais, a análise do Consultor Independente de Avaliação sobre as duas questões que se seguem deve estar entrelaçada ao longo das observações, conclusões e recomendações:

- Quais são as boas práticas e lições que se podem aprender do projeto, que possam ser aplicadas a projetos futuros?
- O que é que poderia ter sido diferente e, deveria ter sido evitado?

A avaliação deve abordar as considerações globais da OIT para a avaliação, como é o caso da relevância e coerência, eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacto, conforme definidas nas Diretrizes da OIT para as políticas para a avaliação baseada nos resultados, de 2017, seguindo os critérios de avaliação da OCDE/CAD:

A revisão abordará as seguintes considerações de avaliação da OIT:

- Relevância, congruência e encaixe estratégico do projeto;
- Validade da conceção do projeto;
- Eficácia do projeto;
- Eficiência do uso dos recursos;
- Sustentabilidade dos resultados do projeto; e
- Orientação ao impacto;

Os temas transversais da OIT devem ser integrados na pergunta de avaliação conforme a necessidade, durante a fase inicial e refletidos no relatório inicial.

Questões Chave para a Avaliação

a) Relevância, congruência e encaixe estratégico

- Será que o desenho do projeto efetivamente aborda as prioridades nacionais de desenvolvimento, o DWCP (caso esteja disponível), UNDAF/UNSDCF e prioridades/preocupações específicas do doador nos PALOP e no Timor-Leste?
- Como é que o projeto se enquadra dentro dos Resultados Globais de Política da OIT e dos ODS e metas relevantes, sobretudo as identificadas como prioritárias nas estratégias de desenvolvimento nacional (ou equivalente)?
- Os elementos estratégicos do projeto (objetivos, produtos, estratégias de implementação, metas e indicadores) eram alcançáveis? A lógica de intervenção é realista? Caso não, porque não? O que é que deveria ser feito de outra maneira?
- Será que o desenho do projeto efetivamente integra os interesses de diversos intervenientes e beneficiários finais dos programas de proteção social?
- Em que medida é que a conceção e estratégia de implementação do projeto são compatíveis com os objetivos do projeto em termos de extensão da proteção social nos PALOP e Timor-Leste?
- Em que medida a estratégia de implementação do projeto inclui as devidas intervenções para contribuir para o objetivo de pôr em ligação os programas de segurança social contributivos e não contributivos?
- Quais são as áreas para aumento adicional de escala e reforço das proezas do projeto?
- Será que a implementação do projeto está coordenada com outras iniciativas na proteção social da OIT, da ONU e dos governos?
- Em que medida o projeto levou em consideração uma análise tendo em conta as especificidades de género e proporcionou recomendações específicas sobre a igualdade de género e/ou outras questões relativas à não discriminação?
- Em que medida o projeto deu uma resposta oportuna e pertinente às necessidades e prioridades dos mandantes no contexto do COVID-19?

b) Validade do desenho da intervenção

- O projeto é realista (em termos de resultados, consequências e impacto previstos), dados o tempo e recursos disponíveis, a incluir o seu desempenho e o seu sistema de M&A, partilha de conhecimentos e estratégia de comunicação?
- Até que ponto o projeto integrou no seu desenho os temas transversais da OIT (género, não discriminação, deficiência e sustentabilidade ambiental)?
- Até que ponto os indicadores de resultados imediatos [*outputs*] e resultados finais [*outcomes*] são inclusivos em termos do género?

- Os indicadores das realizações estão claramente definidos, descrevendo as mudanças a serem ocasionadas? Os indicadores foram projetados e empregues de maneira que tenham permitido a prestação de contas sobre o progresso realizado sob metas e indicadores específicos dos ODS?
- A teoria de mudança do projeto é exaustiva, integra fatores externos e baseia-se numa análise sistêmica?

c) Eficácia

- Até que ponto as metas globais, objetivos imediatos e produtos previstos do projeto foram qualitativa e quantitativamente alcançados?
- Que tipo de avaliação pode efetuar-se das realizações do projeto em termos de:
 - a. Melhorias na eficácia e resultados das instituições de proteção social nos PALOP e Timor-Leste, conseguidas através da aquisição de novas competências, da definição de políticas e programas e, o do uso de métodos apropriados de gestão e uma capacidade melhorada de coordenar esforços a nível nacional.
 - b. Garantia do acesso para vários intervenientes envolvidos na extensão da proteção social a novos recursos de informação sobre melhores práticas e pesquisa a nível mundial, permitindo-lhes aprender e melhorar a abrangência e eficácia da proteção social.
 - c. Melhorias nas estatísticas sobre a proteção social das instituições de proteção social e, dados sobre a qualidade para monitorar os seus avanços na realização dos ODS.
- Quais foram as realizações e desafios registados no decorrer da implementação? Incluído nisto, em que áreas o projeto alcançou resultados insuficientes em relação aos seus objetivos (explicar os fatores constringentes, as razões por detrás destes e, como podem ser superados)?
- Em que áreas o tripartismo foi integrado com êxito?
- Até que ponto os parceiros sociais têm estado envolvidos na implementação do projeto?
- Qual foi o nível de coordenação e colaboração alcançado com o CIF-Turim e os peritos da OIT no terreno?
- Quais são as boas práticas e lições aprendidas que são dignas de documentação?
- Até que ponto a pandemia de COVID-19 influenciou os resultados e eficácia do projeto, e a forma como o projeto respondeu a esta influência para ajustar-se às mudanças?
- Os modelos (adaptados) de intervenção empregues no projeto sugerem um modelo de intervenção para a resposta a crises parecidas (ao COVID-19)?

d) Eficácia das disposições em termos de gestão

- As capacidades de gestão são suficientes e facilitam resultados positivos e entrega eficiente? Existe um entendimento claro dos papéis e responsabilidades por parte de todas os intervenientes?
- Este projeto global recebe apoio político, técnico e administrativo suficiente dos seus parceiros nacionais, da OIT e do doador? Os parceiros implementadores proporcionam uma implementação eficaz do projeto?
- Com que eficácia os gestores do projeto monitoram o desempenho e os resultados? Foram definidos meios convenientes de verificação para controlar o progresso, desempenho e concretização de valores nos indicadores?
- A cooperação com os parceiros implementadores do projeto tem sido eficiente? A abordagem gerencial do projeto tem sido percebida positivamente pelas unidades de apoio técnico da OIT? Tem sido aplicada uma abordagem participativa/consultiva?
- Até que ponto os parceiros estratégicos são estratégicos em termos de mandato, influência, capacidades e compromisso?
- O projeto comunicou de forma eficaz os seus objetivos, resultados e conhecimentos relacionados com o género?
- Estão sendo sistematicamente recolhidas e compiladas as informações e dados? Os dados são desagregados por sexo (e por outras características relevantes, caso relevante)? A informação está a ser analisada de forma regular para influir nas decisões gestionárias?
- Até que ponto o projeto tem sido eficaz e oportuno na provisão duma resposta ao COVID-19 adaptada e de conselhos aos mandantes ao longo da intervenção?

e) Eficiência do uso de recursos

- Quais são as modalidades de parceria na implementação do projeto a diversos níveis – comunitário, autárquico, interministerial, interdepartamental e interagências? Quais eram os desafios na formulação destas parcerias? Quais foram os resultados destas parcerias?
- A implementação do projeto beneficiou eficientemente dos recursos técnicos e experiências internacionais da OIT e, de que formas?
- Que evidência existe de eficácia em termos dos custos na implementação e gestão do projeto?
- Os fundos e produtos do projeto foram utilizados e entregues atempadamente?
- Que evidência existe de eficácia em termos dos custos na implementação e gestão

do projeto?

- A incluir quais as medidas de eficiência em termos de tempo e custo que poderiam ser introduzidas para melhorar a obtenção de resultados?
- Até que ponto o projeto alavancou recursos para promover a igualdade de género, a não discriminação e a inclusão de pessoas portadoras de deficiência?

f) Orientação para a sustentabilidade e o impacto

- As realizações do projeto são sustentáveis? Quais delas?
- Quais são os elementos das realizações do programa que é improvável que sejam sustentáveis?
- Quais são as ações/intervenções necessárias por parte da OIT e dos doadores para garantir que as realizações do programa possam ser sustentadas e fornecer uma plataforma significativa para uma capacitação adicional dos parceiros nacionais dos PALOP e de Timor-Leste?
- Quais são os impactos do projeto?
 - a) Quais são os impactos emergentes do projeto e as mudanças que podem ter relação causal com a intervenção do projeto?
 - b) Quais são os efeitos realistas a longo prazo do projeto em termos de reforço das capacidades institucionais e da extensão da proteção social?
 - c) Até que ponto o projeto prestou um contributo importante para o impacto sobre o desenvolvimento em termos mais amplos e a mais longo prazo?
- Foram abordados os fatores de risco que é necessário que sejam mitigados de forma a assegurar o reforço máximo e sustentável da capacidade após a conclusão do projeto?
- Quais são os eventuais efeitos a longo prazo sobre a igualdade de género?
- Qual é a probabilidade de que o projeto da OIT leve a resultados que sejam sustentados ou integrados em outra resposta pós-pandemia ao longo do tempo? O projeto da OIT elaborou uma estratégia de sustentabilidade e trabalhou com os mandantes e outras contrapartes nacionais para sustentar os resultados durante a fase de recuperação?

Utentes pretendidos

Os principais interessados para a avaliação são a OIT, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e

Segurança Social de Portugal e os mandantes da OIT nos PALOP e em Timor-Leste. Os resultados, conclusões e recomendações da avaliação servirão igualmente para informar os intervenientes na conceção e implementação de projetos subsequentes no país e região, e em outra parte conforme conveniente. A avaliação final serve de função importante de prestação de contas e de aprendizagem organizacional para a OIT e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal.

IV. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E CRONOGRAMA

As Diretrizes da OIT em Matéria de Avaliação⁸¹ fornecem o enquadramento básico. A avaliação realizar-se-á em conformidade com as políticas e procedimentos padrão da OIT.

A avaliação deve ser realizada no contexto de critérios e abordagens para a ajuda internacional ao desenvolvimento conforme fixados pelo Padrão de Qualidade para a Avaliação da OCDE/CAD, e deve respeitar o Código de Conduta para a Avaliação, do Sistema da ONU.⁸²

A metodologia de avaliação consistirá nas seguintes atividades e abordagens:

A. Abordagem

A avaliação abordará as áreas de relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade do projeto. A avaliação avaliará as mudanças positivas e negativas produzidas pelo projeto – sejam elas pretendidas e não pretendidas, diretas como indiretas – conforme relatadas pelos inquiridos e como evidenciadas nos dados do projeto. O relatório final deve fornecer constatações e recomendações que provêm da evidência e observação e, deve igualmente identificar as boas práticas/bons modelos de intervenção com o potencial de reprodução e/ou aumento de escala.

O trabalho de campo da avaliação será de natureza qualitativa e participativa. Informações qualitativas serão obtidas através de entrevistas e grupos focais à distância, conforme convenientes. As opiniões provenientes dos intervenientes, melhorarão e esclarecerão os dados quantitativos obtidos a partir dos documentos e medições do desempenho do projeto. O carácter participativo da avaliação contribuirá para o sentido de posse entre os intervenientes. Os dados quantitativos serão tirados dos documentos do projeto, nomeadamente os Relatórios Interinos e a Avaliação Interna Intercalar.

A avaliação deve igualmente seguir os princípios que se seguem:

⁸¹ Lista de todas as motas de orientação, modelos, listas de verificação e ferramentas: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/--eval/documents/publication/wcms_176814.pdf

⁸² As diretrizes da OIT para as políticas para a avaliação baseada nos resultados e as suas normas técnicas e éticas estabelecem-se dentro destes critérios, e portanto, a avaliação deve cumprir com estes de forma a garantir uma avaliação digna de crédito a nível internacional. Veja-se: Diretrizes em Termos de Políticas da OIT/EVAL, Listas de Conferência 5 e 6: “Elaboração do relatório de avaliação” e “Classificação da qualidade dos relatórios de avaliação”.

- a abordagem deve ser construtiva;
- a recolha dos dados deve seguir os princípios de representação, isto é, todos os intervenientes têm uma oportunidade de manifestar a sua opinião;
- na medida do possível, as mulheres e pessoas portadoras de deficiências devem ser integradas no grupo dos inquiridos. Na medida do possível, os dados recolhidos e analisados serão desagregados por género conforme vem descrito nas Diretrizes da Política de Avaliação da OIT e pertinentes Instruções. A avaliação integrará a igualdade de género, a inclusão dos portadores de deficiência e outras questões relativas à não discriminação, como questões transversais por toda a sua metodologia e todos os entregáveis, a incluir o relatório final;
- as constatações devem ser apresentadas de maneira analítica em vez de descritiva, estar baseadas em evidências e trianguladas;
- a mesma deve cumprir com as diretrizes éticas recomendadas da ONU, incluindo questões de confidencialidade.

B. Metodologia de Avaliação

A atual pandemia do COVID-19 limita seriamente a mobilidade do pessoal e dos consultores. Portanto, em conformidade com os novos procedimentos operacionais do Gabinete de Avaliação da OIT,⁸³ esta avaliação final independente será realizada inteiramente à distância.

A avaliação será principalmente de natureza qualitativa mas, a mesma incorporará valores-alvo quantitativos sumativos conforme rastreados e relatados pelo projeto. A análise qualitativa será baseada principalmente em entrevistas com pessoal-chave do projeto e os seus parceiros e intervenientes nos PALOP e Timor-Leste, a incluir a revisão dos documentos e relatórios do projeto. O projeto será avaliado na ótica de uma gama diversa de intervenientes que participam nas intervenções do projeto e que se pretende que beneficiem destas.

Os métodos a serem considerados para o processo de avaliação de ACTION/Portugal incluem uma revisão de gabinete dos documentos de base e entrevistas à distância com informantes e intervenientes chave.

1. Revisão Documental

- Documento do Projeto
- Planos de atividades anuais
- Relatórios anuais sobre os progressos realizados

⁸³ OIT, 2021. Implicações do COVID-19 sobre as avaliações na OIT. Dicas práticas sobre a adaptação à situação. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_mas/---eval/documents/publication/wcms_744068.pdf

- Relatório Final Interno sobre a Avaliação Intercalar
- Outros relatórios e publicações realizados pelo projeto

2. **Entrevistas com a equipa do projeto**

O propósito desta fase, é de obter um relato em primeira mão da natureza, abordagem, progresso e desafios do projeto, assim como de identificar os intervenientes chave que devem ser entrevistados como parte da recolha de dados.

3. **Relatório Inicial**

(a ser anexado aos TdR como Anexo)

Com base na revisão de gabinete e do briefing inicial, será elaborado um relatório inicial. Este vai:

- o Descrever o quadro concetual que será empregue para realizar a avaliação;
- o Apresentar as constatações chave a partir da revisão de gabinete e briefing, bem como a abordagem e metodologia da avaliação. O Avaliador poderá adaptar os critérios e perguntas de avaliação, assim como a metodologia proposta de avaliação indicada nestes TdR mas, quaisquer mudanças fundamentais devem ser acordadas entre o Gestor de Avaliação e o Avaliador e refletidas no relatório inicial. Será incluída uma Matriz de Perguntas, esboçando a fonte dos dados a partir da qual o consultor tenciona recolher as informações para cada pergunta da avaliação;
- o Expor o plano de trabalho pormenorizado para a avaliação, indicando as fases da avaliação, os seus entregáveis e marcos chave;
- o Expor a lista de intervenientes chave na sede e aos níveis de país que deverão ser entrevistados - as listas de verificação das entrevistas são adaptadas por grupo de intervenientes. Será igualmente incorporado um plano para as entrevistas e conversações;

O Relatório Inicial será apresentado pelo consultor à OIT antes de iniciar o trabalho de campo e pode ser entregue ao abrigo dos presentes Termos de Referência. As missões de campo terão lugar após a aprovação do relatório inicial pelo Gestor de Avaliação.

4. **Entrevistas com os intervenientes**

Em termos técnicos, os intervenientes são todos os que tenham um interesse num projeto – por exemplo, os implementadores do projeto, os seus participantes/recipientes diretos e indiretos, os representantes das organizações dos empregadores e trabalhadores, as organizações da sociedade civil, doadores e oficiais governamentais. Entrevistas serão realizadas com tantos intervenientes no projeto quanto possível, de forma a influir com êxito na avaliação. O calendário de entrevistas é um produto a entregar ao abrigo destes TdR e deve ser submetido para revisão ao gestor de avaliação da OIT em conjunto com a Matriz

de Perguntas, a qual inclui uma lista de perguntas da entrevista por cada tipo de interveniente.

As entrevistas serão agendadas por pessoal designado do projeto, com base na disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas devem ser conduzidas com uso de ferramentas informáticas (Zoom, Skype, Microsoft Teams, emails, etc.). Em função das circunstâncias, estas entrevistas serão realizadas num formato individual ou em entrevistas em grupo. A nível dos países, as entrevistas com os mandantes da OIT e parceiros sociais envolvidos no projeto serão agendadas pelo pessoal do projeto e coordenadas pelo perito designado da OIT. Caso sejam necessárias entrevistas na sequência do trabalho de campo, ou perguntas complementares para contribuir para as constatações e conclusões, as mesmas devem ser requeridas aos informantes/entrevistados chave somente em base da necessidade.

5. Inquérito

Um inquérito digital em rede pode ser administrado a todos os intervenientes (a incluir ministérios e instituições nacionais de segurança social e instituições da sociedade civil envolvidas nas atividades do projeto), na tentativa de assegurar que todos tenham a oportunidade de partilhar as suas experiências – particularmente no caso de não terem podido participar numa entrevista direta. O inquérito será elaborado, administrado e gerido pelo avaliador. Para este propósito, o avaliador podia levar em conta o inquérito implementado durante a avaliação intercalar do projeto.

6. Workshop com os intervenientes

Será organizada uma reunião virtual de balanço com os intervenientes, incluindo os membros do pessoal do projeto da parte da OIT, dos doadores e dos parceiros de desenvolvimento, para apresentar as principais constatações e recomendações preliminares e passar quaisquer problemas e solicitação de esclarecimento ou informações adicionais dos intervenientes antes da circulação do relatório em forma de esboço. A expectativa será de que o avaliador contribua para a redação da agenda, apresente as constatações e recomendações chave, recolha feedback a partir dos participantes e o integre no relatório em forma de esboço.

O pessoal do projeto facilitará a organização do workshop (montagem da reunião virtual, convite dos participantes, partilha da documentação com os participantes). A agenda da reunião será elaborada pelo avaliador, em consulta com o pessoal do projeto e o gestor de avaliação. Espera-se que a agenda inclua – sem limitar-se – os seguintes itens:

- Apresentação pelo avaliador sobre as principais constatações preliminares;
- Discussão de eventuais recomendações; e
- Perguntas e feedback a partir dos intervenientes relativamente às constatações.

C. Considerações Éticas e Confidencialidade

A avaliação observará a estrita confidencialidade relativamente às informações e feedback de carácter sensível solicitados durante as entrevistas individuais e de grupo. De forma a mitigar o enviesamento durante o processo de recolha de dados e para assegurar a máxima liberdade de expressão dos parceiros implementadores e intervenientes, regra geral, o pessoal do projeto não estará presente durante as entrevistas. Contudo, o pessoal do projeto poderá acompanhar o Consultor Independente de Avaliação para efetuar as apresentações sempre que necessário, facilitar o processo de avaliação, fazer com que os inquiridos se sentam à vontade e, permitir que o Consultor Independente de Avaliação possa observar a interação entre o pessoal do projeto e os entrevistados.

D. Calendário

A Avaliação está agendada para o período do 27 de setembro de 2021 até ao 15 de dezembro de 2021. O calendário provisório para a avaliação, sob reserva de modificações na sequência de discussões com o Gestor de Avaliação, é o seguinte:

Produto	Descrição	Número de dias úteis	Datas provisórias	Pessoa responsável
Revisão de gabinete	Ler e rever o conjunto central de documentos do projeto. Solicitar qualquer documentação adicional necessária.	Três dias	Outubro	Avaliador
Entrevistas com a equipa do projeto e intervenientes chave dentro da OIT	Reuniões à distância com a equipa do projeto e intervenientes fundamentais no projeto, na OIT-Genebra e no CIF-Turim.	Um dia	Outubro	Avaliador
Relatório inicial	Um plano operacional de trabalho que indica as fases da avaliação, finaliza o conjunto de perguntas de avaliação, a abordagem, o aspeto temporal, os entregáveis e marcos chave, alinhados com estes TdR.	Cinco dias	Outubro	Avaliador
Entrevistas à distância e inquérito com o doador (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal) e intervenientes identificados	Realizar entrevistas à distância com o pessoal do projeto no terreno, representante do doador e outros parceiros e intervenientes identificados durante a fase inicial.	13 dias	Outubro e/ou novembro	Avaliador

Relatório em forma de esboço	Um breve relatório (um máximo de 30 páginas, não sendo os modelos <i>[templates]</i> e anexos contados no número de páginas) abordando as perguntas da avaliação.	12 dias	Novembro	Avaliador
Workshop com os intervenientes	Será organizada uma reunião virtual de balanço com os intervenientes, incluindo os membros do pessoal do projeto por parte da OIT, dos doadores e dos parceiros de desenvolvimento, para apresentar as principais constatações e recomendações preliminares	Três dias	Dezembro	Avaliador
Finalização do Relatório	O esboço será revisado pelo avaliador, com base no feedback recebido e redigido e formatado em conformidade com o modelo da OIT. O resumo executivo será igualmente reproduzido num documento à parte, o modelo para o qual será proporcionado pelo Gestor de Avaliação.	Três dias	Dezembro	Gestor de Avaliação e Avaliador
Traduções	O relatório deve estar em português e traduzido para inglês.			
	Total	40 dias		

V. PRODUTOS E ENTREGÁVEIS PREVISTOS

O relatório inicial, o relatório de avaliação em forma de esboço e um Sumário de Avaliação independente, no modelo recomendado pela OIT, constituem os entregáveis por marco. O Relatório de Avaliação compreenderá um Sumário de Avaliação (no modelo padrão da OIT) e os anexos necessários.

Conforme foi referido na seção sobre o âmbito, o relatório tem que pôr em ligação as constatações/observações e as recomendações e conclusões, devendo utilizar a estrutura seguinte:

- I. Índice, a incluir lista de figuras e quadros
- II. Lista de siglas
- III. Resumo Executivo - dando uma breve vista geral da avaliação, incluindo as seções IV-IX e recomendações chave (cinco páginas no máximo): A incluir uma breve descrição

do projeto, constatações chave, recomendações e lições chave aprendidas.

- IV. Antecedentes e Descrição do Projeto, a incluir o Contexto (1-2 páginas).
- V. Objetivos e Metodologia da Avaliação - duas páginas no máximo, a incluir a lista de Perguntas de Avaliação e o Público-Alvo.
- VI. Constatações da Avaliação, a incluir: (15 páginas)
 - Constatações – Respostas a cada uma das perguntas de avaliação, organizadas em volta das áreas chave dos TdR (relevância e encaixe estratégico; eficácia; eficiência; e sustentabilidade e efeitos), com citação da evidência de apoio.
- VII. Recomendações - Identificando entre parênteses o(s) interveniente(s) visado(s) pela recomendação (2-3 páginas 4).
 - Recomendações – têm que ligar-se às constatações de importância crítica para atingir com êxito os objetivos do projeto, com juízos sobre quais são as mudanças que é necessário que sejam operadas para a programação futura.
 - Conclusões – interpretação dos fatos, a incluir critérios para juízos
- VIII. Conclusões, Lições Aprendidas e Boas Práticas (2-4 páginas 5).
- IX. Anexos, que incluem sem limitar-se a:
 - TdR
 - Matriz de Perguntas
 - Lista de documentos revistos
 - Lista de entrevistas, reuniões e visitas ao local

As recomendações sobre a qualidade no relatório de avaliação têm que cumprir com os seguintes critérios conforme indicados nas diretrizes da OIT em matéria de avaliação baseada nos resultados: Princípios e raciocínio para a avaliação e diretrizes da OIT para as exigências em termos de formatação para os relatórios de avaliação. Os mesmos são como se seguem:

- a. as recomendações baseiam-se nas constatações e conclusões do relatório
- b. as recomendações são claras, concisas, construtivas e de relevância para o(s) utente(s) pretendido(s)
- c. as recomendações são realistas e suscetíveis de ação (a incluir a quem é pedido atuar e o prazo recomendado)
- d. as recomendações devem ser numeradas (não em forma de pontos de bala)
- e. as recomendações não devem ser mais de 12

- f. todas as recomendações têm que ser apresentadas no final do corpo do relatório principal, devendo a afirmação concisa ser copiada para o Sumário de Avaliação.

O tamanho total do relatório deve ser de aproximadamente 30 páginas para o relatório principal, sem contar o resumo executivo e anexos. **Para facilitar a comunicação entre todos os intervenientes, todos os relatórios, a incluir os esboços, serão redigidos em português. O relatório final deve contar com uma versão em inglês,** a qual deve ser da responsabilidade do SOCPRO. O Relatório Final de Avaliação cumprirá com as normas mínimas de qualidade conforme a lista de verificação de qualidade do relatório de avaliação, tal como indicadas no Anexo III (veja-se igualmente a lista de verificação 4: Exigências de formatação para relatórios de avaliação). O relatório final está sujeito à aprovação final pela Unidade de Avaliação da OIT.

Todos os produtos preliminares e finais, a incluir os documentos de apoio, relatórios analíticos e dados não trabalhados, devem ser proporcionados em versão eletrónica compatível com Word para Windows. A propriedade dos dados provenientes da avaliação cabe conjuntamente à OIT e ao consultor da OIT. Os direitos autorais do relatório de avaliação cabem exclusivamente à OIT. Os intervenientes chave podem fazer uso apropriado do relatório de avaliação, em conformidade com o propósito original e dando um reconhecimento apropriado.

Processo de Gestão dos Relatórios: A gestão do processo de revisão dos relatórios avançará em conformidade com os procedimentos descritos a seguir na Seção V. Todas as componentes da avaliação devem ser concluídas atempadamente, em conformidade com os calendários previamente combinados pela OIT e o consultor nos TdR. Conforme notado abaixo, caso uma determinada componente não possa ser concluída conforme o calendário traçado nos TdR, o consultor tem que avisar o Gestor de Avaliação da OIT o mais rápido possível e propor um calendário alternativo.

Se bem que o conteúdo substantivo das constatações, conclusões e recomendações do relatório deverão ser determinados pelo consultor, o relatório está sujeito à aprovação final do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal para conformidade contratual e da OIT para conformidade com a Política e Diretrizes de Avaliação da OIT.

VI. GESTÃO E APOIO DA AVALIAÇÃO

A avaliação será gerida por um Gestor de Avaliação da OIT, quem será responsável pelo recrutamento do consultor para aprovação final do EVAL. Egídio Simbine, Coordenador Nacional do Projeto, será o Gestor de Avaliação, gerindo o processo de avaliação em conformidade com as diretrizes da OIT para as políticas de avaliações.

De forma a assegurar a independência de todos os entregáveis, todas as submissões serão efetuadas através do Gestor de Avaliação (simbine@ilo.org). O Avaliador trabalhará em estreita colaboração com tanto o Gestor de Avaliação como a equipa do projeto. O papel da equipa do

projeto estará limitado à provisão de documentos e informações relevantes e de apoio logístico conforme a necessidade.

O EVAL proporcionará o controlo da qualidade do processo e do relatório da avaliação. O SOCPRO tratará de todos os dispositivos contratuais com o consultor.

O Avaliador prestará contas ao Gestor de Avaliação, devendo discutir quaisquer assuntos técnicos, metodológicos ou organizacionais com o Gestor de Avaliação, quem consultará as contrapartes pertinentes, conforme conveniente.

VII. PERFIL E QUALIFICAÇÃO

As seguintes qualificações e perfil são exigidos do avaliador independente:

- Grau universitário avançado com no mínimo 7 anos de experiência em avaliação de projetos / programas
- Conhecimento do papel e mandato da OIT, da sua estrutura tripartida e das suas políticas sobre o género.
- Experiência comprovada, sobretudo dentro do sistema da ONU, em abordagens da gestão do ciclo de projeto e do quadro lógico, assim como sobre a gestão baseada em resultados.
- Conhecimentos prévios dos papéis e atividades da OIT e uma compreensão das questões de proteção social/segurança, social;
- Habilidades analíticas comprovadas são imprescindíveis; e
- Antecedentes sólidos em avaliação e pesquisa aplicada afim;
- Experiência prévia na avaliação de grandes programas em múltiplos países seria uma mais-valia.
- Experiência na função de avaliação de organizações nacionais e internacionais e um pleno entendimento das normas e critérios da ONU.
- Antecedentes técnicos em projetos de proteção social e/ou políticas de proteção social e assuntos relacionados com a governação.
- Conhecimentos funcionais de português. Para facilitar a comunicação entre todos os intervenientes, todos os relatórios, a incluir os esboços, serão redigidos em português. O relatório final seria traduzido para inglês pelo SOCPRO.
- Nenhum envolvimento relevante na conceção e implementação do Projeto ACTION/Portugal.
- Nenhum enviesamento relevante relativamente à OIT ou, conflito de interesse que interferisse com a independência da avaliação.

O custo do Contrato de Colaboração Externa do Avaliador será em conformidade com as normas e regulamentos da OIT. A avaliação será financiada pelo Projeto ACTION/Portugal (Fase 2). O custo com o Avaliador consistirá em honorários para 52 dias.

Localização

A tarefa é domiciliária. Todas as entrevistas serão realizadas de forma virtual; nenhuma deslocação é necessária para a tarefa.

VIII. POLÍTICAS E DIRETRIZES RELEVANTES

Diretrizes da OIT para as Políticas de Avaliação: Princípios, fundamentação, programação e gestão para as avaliações, 3ª edição.

http://www.ilo.ch/eval/Evaluationpolicy/WCMS_571339/lang--en/index.htm

Diretrizes da OIT para as políticas de avaliação baseada nos resultados: Princípios, fundamentação, programação e gestão para as avaliações (4ª edição, 2020)

https://www.ilo.org/eval/Evaluationpolicy/WCMS_571339/lang--en/index.htm

Protocolo sobre a recolha de evidências de avaliação sobre as medidas de resposta da OIT ao COVID-19 através de avaliações dos projetos e programas; com efetividade a partir do dia 9 de outubro de 2020

https://www.ilo.org/eval/WCMS_757541/lang--en/index.htm

Formulário do Código de Conduta (a ser assinado pelos avaliadores)

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_206205/lang--en/index.htm

Lista de Verificação n.º 3: Redação do relatório inicial

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_165972/lang--en/index.htm

Lista de Verificação n.º 5: Elaboração do relatório de avaliação

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_165967/lang--en/index.htm

Lista de Verificação n.º 6: Classificação da qualidade da avaliação

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_165968/lang--en/index.htm

Modelo para lições aprendidas e Boas Práticas Emergentes

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_206158/lang--en/index.htm

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_206159/lang--en/index.htm

Nota de Orientação n.º 7: Participação dos intervenientes na avaliação da OIT

https://www.ilo.org/global/docs/WCMS_165982/lang--en/index.htm

Nota de Orientação n.º 4: Integração da igualdade de género na monitorização e avaliação de projetos

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_165986/lang--en/index.htm

Modelo para página de rosto da avaliação

http://www.ilo.org/eval/Evaluationguidance/WCMS_166357/lang--en/index.htm

Modelo para resumo da avaliação

<http://www.ilo.org/legacy/english/edmas/eval/template-summary-en.doc>

Diretrizes Éticas para Avaliação do UNEG

<http://www.unevaluation.org/document/download/548>

Conselhos sobre as exigências de avaliação para intervenções da OIT ao abrigo do Fundo de Fideicomisso de Parceiros Múltiplos sobre o COVID-19

<https://intranet.ilo.org/collaborate/evalksp/Documents/Guidance%20on%20evaluation%20requirements%20for%20MPTF%20COVID-19%20interventions.pdf>

